



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Tiago Ferreira da Silva

Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia

**Salvador
2019**

Tiago Ferreira da Silva

Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito final de avaliação para obtenção de título de mestre em Psicologia Social e do Trabalho.

Linha de Pesquisa: Cognição Social e Dinâmicas Interacionais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Lima de Jesus

**Salvador
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Tiago Ferreira da
Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia / Tiago Ferreira da Silva. -- Salvador, 2019.
139 f.

Orientador: Mônica Lima de Jesus.
Dissertação (Mestrado - Psicologia Social e do Trabalho) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia., 2019.

1. Jovens negros. 2. Teoria da Subjetividade. 3. Polícia Militar. 4. Necropolítica. 5. Racismo estrutural. I. Lima de Jesus, Mônica. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

**“CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE PRÁTICAS POLICIAIS E ESTRATÉGIAS
DE SOBREVIVÊNCIA DE JOVENS NEGROS EM UMA CIDADE DA BAHIA”**

Tiago Ferreira da Silva

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Dr.ª Mônica Lima de Jesus (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Carlos Alberto Santos de Paulo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof.ª Dr.ª Lia Vainer Schucman
Universidade Federal do Santa Catarina - UFSC

Salvador, 1º de novembro de 2019.

*Tudo começa, assim, por um ato de identificação: “**Eu sou um homem negro**”. O ato de identificação constitui a resposta há uma pergunta que nos fazemos: “Quem sou eu, afinal?”; ou que nos é feita: “Quem é você?” Neste segundo caso, trata-se de uma resposta a uma intimação. Em ambos os casos, trata-se de revelar a própria identidade, de torná-la pública. Mas revelar a identidade é também se reconhecer (autorreconhecimento), é saber quem se é e dizê-lo, ou melhor, proclamá-lo, ou ainda, dizê-lo a si mesmo. O ato de identificação é também uma afirmação de existência. “Eu sou” significa, desde já, eu existo.*

(Achille Mbembe, 2018, p. 263)

Agradeço...

... à vida, por todas as experiências existenciais necessárias ao meu fortalecimento, resistência e crescimento pessoal.

... a toda força ancestral, que empilhou paulatinamente os degraus ao longo do tempo, favorecendo o meu seguro caminhar e a firme certeza de que nunca estou só.

... à minha mãe, que partiu na mesma semana da minha aprovação nesse curso de mestrado, mas jamais partirá da minha constituição como sujeito livre no mundo.

... ao meu pai, pela referência de força, carinho, amor, cuidado e muito bom humor nesses últimos anos.

... aos meus irmãos, Heloisa e Nilton Luís, pelo carinho, orientação, suporte e proteção contínua ao longo da minha vida. Sem vocês nada disso seria possível.

... à minha filha, Lara Kali, por ser a criança mais compreensível, paciente, cuidadora, amável e todos os demais adjetivos positivos desse mundo. Eu te amo, meu amor.

... ao meu irmão Fábio, que me arrasta para as reflexões sobre a trajetória de muitos outros homens jovens negros, mas logo sou resgatado pela sua doçura e esperança de construir um mundo melhor, menos perverso e mais justo.

... aos meus colegas de trabalho, pela disponibilidade em me ajudar, das mais diferentes formas, durante os momentos mais complexos dessa jornada.

... à professora Leny Trad, por ter se colocado a disposição durante todo o processo de seleção para ingresso nesse curso.

... a Devisson Espírito Santo e a Luana Peixoto por terem aceitado construir e atuar junto comigo no campo de pesquisa desse estudo.

... aos amigos de todas as horas: Loia, Paulo, Sandro, Alex Sandrelanio. Vocês são fundamentais para que eu me mantenha equilibrado e forte.

... ao amigo de toda hora, Jidean, por se fazer sempre presente, disponível, atento e confiante na realização dos meus sonhos mais utópicos e conquista das minhas metas mais ousadas.

... às amigas e parceiras de trabalho, Shirley, Victória e Natiene, por estarmos juntas/os na tarefa de contribuir para o progressivo desenvolvimento de uma Psicologia sensível às questões raciais.

... a Djean e Emilly, por me acolherem nos momentos de dúvidas, receios, orientações, indicações, piadas, risos e tudo mais.

... às desorientandas/os, Carol, Manuela, Hamilton, Sandra, Márcio, Juliana, Maricelly, Thaís e Danilo; por todas as contribuições durante o percurso desse estudo.

... à minha “desorientadora”, Mônica Lima, por ter conduzido esse processo com toda paciência, disponibilidade e leveza. Tenha certeza que eu não conseguiria se não fosse pela sua magnífica forma de acolher e trabalhar.

Obrigado!!!

Canarinhas da vila

*o que pode a minha poesia contra isso:
três jovens assassinadas lado a lado?
o que pode a letra morta
da lei, da constituição
contra este costume brasileiro
de matar negros como moscas?
o que pode nossas vozes
ante os estampidos
que despedaçam crianças como nozes?
Nossos cupidos sendo brancamente mortos
canarinhas da vila
abatidas pelos badogues de fogo
borboletas da paixão
com o imenso ar
e a intensa vida pela frente
presas na fotografia do jornal
o fim...
mas eu não quero terminar aqui!
a juventude da minha palavra
descoberta
quer-se franca e copiosa como lágrimas
e certa
espada concreta do guerreiro-mor
varrendo a tragédia
para longe do lugar comum
quando abro esta manhã de sol e sábado
e a polícia me lava o rosto
com sangue negro juvenil
penso no genocídio da negra gente
(suicídio inconsciente do Brasil...)*

*o mar malungo me enche os olhos
e o meu coração lança ondas
soluçantes
à minha alma de rocha masculina
e ela se desfaz e salga meu caminho
e os homens-meninos da rua que
criei
levemente me evitam
e eu choro criança sem parar
querendo todo mundo aqui
em torno de mim
da minha dor
Eu digo não!
Ergo meu poema como um não
outra vez
nesta vida de África sequestrada
quando outros poderiam ser os
versos
para falar de adolescentes
semelhantes
àquela minha mesma namorada
preta, pretinha, carapinha
que me acompanha desde que nasci*

(Landê Onowale, 1998)

RESUMO

Ferreira, T. (2019). Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Este estudo foi desenvolvido a partir das minhas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais com a temática do racismo e seus efeitos psicossociais, tendo como principal objetivo compreender as configurações subjetivas de jovens negros residentes em comunidades periféricas relacionadas às práticas policiais. À luz da Psicologia Histórico-Cultural, nos inspiramos na Epistemologia Qualitativa do teórico cubano Fernando Gonzalez Rey, na qual a pesquisa assume como principal finalidade o conhecimento da produção e organização dos sentidos subjetivos nos diferentes espaços sociais que constituem as subjetividades social e individual. Em termos teórico-metodológicos, conduzimos a produção das informações por meio do método construtivo-interpretativo do conhecimento, utilizando instrumentos grupais e individuais. A Oficina e a Roda de Conversa foram realizadas com homens e mulheres jovens, majoritariamente negros/as, com idade entre 18 a 29 anos, na sede de um Programa vinculado a secretaria de Justiça e Direitos Humanos em uma cidade da Bahia. No tocante aos estudos de casos, acompanhamos dois jovens negros (22 e 29 anos), também inscritos no referido Programa, entre os meses de maio e novembro de 2018. As informações produzidas foram analisadas com base na Teoria da Subjetividade em articulação com outras áreas do conhecimento, particularmente especializadas nas relações raciais. Elas indicam que as configurações subjetivas das/os jovens sobre a Polícia Militar e suas práticas são constituídas por sentidos subjetivos relacionados à compreensão dessa instituição como violenta, que pratica atos ilícitos por meio de procedimentos desrespeitosos, igualmente violentos e discriminatórios no território onde residem. Sendo que os policiais geralmente não são responsabilizados pelas instituições competentes, o que gera subjetivamente sensações de desconfiança, insegurança e medo. Assim sendo, o jovem negro que consegue sobreviver às expectativas de morte comumente aceita e esperada por alguns seguimentos sociais, tem de lidar com os estigmas que o enquadram como um marginal em potencial, forçando-o a criar estratégias de sobrevivência para evitar ou contornar a relação com a polícia, marcando suas experiências existenciais por tensões que envolvem o pertencimento a um grupo social racializado em contraposição a outro que se percebe apenas como humano (branco), assim como pela complexa operação subjetiva do encontro com pessoas negras (policiais) que reproduzem o racismo, reatualizando processos históricos que permanecem reverberando em suas subjetividades racializadas, fundadas na necropolítica e no racismo estrutural. Esperamos ter contribuído para aceitação de que é preciso desenvolver uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural sensível às produções de sentidos e configurações subjetivas racializadas, que não dizem respeito apenas aos processos subjetivos da população negra, mas da população em geral.

Palavras-chave: 1. Jovens negros. 2. Teoria da Subjetividade 3. Polícia Militar. 4. Necropolítica. 5. Racismo estrutural.

ABSTRACT

Ferreira, T. (2019). Subjective configurations of police practices and survival strategies of black youth in a city of Bahia (Dissertation of Masters Degree). Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador.

The present study was developed based on my personal, academic and professional experiences as a social psychologist who directly deals with the theme of racism and its psychosocial effects on people of African descent in Brazil. Its main objective was to understand the subjective configurations related to police practices, expressed by black youth living in disenfranchised communities in a city of the state of Bahia. Departing from a cultural-historical approach to the concept of subjectivity, the research drew on the Qualitative Epistemology of Cuban theorist Fernando Gonzales Rey. According to Gonzales Rey, the main purpose of the study of subjectivity is to produce knowledge about the ways subjective meanings are produced and organized in the context of the social spaces in which social and individual subjectivities are mutually constructed and expressed. Our theoretical-methodological approach consisted on a constructive-interpretative method of information production based on the use of group and individual instruments. Initially, we conducted a workshop and a “conversational circle” with young adults (both male and female), mostly black, aged between 18 and 29. The activities took place at the headquarters of a social program linked to the Justice and Human Rights Secretariat of a city in the state of Bahia. We then selected two of the participants to take part in the case studies: two young black males aged 22 and 29. The case studies took place between May and November of 2018. The information produced was analyzed through the lenses of Gonzales Rey’s Subjectivity Theory in articulation to other areas of knowledge, particularly specialized in race relations. The information indicates that the subjective configurations of our subjects, in regards to the Military Police and their practices, are constituted by subjective meanings related to an understanding of this institution as a violent organization, racially biased, and whose actions often disrespect the basic rights of the members of the communities in which our subjects reside. The study also indicates subjective meanings related to feelings of distrust, insecurity and fear due to the fact that police officers are generally not held responsible by any institution for such behavior. Additionally, the young black men who can survive the high death expectations rates that constitutes the realities of those communities, have to deal with a social perception that regards them as potential criminals, thus being forced to create strategies to avoid or circumvent encounters with the police. Our study demonstrates that the living experiences of these black youth are marked by the tensions involved in the belonging to a social group to which a set of detrimental racial meanings are attached—in opposition to the normativity experienced by individuals that are socially perceived as white—, as well as by complex subjective processes produced by the conflict of being victims of racism at the hands of police officers who are also black, thus re-updating historical processes that continue to reverberate in their racialized subjectivities and which are based on the structural racism and necropolitical system through which Brazilian society has been structured. We hope to have contributed to the acceptance that it is necessary to develop a perspective of Historical-Cultural Psychology sensitive to the production of senses and racialized subjective configurations, which concern not only the subjective processes of the black population, but of the general population.

Keywords: 1. Black Youth. 2. Subjectivity Theory. 3. Military Police. 4. Necropolitics. 5. Structural Racism.

Lista de quadros

Quadro 01 - Artigos identificados na revisão sistemática de literatura..... 21

Quadro 02 - Artigos identificados por referência cruzada..... 22

Lista de Tabelas

Tabela 1: Cor/raça autoatribuídas dos profissionais.....	45
Tabela 2: Dados demográficos dos/as participantes da Oficina.....	72
Tabela 3: Dados demográficos dos participantes da Roda de Conversa.....	82
Tabela 4: Núcleos de sentido subjetivo identificados nos instrumentos grupais.....	85
Tabela 5: Núcleos de sentido subjetivo identificados nos estudos de caso.....	112

Lista de abreviaturas e siglas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COMVIDA - Comunidade Cidadania e Vida

CPP - Código de Processo Penal

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SJDHDS - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

Sumário

Apresentação.....	16
1. Juventude Negra, Violência Policial e Subjetividade: Uma Revisão de Literatura.....	20
1.1 Objetivos.....	26
2. Raça, Racismo e Vulnerabilidade Social da Juventude Negra.....	28
2.1 Aspectos histórico-sociais da desigualdade social e do racismo.....	28
2.1.1 <i>Colonização.....</i>	<i>29</i>
2.1.2 <i>Conceito de raça.....</i>	<i>31</i>
2.1.3 <i>Conceito de racismo.....</i>	<i>32</i>
2.1.4 <i>Colonialidade e vulnerabilidade social da população negra.....</i>	<i>34</i>
2.2 Segurança pública e racismo institucional.....	39
2.2.1 <i>História de formação das polícias no Brasil.....</i>	<i>39</i>
2.2.2 <i>Modelo de segurança pública e racismo institucional.....</i>	<i>40</i>
2.3 Vulnerabilidades de jovens negros.....	45
3. Subjetividade e Relações Raciais: Articulações Possíveis à Luz da Psicologia Histórico-Cultural.....	50
3.1 Teoria da subjetividade à luz da psicologia histórico-cultural.....	50
3.2 Subjetividade e relações raciais.....	53
3.3 Teoria da subjetividade e relações raciais: articulações possíveis.....	59
4. Considerações Metodológicas.....	60
4.1 Local, participantes e construção do cenário social da pesquisa.....	62
4.2 Instrumentos.....	64
4.2.1 <i>Oficinas.....</i>	<i>65</i>
4.2.2 <i>Roda de conversas.....</i>	<i>67</i>
4.2.3 <i>Dinâmicas conversacionais.....</i>	<i>68</i>
5. A Construção da Informação.....	70

5.1	Juventude, necropolítica e racismo estrutural: as condições de ser jovem negro em contexto periférico.....	71
5.1.1	<i>A construção de informações por meio da oficina.....</i>	72
5.1.2	<i>A construção de informações por meio da Roda de Conversa.....</i>	81
5.1.3	<i>Considerações das informações produzidas nos instrumentos grupais.....</i>	85
5.2	Práticas policiais e estratégias de sobrevivência: relatos de experiências da juventude negra nos encontros com a polícia.....	92
5.2.1	<i>O caso de Abdias: “preto são tudo igual”.....</i>	93
5.2.2	<i>O caso de Garvey: “nós pretos somos vistos como bandidos”.....</i>	102
5.2.3	<i>Considerações das informações produzidas nos estudos de casos.....</i>	111
6.	Considerações Finais.....	120
	Referências.....	127
	Apêndice A - Roteiro da oficina.....	134
	Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	136
	Apêndice C - Termo de Autorização para Gravação de Voz.....	139

Apresentação

Este estudo foi desenvolvido a partir das minhas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais com a temática do racismo e seus efeitos psicossociais. Antes de qualquer outra questão, ele expressa a minha responsabilidade ancestral como homem negro/africano¹ em meio ao contexto histórico de genocídio da população negra, ontem pelo *maafa*² do colonialismo e escravização, hoje pela colonialidade, que mantem os processos desumanos da experiência de ser negro em um cenário anti-negro. Assim sendo, antecipo a impossibilidade desse trabalho fazer-se neutro das minhas impressões como pesquisador, pois foi justamente pelas minhas vivências que construí o caminho para ingressar nos espaços acadêmicos e, inspirado nos trabalhos de Franz Fanon³ (2008) e de Neuza Souza (1983), produzir um discurso do negro sobre os processos subjetivos do próprio negro.

Quando esbocei o projeto de pesquisa para dar seguimento a esse estudo, tomei como referência inicial a minha vivência como homem jovem negro residente em comunidade periférica, levando em consideração as violências por mim vividas, assim como pela minha família e toda a comunidade. No decorrer dos anos aprendi a nomear tais violências como racismo, expresso em suas várias dimensões, mais sempre central na produção de barreiras físicas, mentais e espirituais para o desenvolvimento dos povos não brancos.

Filho de mãe doméstica, pai serralheiro e mais três irmãos, já nasci com as marcas do racismo impressas nas condições de vulnerabilidade vivenciadas por minha família. Foi tentando superá-las que me tornei policial militar aos vinte e um anos e mudei radicalmente as minhas expectativas sobre a vida. Isso porque passei a ter condições para projetar outras

¹ Embora este estudo não tenha sido conduzido prioritariamente a partir dos pressupostos do paradigma da afrocentricidade, como defendido por Ama Mazama (2009), nos afinamos com essa proposta. Na perspectiva afrocêntrica, o termo “africano” se refere à pessoa que participou/participa da resistência à dominação europeia, assim como aquelas que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos, independente da relação consanguínea, genética ou de pertencimento ao continente africano, como nos historiciza Molef Azante (2009). A fim de evitar ambiguidades e explicações teóricas que extrapolam os limites desse estudo, optamos por utilizar os termos “negro” e/ou população negra” em algumas passagens do texto, entendendo-os como sinônimos do termo africano.

²Marimba Ani (1994) define *maafa* como um grande desastre e infortúnio de morte e destruição além das convenções e da compreensão humanas. Segundo Wade Nobles, a negação da humanidade dos africanos, o desprezo e desrespeito, coletivos e contínuos, ao seu direito de existir, são características básicas do *maafa*, contribuindo para “a perpetuação do processo sistemático de destruição física e espiritual dos africanos, individual e coletivamente”. (Nobles, 2009, p. 281).

³ De forma geral, adotamos as normas da American Psychological Association - APA para organização do texto, no entanto, por decisão do grupo de pesquisa do qual faço parte, destacamos sempre na primeira menção dos estudos a sinalização de gênero, a partir da explicitação do primeiro nome da (o) autora (o).

trajetórias, tanto pessoais quanto familiares; mas também foi o cenário que me fez reviver as violências que sempre estive exposto durante a minha vida.

A experiência como profissional de segurança pública aliada ao meu processo de formação como psicólogo forjaram a conjuntura necessária para o meu reconhecimento sobre os processos de subjugação, desumanização, humilhação, dor e extermínio físico e simbólico da população negra. Mas esse processo também foi, e permanece sendo, importante para o contínuo processo de tomada de consciência sobre quem sou, e quais compromissos tenho, quero e desejo assumir nesse caminhar. Assim sendo, busquei participar de espaços que promoviam a discussão racial, como o Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia da Bahia – CRP/03, e também de grupos de pesquisa sobre a relação entre segurança pública e relações raciais, como o Programa Integrado Comunidade, Família e Saúde – FASA, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Essas experiências me levaram a questionamentos que fomentaram o meu desejo na investigação que apresento aqui, tais como: Por que a suspeição que legitima as abordagens e busca pessoal quase sempre esta dirigida aos homens jovens negros? Como se sentem os jovens negros diante de uma relação que por si só já se estabelece persecutória? Quais estratégias esses jovens utilizam para evitar ou mitigar as violências que lhe são dirigidas nos encontros e desencontros com a Polícia Militar? De que forma o conhecimento sobre essas questões poderia contribuir para a construção de reflexões no âmbito das instituições de segurança pública para produzir outras formas de se relacionar com a juventude negra? Quais responsabilidades compete a Psicologia como ciência e profissão diante de tais questões?

Assim sendo, o racismo institucional presente nas práticas policiais⁴ e suas possíveis repercussões na configuração subjetiva de jovens negros é o principal foco deste estudo. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento tais como a Sociologia, Antropologia, Direito, Saúde Coletiva e a Psicologia, tem como finalidade ampliar o olhar sobre o problema em questão e, ao mesmo tempo, contribuir para dar visibilidade e denunciar as diferentes expressões de violência operadas no campo social, bem como seus impactos na saúde dos sujeitos e das coletividades.

⁴ Estamos considerando como práticas policiais as atividades com previsão legal realizadas por policiais militares (abordagem policial, ação de presença, condução para delegacias, etc.), como também posturas assumidas pelos policiais durante a efetivação de tais atividades que, veladas pelo poder discricionário inerente à atividade policial, são passíveis de questionamento sobre a sua legitimidade, tais como excessos, ausência de fundada suspeita nas abordagens, dentre outras.

Nessa direção, esse estudo justifica-se pela necessidade de dar visibilidade às produções subjetivas dos sujeitos que são diretamente impactados pelas diferentes manifestações do racismo no cotidiano. Temos como pretensão contribuir com a produção de reflexões acerca das repercussões do racismo das práticas policiais nas produções subjetivas de jovens negros, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações por parte de diferentes organizações que atuam no combate ao racismo; fomentar a criação de políticas específicas para socioeducação, orientação, fiscalização e punição frente às práticas discriminatórias no âmbito das instituições de segurança pública; localizar o racismo como um problema central e estrutural, que demanda ações nas mesmas proporções para redução e superação dos seus impactos; e, por fim, apontar para emergência da Psicologia, como ciência e profissão, assumir definitivamente que não é mais possível negligenciar a dimensão racial dos estudos e intervenções num contexto histórico-socialmente forjado por tensões raciais, como o Brasil.

Neste sentido, o presente estudo está inicialmente organizado em seis capítulos, nos quais buscamos circunscrever como as principais temáticas aqui abordadas vêm sendo investigadas, a nossa fundamentação teórica, o percurso metodológico, os principais resultados, discussões e considerações a respeito da pesquisa realizada. Assim sendo, no primeiro capítulo apresentamos a revisão de literatura sistemática que realizamos com a finalidade de acessar a produção científica dos últimos dez anos em torno das temáticas centrais desse estudo: práticas policiais, subjetividade e jovens negros.

No segundo capítulo, apresentamos parte da fundamentação teórica que sustenta este estudo. Ele está organizada em três tópicos (Aspectos histórico-sociais da desigualdade social e do racismo; Segurança pública e racismo institucional e; Vulnerabilidade de jovens negros) os quais buscam circunscrever noções e conceitos básicos que nos auxiliaram em uma análise mais detalhada de como processos históricos e contemporâneos estão interligados pelo entrelaçamento de diversas questões sociais, tais como: o exercício de poder por meio da invenção da ideia de raças, o racismo em suas diversas manifestações, a produção de injustiças e desigualdades sociais e as condições de vulnerabilidade social vivenciadas pela população negra, de forma geral, e da juventude negra, em particular.

No terceiro capítulo, abordamos os principais conceitos da teoria da subjetividade proposta pelo teórico cubano Fernando González Rey. Fizemos uma síntese de como o tema da subjetividade vem sendo abordado nos estudos sobre relações raciais e apresentamos a nossa proposta para o desenvolvimento desse estudo. Nessa perspectiva, dividimos este

momento em três seções: Teoria da subjetividade, Estudos sobre subjetividade e relações raciais e Teoria da Subjetividade e relações raciais: articulações possíveis.

No quarto capítulo, expomos as considerações teórico-metodológicas que lançamos mão para a produção das informações, tais como a Epistemologia qualitativa e o método construtivo-interpretativo do conhecimento. Ademais, nos ocupamos em descrever os instrumentos, local da pesquisa, participantes e responsabilidades éticas.

Já no quinto capítulo apresentamos as principais informações produzidas pelos instrumentos grupais e estudo de casos. Dividimos essa seção em dois Eixos temáticos: Juventude, necropolítica e racismo estrutural: as condições de ser jovem negro em contexto periférico; e Práticas policiais e estratégias de sobrevivência: relatos de experiências da juventude negra nos encontros com a polícia, nos quais exploramos as configurações subjetivas sociais e individuais que os jovens produziram sobre a Polícia Militar e às suas práticas.

No sexto e último capítulo, destacamos as considerações finais do estudo, considerando a trajetória que percorremos, as principais informações produzidas em articulação com a fundamentação teórica do estudo e a síntese das contribuições desse estudo para a produção acadêmica, bem como para os problemas concretos da dinâmica social.

1. Juventude Negra, Violência Policial e Subjetividade: Uma Revisão de Literatura

Neste capítulo apresentamos uma revisão de literatura sistemática integrativa, tomando como base o modelo teórico proposto por Botelho, Cunha e Macedo (2011), por ser conciso, prático e ter etapas bem definidas. Ademais, utilizamos a técnica de referência cruzada a fim de capturar possíveis estudos não identificados pela revisão.

Na primeira etapa, considerando o tema racismo institucional e subjetividade e a questão de pesquisa da dissertação: como o racismo institucional das práticas policiais configura as produções subjetivas de jovens negros? Nos ocupamos em refletir sobre a produção nos últimos dez anos no que se refere a relação entre práticas policiais e a subjetividade de jovens negros.

Utilizamos como estratégia de busca duas bases de dados eletrônicas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), e da Scientific Electronic Library Online – SciELO (<http://www.scielo.br>), os quais concentram volume significativo e qualificado de pesquisas. A seleção dos artigos foi realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2018.

No que se refere aos descritores, nós os escolhemos com base nas principais categorias do estudo e os articulamos com operadores de busca (“and” e “or”) na seguinte disposição: *práticas policiais and subjetividade and jovens negros; subjetividade or produções subjetivas and jovens negros; policia militar and subjetividade and jovens negros; práticas policiais or policia Militar or racismo institucional.*

O volume de publicações relacionadas a essa disposição inicial dos descritores foi relativamente baixo, uma vez que identificamos apenas seis artigos, os quais tratam de temas que atravessam a discussão que estamos propondo (masculinidades, biopolítica e sistema prisional), porém não abordam de maneira explícita as interseções entre polícia militar, juventude negra e subjetividade. Optamos por não incluir nenhum desses artigos nesse momento, por não atenderem aos objetivos do estudo. Deste modo, na segunda tentativa, decidimos ampliar a busca colocando a combinação de dois descritores: *juventude negra or jovens negros*, onde identificamos 86 artigos.

Estabelecemos critérios de inclusão e exclusão a fim de delimitar o escopo dos estudos selecionados para serem analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. Nessa direção, além de considerarmos os estudos empíricos realizados nos últimos 10 anos (2008 a 2018) que abordam a relação entre práticas policiais, subjetividade e jovens negros, também

incluímos estudos nos quais os participantes fossem policiais militares, e estudos que, embora não tratassem da relação direta de instituições policiais com os jovens negros, abordassem a condição de vulnerabilidade social vivenciadas por esses na relação com o Estado⁵. Desconsideramos estudos repetidos (03), bem como aqueles em que o texto completo não estava disponível nas bases de dados utilizadas (02). Excluímos estudos que utilizaram revisão de literatura como metodologia (02), aqueles que apresentaram apenas a discussão teórica sobre as temáticas em questão (01), como também aqueles nos quais a discussão apresentada não se relacionava com os objetivos da dissertação (76). Após o processo de inclusão e exclusão restaram apenas três estudos (Quadro 01).

Quadro 01 - Artigos identificados na revisão sistemática de literatura

Estudo	Objetivo	Método	Fonte
Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino	Buscou compreender a violência homicida como constituidora das periferias pobres vivenciadas por homens jovens.	Análise de inquéritos policiais de homicídios	Fernando Gomes e Joseli Silva (2017)
Os “rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito	Analisou eventos protagonizados por jovens pobres em shopping centers de grandes cidades brasileiras nas férias de verão de 2013/2014, focalizando a forte repressão policial e a abordagem midiática sobre tais eventos.	Observações de campo por meio de etnografia	Alexandre Barbosa-Pereira (2016).
Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul	Contextualizaram as políticas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI ⁶ em dois municípios gaúchos, com base nas percepções dos jovens.	Análise documental e de implementação de projeto.	Mariana Santos & Rodrigo Azevedo (2013)

Nota. A fonte completa de cada um dos estudos está na sessão de referências bibliográficas desta dissertação.

⁵ Adotaremos as concepções de Estado e Governo apresentadas por Eloísa Höfling (2001), nas quais o Estado é definido como “conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.” (Höfling, 2001, p 31).

⁶ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça que tem como principal objetivo a articulação entre políticas sociais, políticas de segurança e sociedade civil, com a finalidade de prevenir e combater à criminalidade, além de realizar atividades em prol da valorização do trabalho dos profissionais atuantes na área da segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário e o combate à corrupção policial. Disponível em: <https://justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/Anexos/programas-de-governo> Acesso em 16 de setembro de 2019.

Nesse particular, utilizamos a técnica de **referência cruzada** a fim de acessar outros estudos empíricos que não foram identificados pela revisão de literatura sistemática. Ou seja, buscamos nos estudos selecionados, referências de pesquisas que investigaram as temáticas centrais aqui abordadas, incluindo dissertações e teses de mestrado e doutorado, respectivamente. Assim sendo, incluímos mais sete estudos (Quadro 02).

Quadro 02 - Artigos identificados por referência cruzada

Estudo	Objetivo	Método	Fonte
A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis	Investigou as representações e pontos de vista de jovens negros de bairros populares de Salvador/BA sobre a atividade policial, levando em consideração a conjuntura paradoxal entre proteção aos direitos humanos e a legitimação da violência policial contra a juventude negra dos bairros populares.	Entrevistas com base na Teoria Fundamentada nos Dados	Jader Alves (2017)
Segurança pública e questões raciais: abordagem policial na perspectiva de policiais militares e jovens negros	Explorou, a partir do ponto de vista de policiais militares e jovens negros, critérios normativos e representações sociais que pautam a construção do “suspeito”, bem como os mecanismos de monitoramento e controle de práticas discriminatórias, o modo como se incorpora a questão racial e o “conceito” de suspeição na esfera da segurança pública nos municípios de Salvador, Fortaleza e Recife.	Pesquisa exploratória baseada em entrevistas semiestruturadas e grupos focais	Leny Trad et al (2016)
Os sentidos e significados da violência policial para jovens pobres da cidade de Goiânia	Investigou os sentidos e significados da violência policial para homens jovens pobres, na faixa etária entre 18 e 29 anos, da cidade de Goiânia/GO.	Pesquisa documental e entrevista não-estruturada	Divino Rodrigues (2015)
A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de pm's negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal	Buscou compreender as representações sociais de policiais negros do Distrito Federal em relação a suas práticas de abordagens direcionadas a comunidade negra e se a sua condição racial auxilia em uma abordagem não racista.	Análise de dados estatísticos e entrevistas semiestruturadas	Aline Nascimento (2014)
Juventude e Sociabilidade em um “território pacificado” no Rio de Janeiro.	Abordou as repercussões da implantação de uma nova política de segurança pública – unidades de polícia pacificadora	Etnografia com base em observação participante e entrevistas	Maria Luiza Heilborn, Alfonsina Faya & Josué de Souza

Diversidade de experiências e seus marcadores sociais	(UPPs) em determinado Complexo de Favelas do Rio de Janeiro, focalizando o impacto dessa nova ordem na dinâmica das sociabilidades juvenis, diferenciando-a por gênero e geração.		(2014)
Poder discricionário na cultura policial: um olhar sobre as práticas do policiamento ostensivo, na região atlântica da cidade do Salvador	Investigou a percepção de policiais militares “praças” da cidade de Salvador sobre suas próprias práticas, incluindo a discussão sobre a amplitude do processo decisório entre a adoção do poder discricionário e a aplicação da lei, aliado aos critérios de escolha adotados pelo policial no exercício de seu trabalho.	Observação participante e entrevistas em profundidade.	Evanira da Costa (2013)
Identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris	Buscou compreender a construção da identidade e processos subjetivos de jovens negros e não brancos no contexto de violência e desigualdade das periferias de cidades transnacionais do capitalismo.	Entrevistas abertas, grupos de conversas com jovens, observação etnográfica aliada à análise de elementos autobiográficos.	Regina Oliveira (2008)

Nota. A fonte completa de cada um dos estudos está na seção de referências bibliográficas desta dissertação.

De modo geral, os dez artigos selecionados utilizam metodologias que exploram as relações entre as políticas e ações no campo da segurança pública em interface com as condições de vulnerabilidade de jovens residentes em regiões periféricas de capitais e demais municípios. Podemos perceber que estas práticas são sistemáticas em várias regiões do Brasil, principalmente no tocante a violência e repressão policial, estigmas, racismo e homicídios vivenciados por jovens negros. Deste modo, destacamos a seguir alguns achados mais específicos dos estudos encontrados.

Fernando Gomes & Joseli Silva (2017) analisaram 86 inquéritos policiais da cidade de Ponta Grossa /PR entre 2012 e 2015 e constaram que das 96 mortes identificadas, 86,5% foram do sexo masculino, sendo que 37% das vítimas tinham entre 15 e 25 anos. Elas destacaram que mesmo a cidade de Ponta Grossa sendo majoritariamente branca (apenas 20,7% da população se autodeclarou como pertencente da raça negra no último censo), 46% das vítimas são negras, fato que evidencia que mesmo em cidades predominantemente brancas, a morte de pessoas negras atinge números substancialmente expressivos.

Para Maria Luiza Heilborn, Alfonsina Faya e Josué de Souza (2014) a juventude aparece como a principal vítima das mudanças introduzidas pela instalação de Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs em um Complexo de Favelas do Rio de Janeiro, notadamente

pela presença e controle constante dessas, nos espaços de sociabilidade dos jovens. Segundo as autoras, no contexto de pacificação do território no qual investigaram, as sociabilidades juvenis são vistas como traço de marginalidade e tendem a ser criminalizadas. Ademais, a exposição à violência urbana e a precariedade das condições materiais de existência afetam e regulam dimensões da vida cotidiana desse grupo, como também organizam e mediam as formas de interação social e possibilidades dos jovens em termos de construção de si e de estilos de vida.

A presença de grupos de jovens negros pobres em centros comerciais da cidade de São Paulo, como shoppings centers, gera medo, insegurança e forte repressão policial, fundados, na maioria das vezes, em discursos criminalizantes e estigmatizantes produzidos no cenário midiático, como afirma Alexandre Barbosa-Pereira (2016).

Nos estudos realizados por Evanira da Costa (2013) e Leny Trad et al (2016) foi possível identificar que a utilização do poder discricionário concernente à atividade da polícia militar se constitui, em certa medida, como um dos principais paradoxos na atuação policial, já que a falta de elaboração explícita e objetiva sobre os critérios utilizados para fundamentar a suspeição aumenta a propensão para a utilização de práticas discriminatórias e preconceituosas, principalmente quando se admite que a cultura presente nas instituições públicas reflete, em parte, a lógica de funcionamento social, no qual discriminações por classe, gênero, sexualidade e raça ainda permanecem fortemente arraigadas.

Segundo Aline Nascimento (2014), o racismo também é institucionalmente reproduzido pelos policiais negros do Distrito Federal, sendo que a cultura militarista centralizadora que caracteriza a polícia militar se constitui como um dos principais entraves para que a instituição admita o racismo sistêmico em seus bastidores e possa promover mudanças estruturais para combatê-lo. Além disso, as suas representações sobre os territórios preponderantemente constituídos pela população negra, dos quais, na maioria das vezes, eles mesmos são oriundos, estão ancoradas em noções de marginalidade e suspeição dos moradores negros. Os policiais admitiram que, mesmo tendo vínculos profissional e emocional com tais espaços, agem com maior energia com pessoas dessas localidades, principalmente, pelo fato destas não terem o hábito de fazer ocorrência de abusos policiais na corregedoria.

Em Goiás/Goiânia, a violência policial, do ponto de vista de homens jovens e pobres, é um mecanismo instituído para o controle social, racionalizada como ferramenta de punição,

dirigida principalmente contra a população pobre sob o discurso de preservação da ordem pública. Os sentidos e significados que tais jovens atribuem à violência que vivenciam em seus cotidianos, indicam abuso de autoridade e poder, condutas de arbitrariedades e barbáreis, que impactam em suas vidas, gerando insegurança, temor e medo em relação à polícia militar, segundo Divino Rodrigues (2015).

Resultados semelhantes são apresentados na pesquisa realizada por Jader Alves (2017) com jovens negros e pobres da cidade de Salvador/BA. Embora os participantes tenham relatado reconhecer a legitimidade da polícia como instituição responsável pelo cumprimento da lei e proteção à sociedade, afirmaram que as abordagens policiais são marcadas por abusos, tais como agressões físicas e verbais, em situações nas quais não praticavam atividades delituosas e nem sequer esboçaram reação à atividade policial. Para esses jovens, os abusos cometidos por policiais são motivados por discriminações de diferentes matizes que se correlacionam tais como faixa etária, cor de pele, local onde residem, desemprego, corte de cabelo, tatuagens (dentre outras), gerando constrangimentos, tristeza e impotência frente aos episódios de violência policial.

No estudo realizado por Trad et. al. (2016) sobre a abordagem policial dos pontos de vista de policiais e jovens negros, aponta aspectos comuns em Salvador, Fortaleza e Recife: a) a abordagem policial se constitui como uma prática marcada por tensões e ambiguidades entre as dimensões técnico-normativas, reguladas por dispositivos formais; b) a dimensão discricionária é alimentada por ideologias e valores sociais. Em ambos os discursos, a questão racial ocupa o lugar do “não dito”, sendo a discriminação social o principal filtro que motiva as abordagens.

A descrença gerada pelos retrocessos nos programas e políticas previstos pelo PRONASCI, bem como as percepções dos jovens sobre tais políticas implementadas nos municípios de Canoas e Porto Alegre/ RS foram identificadas por Mariana Santos e Rodrigo Azevedo (2013). Eles concluíram que a falta de assunção séria de um compromisso estatal que vise à continuidade das políticas, bem como a não implementação de uma efetiva reforma das instituições de segurança pública, podem vir a provocar regressão nos avanços até então conquistados.

No tocante a subjetividade, a construção da identidade e processos subjetivos de jovens negros e mestiços das periferias de São Paulo e Paris sofrem influências direta da territorialidade e herança da diáspora africana. Tais processos são permeados pela recusa a

uma ordem capitalista hegemônica que envolve, por um lado, conflitos tensões, angústias e violências, concomitante ao engendramento de potencialidades para produzir revoluções com força, luta e sabedoria em direção à construção do seu próprio futuro, afirma Regina Oliveira (2008).

Nos estudos selecionados, podemos identificar a complexa relação entre as ações protagonizadas pelas instituições policiais e a juventude residente em comunidades periféricas, principalmente quando elegemos a dimensão racial como foco de análise, fato que nos leva a identificar o racismo institucional das práticas policiais, especialmente aquelas realizadas por policiais militares.

No entanto, no que se refere às repercussões do racismo institucional no cotidiano dos jovens negros moradores de comunidades periféricas, ainda se percebe uma relativa carência de estudos que focalizam as produções subjetivas dos jovens. Além disso, identificamos a escassez de estudos que utilizam referenciais teóricos da Psicologia. Nesta direção, buscando refletir sobre como o racismo institucional presente nas práticas policiais configura o processo de produção subjetiva de jovens negros, recorreremos a uma das vertentes da Psicologia Social, a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey, a qual nós apresentaremos suas especificidades teórico-metodológicas em momento oportuno.

1.1 Objetivos

Assim sendo, o principal objetivo desse estudo foi compreender as configurações subjetivas de jovens negros residentes em comunidades periféricas relacionadas às práticas policiais. Para tanto foi necessário:

- 1) Identificar as produções subjetivas dos jovens relacionadas ao serviço prestado pela polícia militar;
- 2) Compreender como se configura a relação dos jovens com a polícia militar em situações cotidianas concretas (abordagens em ônibus, em festas populares, ou seja, nos diversos territórios de circulação dos jovens, etc.);
- 3) Analisar como eles lidam com as práticas policiais em tais circunstâncias (seja para contorná-las, evitá-las ou mesmo enfrentá-las).

No capítulo seguinte, apresentaremos as principais contribuições teóricas sobre os conceitos de raça, racismo e vulnerabilidade social, assim como um panorama da política de

segurança pública no contexto brasileiro, especialmente no tocante a atuação da polícia militar, e das condições de vulnerabilidade da juventude negra.

2. Raça, Racismo e Vulnerabilidade Social da Juventude Negra

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não tomá-la como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo.

(Silvio Almeida, 2018, p. 44)

Neste capítulo apresentamos parte da fundamentação teórica que sustenta este estudo. Ele está organizada em três tópicos (*Aspectos histórico-sociais da desigualdade social e do racismo; Segurança pública e racismo institucional e; Vulnerabilidade de jovens negros*) os quais buscam circunscrever noções e conceitos básicos que nos auxiliaram em uma análise mais detalhada de como processos históricos e contemporâneos estão interligados pelo entrelaçamento de diversas questões sociais, tais como: o exercício de poder por meio da invenção da ideia de raças, o racismo em suas diversas manifestações, a produção de desigualdade e exclusão sociais e as condições de vulnerabilidade social vivenciadas pela população negra, de forma geral, e da juventude negra, em particular.

2.1 Aspectos histórico-sociais da desigualdade social e do racismo

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018) revelam que atualmente a população brasileira ultrapassa a marca de 209 milhões de habitantes, sendo que mais de 56% dessa população se autodeclara como pertencente à população negra, composta por pretos e pardos. Embora seja maioria no contexto brasileiro, a população negra vivencia cotidianamente os principais impactos das injustiças⁷ e desigualdades sociais, seja no tocante às condições materiais como também em relação a aspectos subjetivos, o que nos leva a evidência de que a desigualdade racial é estruturante da desigualdade social e não a sua simples consequência.

⁷ “(...) quando falamos em desigualdade social geralmente estamos nos referindo a situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser e se manter sadio.” (Barata, 2009, p. 12).

Diante do exposto, afirmamos que é improdutiva uma análise sobre desigualdade social que desconsidere as repercussões de processos históricos na dinâmica social, econômica, cultural, política e subjetiva, tanto no cenário mundial como também, mais particularmente, no contexto brasileiro. Deste modo, para atingirmos nossos objetivos, é indispensável que percorramos brevemente sobre como a construção da ideia de raça serviu de base para a exploração e acumulação de recursos naturais, bem como para o domínio e escravização de seres humanos, reverberando no contraste contemporâneo entre os grupos raciais que hegemonicamente controlam os espaços privilegiados de poder e os grupos que permanecem vivendo sob as mais degradantes condições de opressão.

2.1.1 Colonização

Para Achille Mbembe (2017), a colonização e o tráfico negreiro foram dois processos iniciados no século XVI, no lado “atlântico do planeta”, que incidiram na redistribuição planetária das populações. Articulados aos interesses da expansão do capitalismo industrial, ambos os processos coincidiram com a formação do pensamento mercantilista no ocidente e serviram de base para o repovoamento do planeta pela predação humana, a extração das riquezas naturais e a imposição do trabalho para os grupos sociais subalternizados (Mbembe, 2017). Nessa direção, Silvio Almeida (2018) aponta que na transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista, marcada pelas revoluções inglesas, a americana e a francesa, a composição filosófica do “homem”, dos direitos e da razão se estabeleceu numa perspectiva universal, sendo basilar para a construção da concepção de civilização. Assim sendo, o colonialismo foi forjado com a justificativa de levar a civilização para onde ela não existia, engendrando um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão.

Mbembe (2017) argumenta que a ideia de democracia europeia foi forjada intrinsecamente à violência colonial e à escravidão, uma vez que essa relação, encoberta na modernidade até o momento da descolonização africana, favoreceu o enrijecimento das diferenças entre “nós e eles” e consagrou a guerra e a raça como elementos essenciais para o fortalecimento do nacionalismo e imperialismo.

Nessa mesma direção, Aimé Césaire denuncia a violência, dissimulação e desonestidade contidas nos discursos que buscaram justificar o processo civilizatório europeu por meio da ideia de progresso, desconsiderando as mazelas geradas pelo seu funcionamento e sua própria incapacidade para resolvê-las. Para ele:

O que é a colonização? Concordemos em dizer o que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito; Admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar a escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas. (Cesaire, 1978, p. 14)

Cesaire amplia a sua crítica para o sentimento de revolta e compaixão humanista frente ao holocausto liderado por Adolfo Hitler durante o nazismo, afirmando que não houve tal sensibilidade quando esses processos, também coloniais, uma vez que recorreram aos velhos padrões colonialistas europeus, foram aplicados a outros povos (negros, árabes e *coolies*). Ou seja, o compadecimento não estava necessariamente ligado a animalização, coisificação e desumanização do “outro”, mas sim amparada na inadmissibilidade que essas mesmas violências estivessem sendo aplicadas ao homem branco europeu.

Mbembe (2018a) sustenta que qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação do *biopoder*⁸. Ele aborda esse conceito distanciando-se de análises centradas em contextos europeus a fim de interpretar a forma de constituição dessas manifestações de poder nos processos de colonização. A partir de reflexões sobre o sistema *plantation*⁹, Mbembe afirma que é nele que se inicia o exercício do paradigma biopolítico moderno, onde a condição de humanidade do negro capturado, exportado da África e escravizado é retirada por meio de uma tripla perda: de um lar, de direitos sobre o seu corpo e de estatuto político, o que equivale a uma “dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social” (Mbembe, 2018a, p. 27).

Assim como Cesaire, Mbembe aponta o regime colonial como um cenário de produção de violência antes desconhecido na humanidade, reservados, inicialmente, aos povos representados como “selvagens” e, posteriormente, aplicados aos povos “civilizados”

⁸ “Conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 3). Foucault denominou essa tecnologia como um poder sobre a vida, voltada para a manutenção da vida das populações, que são organizadas pelo Estado como corpo político. Se, na soberania, o intuito era fazer morrer e deixar viver, na economia do biopoder a preocupação agora passa a ser o fazer viver e deixar morrer.

⁹ Monocultura de exportação (cana-de-açúcar e café são exemplos), baseada em latifúndios e mão de obra escravizada, amplamente usada na colonização da América, Ásia e África (Otávio Velho, 2009).

da Europa. No entanto, Thula Pires (2018) salienta que em virtude da violência dirigida a esses últimos que surge a emergência dos Direitos Humanos, o qual forjado pela crença em ideias neutras e universais, assim como outros campos do Direito, relegou as peculiaridades do sofrimento de grupos sociais minorizados e alijados dos bens materiais e simbólicos.

2.1.2 Conceito de raça

Segundo Lilia Schwarcz (2010), a “descoberta” da América parece ter sido o feito mais grandioso da história moderna ocidental. As narrativas de viagem dos primeiros exploradores destacavam o caráter paradisíaco da nova terra, principalmente no tocante ao contraste com a paisagem gélida da Europa. Entretanto, no que se refere “às gentes” locais, a interpretação era outra. Ora concebidos como selvagens/primitivos, ora como degenerados, semelhante às representações produzidas em relação aos negros africanos. A colonização e a catequese eram entendidas e representadas como provas de benfeitoria, única possibilidade de salvamento daqueles povos. No entanto, o que predominou de fato foi a escravização e a dominação.

No tocante mais especificamente aos negros africanos, a sua mão de obra foi o instrumento fulcral para o desenvolvimento do vasto projeto de submissão do meio ambiente com a finalidade de arranja-lo de forma racional e rentável, substituindo um ecossistema por um agrossistema (Mbembe, 2017). Ademais, para os escravos transplantados no “Novo Mundo” esse era o contexto onde se desencadeava outro começo, “uma vida doravante vivida segundo um princípio essencialmente racial” (Mbembe, 2017, p. 23).

Anibal Quijano afirma que não há conhecimento histórico da ideia de raça em seu sentido moderno antes da América, sendo que “a formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras” (Quijano, 2005, p.117). Termos que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem (espanhol, português, europeu) também adquiriram conotação racial e contribuíram para o estabelecimento de relações sociais pautadas na dominação e hierarquização de lugares e papéis sociais na estrutura de poder da nova sociedade.

Quijano compreende raça como uma construção mental que revela a experiência básica da dominação colonial perpassando pelas dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Ou seja,

“uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo”. (Quijano, 2005, p. 126).

O conceito de raça foi utilizado primeiramente na Zoologia e na Botânica para classificar espécies animais e vegetais, posteriormente foi transportado para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais, sem que houvessem evidentes diferenças morfo-biológicas entre os indivíduos, nos adverte Kabengele Munanga (2003). Segundo (Almeida, 2018), historicamente a ideia de a raça se entrelaça como característica biológica, em que identidade racial será atribuída por algum traço físico, como também pela característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua e outros costumes.

Embora não haja elementos naturais que justifiquem a utilização do conceito de raças humanas, elas são plenamente existentes no mundo social e se configuram como “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” conforme destaca Antônio Sergio Guimarães (1999, p.153), bem como para “naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”, como afirma Almeida (2018, p. 24). Nessa direção, assim como nos estudos de Almeida (2018), Munanga (2003) e Guimarães (1999), compreendemos o conceito de raça como uma categoria social e política de dominação e exclusão, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico.

2.1.3 Conceito de racismo

Segundo Carlos Moore (2007), diferente de uma ideologia, o racismo é um fenômeno atemporal, universal e transversal, fundamentalmente anti-negro, construído e determinado historicamente, perpassando por todas as culturas e civilizações. A sua dinâmica “se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando inconfessos –; infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural” (Moore, 2007, p. 281). Assim sendo, o racismo se estabelece como monopólio e gestão racializada de recursos de uma sociedade, reconfigurando-se constantemente em novos formatos, cada vez mais científico, refinado e educado.

Lia Schucman (2012) embora não desconsidere a conceitualização apresentada por Moore (pois reconhece os processos de discriminação, desvalorização e hierarquização

existentes nas relações estabelecidas entre diversos povos e populações na antiguidade) propõe que o racismo, como percebemos na contemporaneidade, é produto das teorias racistas desenvolvidas pela ciência moderna. Ela considera racismo como:

(...) qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (Schucman, 2010, p. 44).

Nessa mesma direção, Munanga (2003), defende que o racismo é uma ideologia essencialista que consiste em considerar características morais e intelectuais de um determinado grupo, como resultante, diretamente, das suas características fenotípicas. Assim como Clóvis Moura (1994) destaca que, ao longo da história, o racismo serviu como um multiplicador ideológico nutrido por ambições expansionistas e políticas das nações dominadoras, além de ser utilizado como arma de combate e justificativa para crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural, a fim de manter um sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças, paralelo à manutenção dos privilégios das elites brancas.

Almeida (2018) define racismo como uma forma sistemática de discriminação fundamentado na ideia de raça, e que se revela mediante práticas conscientes e inconscientes que conferem desvantagens ou privilégios para indivíduos, de acordo com o grupo racial ao qual pertençam, sendo reproduzido também nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Ele apresenta três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural.

Na primeira concepção, o racismo é compreendido como uma patologia, irracionalidade, praticado individualmente ou por grupos isolados, passível de ser combatido no campo jurídico. Já na segunda, o racismo está relacionado ao funcionamento das instituições, as quais conferem desvantagens e privilégios, direta ou indiretamente, tendo na raça o seu principal fundamento. Nessa perspectiva a desigualdade racial é entendida como uma característica da sociedade, não apenas por uma ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são dominadas hegemonicamente por determinados grupos raciais que impõem seus interesses políticos e econômicos, instituindo a

toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem o seu domínio normal e natural.

No que se refere à terceira concepção – racismo estrutural - o racismo como processo histórico e político transcende comportamentos individuais e processos institucionais. É uma decorrência da própria estrutura social, se estabelecendo como regra dentro do funcionamento “normal” que constitui as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, forjando as condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados, direta ou indiretamente, de forma sistemática (Almeida, 2018).

Com exceção dos argumentos apresentados por Moore (2007), é possível afirmar que as demais conceitualizações apresentadas anteriormente compreendem que o racismo contemporâneo está sustentado ideologicamente pela noção de raça, fundamentada em características fenotípicas, produzindo injustiças e desigualdades sociais, políticas e culturais que determinam as condições materiais e subjetivas de grupos raciais. Embora não discordemos da dimensão histórica do racismo, muito menos da disputa por recurso que, em última análise, está intrínseca na sua construção, neste trabalho investiremos em analisar a relação estabelecida entre a polícia militar e a juventude negra por um racismo que se expressa, sobretudo, por um viés ideológico, naturalizado, normatizado e subjetivado na estrutura social, bem como reproduzido e mantido nas ações institucionais e subjetividades individuais.

2.1.4 Colonialidade e vulnerabilidade social da população negra

Para Quijano (1997) a modernidade reflete a experiência histórica da colonização, uma vez que processos como independência e descolonizações não foram suficientes para extinguir as formas coloniais de dominação, evidenciando que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema/mundo capitalista colonial-moderno. Ele conceitua essa continuidade de estabelecimento de relações de poder e dominação como colonialidade, a qual desvela a arbitrariedade presente em diversos discursos históricos, como evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização, que contribuíram para consolidação e manutenção de um padrão civilizatório simultaneamente concebido como superior e normal.

Ao fazer reflexões sobre o mundo contemporâneo, tendo como base a experiência vivenciada pela população negra, Mbembe (2018a) expõe que a visão do negro na atualidade

foi construída pelo sistema escravista nos primórdios do colonialismo, sendo a definição de negro uma categoria social, historicamente confundida com a ideia de raça. Deste modo, negro é um conceito que designa a imagem de uma existência subalterna, uma não humanidade, tendo seu ápice na fase mercantilista do capitalismo (quando o negro é transformado em mercadoria) e perdura no neoliberalismo¹⁰. Os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem na contemporaneidade a norma ou uma parte de todas as humanidades subalternizadas. Para Mbembe:

Pela primeira vez na história o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo (Mbembe, 2018a, p. 19 - 20).

Assim sendo, os mecanismos utilizados para a desumanização da população negra ao longo da história estão imbricados com as questões econômicas, políticas e culturais em jogo na conjuntura da escravização e do colonialismo e se perpetuam até os dias atuais, uma vez que o sujeito negro continua a ser marginalizado econômica, social e culturalmente. Nesse cenário de profundas violações de direitos, podemos afirmar que a experiência existencial de “ser negro” no cenário brasileiro equivale à condição de **vida nua**¹¹, imersa em um permanente **estado de exceção**¹².

¹⁰ O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, engrenou-se um movimento de escalada, baseado na visão segundo a qual “a todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor no mercado”(Mbembe, 2018a, p.15)

¹¹ Para explicar a relação entre biopoder e estado de exceção, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2002) apresenta algumas reflexões sobre a definição do que é a vida no contexto da cultura grega. Para ele, entre a vida natural compartilhada por todos os seres vivos (*zoé*) e aquela particularmente qualificada pela convivência social pelos seres humanos (*bios*), existe uma forma de vida que não alcança os direitos e garantias da convivência social e, conseqüentemente, perde o seu valor jurídico, sendo indigna de ser vivida e politicamente irrelevante. Ele conceitua essa categoria como vida nua.

¹² Segundo Agamben (2002), o campo de concentração é a experiência propriamente contemporânea em que a vida nua se manifesta ao extremo, sob o exercício também extremado do poder sobre a vida (ou biopoder). Assim sendo, o campo de concentração é “o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra” (Agamben, 2002, p.175). Ou seja, na medida em que o estado de exceção passa a ser socialmente admitido como a forma de resolução de determinadas questões sociais, a norma torna-se indiscernível da exceção. Entretanto, embora consideremos pertinentes os conceitos apresentados por Agamben, concordamos com a crítica de Mbembe (2018b), na qual ele expõe que o exercício do paradigma biopolítico moderno tem início na *plantation* onde a condição de humanidade do negro capturado, exportado da África e escravizado é retirada por meio de uma tripla perda: de um lar, de direitos sobre o seu corpo e de estatuto político.

Nessa direção, Judith Butler (2018) afirma que toda vida é em si mesma precária, tendo em vista que a sua manutenção não depende exclusivamente de um “impulso interno para viver”, mas está essencialmente ligada às condições sociais e políticas que possam torná-la “vivível” ou não. Segundo Butler, as formas instituídas e ativas de racismo produzem os enquadramentos para que determinadas populações tenham suas vidas eminentemente lamentáveis, enquanto a morte de outras não seja necessariamente encarada como uma perda e, conseqüentemente, passível de luto. Assim sendo, as populações cuja as vidas não são potencialmente consideradas como lamentáveis são compelidas “a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada a violência e à morte” (Butler, 2018, pp. 45,46).

No contexto brasileiro, segundo Carlos Alberto de Paulo (2015), essas mazelas se configuram como obstáculos socioeconômicos diretamente ligados ao racismo. Para ele, o longo percurso histórico da escravização no contexto brasileiro estabeleceu o racismo como um “ente não assimilável” na consolidação social, porém não assumiu o desprezo, ódio e rejeição de parcela da sua população. Assim sendo, o racismo se constitui como o fundamento maior na institucionalização e estruturação das relações sociais, marcando uma dualidade no pensamento social que envolve tanto um processo de incorporação do negro na sociedade de classe, porém mantido sob violência racial; como também “a construção de uma identidade assimilacionista em que o visto de fora (exótico) emoldurou as principais características do elemento branco, enquanto referência central de civilidade e modernidade” (Paulo, 2015, p. 148).

Ainda que políticas ou ações de combate ao racismo e às desigualdades raciais, tais como ações afirmativas, repressivas e valorativas como qualificam Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002), se destaquem como avanços importantes na luta constante da população negra para impulsionar mudanças sociais que lhes confira melhores condições de vida, notamos que tais estratégias ainda são incipientes e acumulam inúmeras falhas na garantia de direitos. Para Hélio Santos (2001), a desigualdade social observada em nosso território revela a existência de “dois brasis”, sendo o primeiro constituído por uma população majoritariamente branca e amarela, assemelhando-se a um país europeu, enquanto que no segundo temos um povo marcadamente não branco, onde predominam, pretos, pardos e os poucos índios remanescentes. É nesse segundo Brasil que se acentuam os piores índices de desenvolvimento social e qualidade de vida.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, sobre a situação da população brasileira entre 2001 e 2012 revelam que houve uma evolução considerável nos indicadores da situação social para famílias e pessoas, decorrente, principalmente, da responsabilização do Estado ao incorporar, na agenda governamental, demandas e debates há muito reivindicados pelos movimentos sociais, em especial no que se refere à formulação de políticas públicas direcionadas àqueles que são prejudicados pela distribuição funcional da renda existente no Brasil. No entanto, a pesquisa também revela que “a melhoria das condições de vida da população em geral não se apresenta necessariamente acompanhada de significativa redução das desigualdades entre negros e brancos” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2014, p. 30).

Em relação à categoria moradia, por exemplo, a pesquisa supracitada revela que as desigualdades raciais são flagrantes em todas as situações de ocupação investigadas. Famílias chefiadas por brancos apresentam maior incidência de moradias em situação adequada, enquanto que a maior parte das famílias chefiadas por negros ocupam domicílios mais precários em qualquer localização (urbana metropolitana, urbana não metropolitana e rural). No que se refere a tal questão, Lélia González (1979) destaca que as condições de existência material da população negra remetem a condicionamentos psicológicos que precisam ser atacados e desmascarados. Para ela:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (González, 1982, p. 15).

Tais disparidades foram identificadas em todos os outros indicadores investigados na pesquisa realizada pelo IPEA: renda, características das famílias, escolaridade, trabalho e seguridade social. Deste modo, os dados supracitados desvelam mais do que as injustiças e desigualdades sociais existentes entre negros e brancos. Apontam, sobretudo, para o quadro

de vulnerabilidade social no qual a população negra permanece imersa. Para Fernanda Lopes (2005a), vulnerabilidade refere-se ao:

conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger das consequências indesejáveis daquela situação (Lopes, 2005, p. 6).

Se por um lado pessoas e comunidades, majoritariamente constituídas pela população negra, permanecem vulneráveis às iniquidades engendradas na conjuntura histórica em que o racismo foi forjado; por outro, as instituições públicas, as quais deveriam acolher com maior acurácia as demandas desse grupo social, continuam contribuindo substancialmente para reprodução e manutenção de práticas racistas. Considerando os critérios utilizados pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1948, na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio¹³, podemos afirmar que está sendo operado contra a população negra no contexto brasileiro um verdadeiro crime de genocídio, uma vez que assistimos diuturnamente a submissão intencional dos seus membros a condições de existência que lhes ocasionam destruição física total ou parcial, danos graves à sua integridade física ou mental, assim como medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo, dentre outras.

Como destaca Ana Luisa Flauzina (2006):

(...) da saúde pública à educação, passando pela distribuição espacial urbana, pela manipulação da pobreza e por todas as vedações impostas como forma de impedir uma reação que transforme a paisagem social do país, dentre tantas outras facetas da atuação institucional, podemos visualizar alguns dos âmbitos em que a produção da morte material e simbólica vai sendo arquitetada enquanto projeto dirigido para a população negra e vai se naturalizando enquanto estética que entra pelos olhos no ordinário do cotidiano. Só mesmo uma concepção engessada da categoria violência pode explicar o afastamento sistemático desse tipo de prática do debate sobre a eliminação em massa, dentro da mais “bem intencionada” interpretação. (Flauzina, 2006, pp. 110, 111).

Expor os processos históricos e atuais que permeiam a trajetória da população negra no cenário brasileiro se faz relevante para ampliar a discussão em torno do funcionamento das instituições públicas, principalmente no tocante à garantia de práticas equânimes na prestação de serviços. Nessa direção, o racismo institucional pode se manifestar de várias formas e em diferentes âmbitos da sociedade, como na menor escolarização, na atuação da polícia e outras

¹³ Decreto nº 30.822, de 06 de maio de 1952. Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Disponível em: . Acesso em 12 set. 2016.

forças de autoridade e controle social através de prisões ilegais e detenções arbitrárias (Lopes, 2005b).

2.2 Segurança pública e racismo institucional

Segundo consta no artigo 144º da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a segurança pública é um dever do Estado que se configura tanto como um direito, quanto como uma responsabilidade de todos, exercida por diversos órgãos (polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpo de bombeiros militares) a fim de preservar a ordem pública, a integridade das pessoas e o patrimônio (Brasil, 1988). No tocante mais especificamente a função das polícias civil e militar, compete à primeira atribuições relativas à Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais. Enquanto a segunda é responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, ambas subordinadas aos governadores dos Estados e do Distrito Federal.

O sistema de Segurança Pública vigente no Brasil tem sido alvo de uma série de questionamentos, tanto de organizações nacionais como internacionais, em torno da eficiência e eficácia das suas ações, destacam Júlio Waiselfisz (2015), a Anistia Internacional (2015a) e o IPEA (2013). Tais críticas são substancialmente elevadas quando o campo de análise é a relação das polícias, principalmente a militar, com grupos em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, se faz relevante empreender breves considerações sobre o processo histórico de formação das polícias no Brasil, bem como ao modelo de segurança pública vigente e suas repercussões na relação estabelecida com a população negra.

2.2.1 História de formação das polícias no Brasil

Marcos Luiz Bretas e André Rosemberg (2013) afirmam que o tema da história da polícia é bastante recente, sendo que até os anos 1960 existia apenas uma historiografia oficial, realizada em sua maioria por antigos policiais. A maior visibilidade em relação à temática decorre de diversos elementos em ebulição naquele período, tais como manifestações raciais, estudantis (dentre outras) colocando-a como foco de interesse acadêmico. Claudia Mauch (2007) sinaliza que atualmente a maior atenção à temática pode ser em parte atribuída aos problemas políticos e sociais contemporâneos “tais como a permanência da violência policial no contexto democrático e a questão do tráfico de drogas, e sua relação com a própria construção das democracias na era pós-ditaduras” (Mauch, 2007, p. 108).

Como apontam Bretas e Rosenberg (2013), duas tensões parecem prevalecer nos estudos sobre a temática:

(...) por um lado, entre uma história da dominação em que a polícia é instrumento e uma história onde o exercício da dominação pela e na polícia se apresenta como um problema; por outro, entre uma história da polícia onde as questões que realmente interessam estão fora dela e uma história mais diretamente ligada à vida policial (Bretas e Rosenberg, 2013, p. 166).

Longe de apresentar reflexões mais detidas em relação a essas tensões, ainda que reconheçamos a relevância do aprofundamento nelas para compreender o direcionamento dos estudos contemporâneos no campo da segurança pública, optamos por analisar a história de constituição das polícias pela lente que a observa como um instrumento historicamente legitimado pelo Estado para segregar, controlar e subalternizar corpos negros em paralelo com a manutenção de privilégios assegurados à parcela majoritariamente branca da população brasileira.

Nesse sentido, concordamos com Tomas Holloway (1997) ao afirmar que a história da Polícia brasileira é marcada por uma herança escravocrata, clientelista e autoritária, mantendo suas funções de controle da ordem social, seja reprimindo as rebeliões escravas, seja controlando o comportamento dos homens livres que ameaçavam a ordem instituída. Como parte desse processo, a violência física foi incorporada às estruturas regulamentares de repressão como parte das técnicas usadas para manter o comportamento da população dentro de limites considerados aceitáveis pelas elites e para infundir terror, destaca Holloway (1997).

Assim sendo, as instituições policiais, no contexto brasileiro, sempre estiveram ligadas às estruturas de poder, mantendo uma relação contraditória entre a necessidade de estabelecer o controle social simetricamente à garantia da paz e tranquilidade social. No entanto, observa-se que mesmo com o processo de redemocratização do país, logo após o final da ditadura militar, há uma progressiva e sólida continuidade de práticas repressivas das polícias no país.

2.2.2 Modelo de segurança pública e racismo institucional

Para Jorge Luiz Bengochea, Luiz Guimarães, Martin Luiz Gomes e Sergio Abreu (2004), as transformações ocorridas na sociedade brasileira após o período da ditadura militar, caracterizando-se principalmente pelo crescimento de práticas democráticas e fortalecimento da cidadania, influenciaram no processo de rompimento do modelo histórico do sistema policial, porém não foram suficientes para superar o enrijecimento desencadeado pelo período

ditatorial. Nessa direção, há uma crise nas polícias brasileiras, engendrada pelo descompasso entre as mudanças sociais e políticas, e a prática policial, “ampliada pela ausência de um processo dinâmico e otimizado que faça funcionar um sistema de segurança pública para a realidade brasileira” (Bengochea et al., 2004, p. 119).

Por meio de reflexões sobre a construção e finalidade da polícia e do policiamento, Jaqueline Muniz e Eduardo Paes-Machado (2010) definem polícia como um corpo especial de funcionários, uniformizados e armados (ou não), que tem como finalidade realizar o trabalho de manutenção da ordem entre e por sobre os corpos e territórios, em um contexto de redefinição de um tipo de governo de ambição democrática e liberal. Já o policiamento pode ser compreendido como: “um expediente particular de controle pela ênfase no seu caráter instrumental, isto é, na sua capacidade de produzir efeito inibitório e o mais imediato possível sobre os acontecimentos e as atitudes de indivíduos e grupos” (Muniz & Paes-Machado, 2010, p. 438).

Nessa perspectiva, o policiamento compõe-se como um variado repertório de meios, tais como vigiar, regular, impor, fiscalizar, patrulhar, guardar, conter etc.; aplicados para atingir finalidades como sustentação de um status quo, de uma determinada visão e expectativa de ordem que se deseja obedecida e consentida, em parte, pelos indivíduos ou grupos policiados, no território público e normativamente legal, não sendo exercido exclusivamente pelo Estado (Muniz e Paes-Machado, 2010).

No que se refere ao policiamento exercido pela polícia estatal, Muniz e Paes-Machado (2010) destacam que a teoria da rotulação (Howard Becker, 1963), com seu foco nas instituições disciplinares e agências de controle social, evidencia o papel paradoxal dessas agências, uma vez que ao mesmo tempo em que deveriam coibir comportamentos desviantes e delituosos, contribuem ativamente para produzi-los. Assim sendo, a teoria da rotulação social deu suporte à construção conceitual do poder discricionário e do uso da força policial (conceitos fundamentais para os estudos de policiamento), uma vez que expõe que a relativa autonomia das polícias para decidir, interpretar e aplicar códigos normativos e legais está fundada em critérios próprios e valores dominantes na sociedade.

No tocante aos procedimentos realizados pela polícia militar, a **abordagem policial** e a **busca pessoal** são destacadamente os que geram maior controvérsia, tendo em vista que a previsão legal que fundamenta a execução dos mesmos não regula efetivamente os casos de abusos cometidos pelos agentes, os quais geralmente se valem da discricionariedade que

legítima suas ações. Dessa forma, a abordagem policial se constitui como um dos primeiros contatos de proximidade entre a população e o Estado, representado pela figura do agente policial. Assim sendo, a pessoa reconhecida como suspeita é abordada dentro de um padrão técnico e/ou discricionário definido anteriormente, num contexto geralmente marcado por tensões, hostilidades e desconfianças entre as partes envolvidas, destaca Tânia Pinc (2007).

Já a busca pessoal consiste na revista realizada pelo agente policial no corpo da pessoa em suspeição, a fim de verificar o possível porte ilegal de armas, drogas ou qualquer outro recurso que comprove o possível cometimento de um crime. Como previsto no artigo 244 do Código de Processo Penal – CPP:

A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar. (Brasil, 2017, p. 63).

De forma mais ampla, Luiz Antônio da Silva (2010) defende que uma política de segurança prevê confiança generalizada nas instituições, de modo a assegurar e expressar a legitimidade de atuação, baseando-se em um conjunto de políticas que simultaneamente articule o controle e a prevenção das práticas definidas como ilícitas, como a garantia de manutenção da ordem pública pela coerção juridicamente fundamentada, e a proteção social, representada pela ampliação das condições de exercício da cidadania.

Contudo, notamos que há um grande investimento por parte do Estado brasileiro na aquisição de recursos militares em paralelo com uma intensa prática de coerção e controle social, principalmente em comunidades periféricas. Segundo Sônia Fleury (2012), quando o Estado passa a traduzir o social como parte da política de segurança, opera um processo de militarização do social, assegurando o predomínio do aparato coercitivo sobre as relações sociais.

Marielle Franco (2014) investigou a implementação das UUP's na cidade do Rio de Janeiro, bem como o papel do Estado e dos territórios em que o projeto citado é implementado. Ela defende que o programa das UPPs é um modelo de ação policial voltado para enfrentar, nas favelas, o poder dos grupos criminosos armados sustentado por uma carga ideológica que visa manter elementos fundamentais da política hegemônica, centralizado na ação da polícia e apelação por meio do discurso pela paz, desconsiderando a necessidade de implantação de políticas públicas para a promoção de mudança cultural em territórios nos

quais a presença do Estado não ocorre em sua completude, evidenciando, mais uma vez, que o foco da política de segurança pública está sustentada na militarização.

Uma vez que o processo de “pacificação” não alcançou o conjunto da população, pois os grandes investimentos existentes são priorizados para a cidade dos grandes eventos e não para um legado permanente do conjunto dos cidadãos, para os moradores das favelas sobrou a polícia. E isso feito em um clima de vitória, como se houvesse duas “nações” disputando um território. Ao final de cada ocupação, são colocadas as bandeiras do Rio de Janeiro e da polícia, como se o governo e a polícia não fossem também dos moradores da favela (Franco, 2014, p. 125).

Dentro dessa perspectiva, Maria Cecília Minayo & Edinilsa Sousa (1998) alertam que concepções que buscam explicar a violência e o crescimento dos índices de criminalidade no país como resultante da falta de autoridade do Estado - expressa através do poder repressivo e dissuasivo dos aparatos jurídicos e policiais -, omitem o papel da violência como instrumento de domínio econômico e político das classes dominantes, além de promover a crença da existência de um Estado neutro, à parte dos problemas sociais. Essa noção encobre a responsabilidade histórica do Estado como produtor de desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que torna o racismo institucional, sobretudo o que é praticado pelas polícias, uma prática inexistente, ou de segunda ordem.

Para Francisco Andrade & Rayane Andrade (2014) é possível identificar o racismo institucional na área da segurança pública mediante três principais mecanismos: i) por meio de uma legislação que promove a segregação, e na atuação direta de seus agentes; ii) por omissão ao reproduzir práticas e instrumentos que inviabilizam a consolidação de uma rede de proteção social, gerando distorções sociorraciais e territoriais e iii) pela atuação de indivíduos ou grupos movidos por seus próprios preconceitos alarmados pelas condições institucionais favoráveis que viabilizam as violações de direitos, estigmatização e processos discriminatórios. Esses mecanismos coadunam com parte dos resultados das pesquisas realizadas por Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2005), Geová Barros (2008) e em parte dos achados que apresentamos na revisão de literatura (Costa, 2013; Trad et al, 2016), evidenciando que ações policiais discriminatórias, fundadas em estereótipos sobre a cor de pele dos “suspeitos”, são recorrentes e pouco discutidas dentro da instituição polícia militar.

Ainda nessa direção, Vilma Reis (2005) sinaliza que a gestão da organização estatal de controle e prevenção da criminalidade, tanto no Brasil como em outros países, tem seu direcionamento para a proteção ao patrimônio, em detrimento da preservação à vida das pessoas, desconsiderando que a segurança pública está intimamente ligada à educação, cultura

e subjetividade. Assim, Reis coloca o termo “ordem social” em questão quando a pauta do debate inclui um olhar sobre estereótipos e outras cicatrizes históricas, como o racismo e a pobreza. Para ela, as políticas de segurança pública seguem uma receita que envolve o braço armado do Estado contra pobres, negros, imigrantes e outros incômodos, impondo o medo e a repressão em lugar de um conceito de segurança que considere a importância da articulação com outras políticas públicas e permita que a população confie em suas ações.

Similarmente, Juliana Borges (2018) denuncia que o sistema de Justiça Criminal é um mecanismo de profunda vigilância e repressão que retroalimenta insegurança, sendo que qualquer pessoa negra, desde pequena, recebe instruções sobre comportamento, conduta e confiabilidade na polícia, revelando que não há uma mera distorção de um suposto papel da organização, mas sim um aparato sistêmico para reproduzir e garantir a manutenção de desigualdades sustentadas em hierarquias raciais. Ela acresce que há uma constante insegurança sobre garantia de direitos no contato com esse sistema, sendo simplista analisar toda conjuntura de violências tomando como foco apenas a opressão policial, sendo necessário incluir questões estruturais, como “a falta de acesso à justiça, a advogados e defensores com tempo e qualidade nesse tempo para atendimento de réus e vítimas, a morosidade, o tratamento desigual baseado no fenótipo” (Borges, 2018, p. 87).

No tocante às mortes físicas produzidas nas relações das polícias com a sociedade civil, Luís Felipe Zilli (2018) assinala que letalidade e vitimização policial¹⁴ são atualmente dois dos maiores problemas de segurança pública do Brasil, tanto pelo considerável número de perdas humanas, como pelos efeitos negativos relacionados à consolidação das instituições e da própria democracia no país. Dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP revelam que no Brasil, entre os anos de 2009 e 2016, 21.910 pessoas morreram em decorrência de intervenções policiais e 2.996 agentes policiais foram assassinados (FBSP, 2017). Assim, as polícias brasileiras se posicionam tanto entre as organizações mais letais do mundo, quanto como aquelas em que há o maior número de profissionais assassinados devido ao exercício da atividade e/ou da identidade policial (Zilli, 2018).

¹⁴ “letalidade policial” todas as mortes decorrentes de intervenções praticadas por agentes policiais, motivadas única e exclusivamente pelo exercício das prerrogativas e diretrizes que sustentam o mandato policial. Em sentido contrário, classificam-se como ocorrências de “vitimização policial” todos os episódios em que houve a morte violenta de um agente policial, em decorrência única e exclusiva do exercício concreto, ou mesmo potencial, das prerrogativas e diretrizes que sustentam a função e o mandato policial (incluindo aí casos em que os agentes são assassinados tão somente por terem sido identificados como policiais). (Zilli, 2018, pp. 72, 73).

Cabe ressaltar que tanto as polícias como outras categorias que compõem a segurança pública no Brasil (bombeiros, guardas municipais e agentes do sistema penitenciário) contém no seu quadro um expressivo número de policiais negros, como revelou os dados da pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP entre os meses de abril e maio de 2009, representados na Tabela 1 (Brasil, 2009).

Tabela 1
Cor/raça auto-atribuídas dos profissionais

	Praças PM	Oficiais PM	Agentes PC	Delegados PC	Bomb.	GM	Sist Penit	Brasil ¹⁸
Branca	39,6%	51,0%	48,7%	70,1%	39,5%	39,0%	53,0%	49,5%
Preta	9,0%	7,3%	6,2%	1,4%	7,8%	12,7%	6,9%	7,4%
Parda	49,1%	39,7%	42,7%	26,6%	50,5%	45,5%	37,0%	42,3%
Amarela	1,3%	1,4%	1,2%	1,4%	0,9%	1,5%	2,3%	0,5%
Indígena	0,4%	0,3%	0,3%	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
NS/NR	0,6%	0,4%	0,9%	0,5%	0,9%	0,8%	0,4%	0,0%

P. Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça?

Fonte: Como pensam os profissionais de segurança pública no Brasil. SENASP/PNUD, 2009.

No estudo realizado por Nascimento (2015) com policiais militares do Distrito Federal foi possível constatar que o considerável número de policiais negros naquele contexto não podia ser explicado apenas pelo nível de escolaridade dos(as) profissionais, uma vez que um dos critérios para ingresso na instituição é possuir nível superior. Assim sendo, ela enfatiza que possivelmente um dos motivos para a permanência do contingente majoritariamente negro na instituição está relacionado às representações sociais racializadas em torno dos papéis que negros e brancos devem assumir na dinâmica social, sendo o trabalho como policial ainda visto como um “trabalho sujo”, o que afasta o ingresso do grupo branco. Contrapartida, a pesquisa realizada pela SENASP indica que as polícias militares e as profissões “de farda” são “especialmente atraentes para jovens negros” e também são “carreiras onde segmentos oriundos dos estratos pobres e negros encontram melhores possibilidades de ascensão, podendo ocupar cargos de chefia” (SENASP, 2009, pp. 75, 76).

2.3 Vulnerabilidades de jovens negros

O Estatuto da Juventude em seu Art. 1º considera como jovem as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, as quais tem o direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes

assegurada a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social (Brasil, 2013). No entanto, a juventude não é necessariamente delimitada pela idade cronológica, compreendendo fatores que se relacionam com as intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, as quais variam segundo as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero e outros determinantes. (Unesco, 2014). Revela-se mais adequado, portanto, adotar a noção de “juventudes”, levando em consideração que, embora abrigados sobre a classificação juventude, os mesmos indivíduos compartilham determinada faixa etária e fase da vida, mas diferem ao possuir pertencimentos sociais e culturais diversos (Pais, 1996).

De acordo com a pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude- SNJ, a juventude brasileira é grande, diversa e marcada por desigualdades, sendo necessária a compreensão das diferentes situações que configuram a realidade desse público. (Brasil, 2013). Segundo Elimar Nascimento (2000), o processo de cristalização ou fossilização da estrutura social no Brasil, a partir da década de 1980, reverberou em um risco radical de exclusão social marcado pelo engendramento de grupos sociais que foram gradativamente considerados desnecessários economicamente, perigosos socialmente e incômodos politicamente; sendo estes, portanto, passíveis de eliminação física. Os jovens brasileiros são reflexos deste contexto social, sendo assaltados por inúmeros problemas, desafios e incertezas que sintetizam a falta de perspectivas e projetos futuros (Nascimento, 2000).

Quando colocamos no campo de análise as práticas policiais frente às condições históricas de vulnerabilidade vivenciadas pela população negra, pode-se identificar um entrecruzamento de violências que impactam principalmente jovens negros moradores de comunidades periféricas. Maria Aparecida Bento & Nathalie Beghin (2005) apontam que os jovens negros lideram o *ranking* dos que vivem em famílias consideradas pobres, além de receberem os salários mais baixos do mercado, bem como são também maioria entre os desempregados, analfabetos e evadidos do sistema educacional. Da mesma forma, eles – os jovens negros - são as principais vítimas da violência urbana e alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, perfil que se perpetua até os dias atuais, como apresentado nas linhas seguintes.

Quando incluímos nesse conjunto de violações vivenciadas por jovens negros a esfera econômica como mais uma categoria de análise, identificamos que aqueles residentes em comunidades populares, ou nas zonas periféricas, estão dentre os grupos que mais correm riscos de sofrer violações de direitos humanos, principalmente quando estão em situação de

encarceramento. Dados da Anistia Internacional (2015) revelam que as prisões brasileiras permanecem com um quadro desumano de extrema superlotação, condições degradantes, tortura e violências. 67% da população prisional é negra (homens e mulheres) 56% da população prisional masculina é jovem. (Infopen, 2014). Quanto a esta questão, Sérgio Adorno (1996) ressalta que:

(...) a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sobre "os mais jovens, os mais pobres e os mais negros". São estes os grupos justamente desprovidos das imunidades conferidas para as complexas organizações delinquentes envolvendo cidadãos procedentes das classes médias e elevadas da sociedade (Adorno, 1996, p. 284).

A consolidação do mito que associa juventude negra e criminalidade multiplica consequências desastrosas no cotidiano das práticas policiais, sendo que um dos componentes mais evidentes do racismo institucional praticado por essas organizações é a naturalização da relação entre pobreza e criminalidade, tendo a cor de pele como seu indicador visível. Nesse sentido, o resultado mais contundente deste tipo de atitude é a constatação de que as taxas de homicídios de jovens negros no Brasil são superiores às taxas de mortes de jovens de países em guerra, conjuntura que conta com uma contribuição significativa da polícia (Waiselfisz, 2012).

No que se refere à violência letal, os últimos dados disponíveis do Ministério da Saúde nos mostram que entre 2005 e 2015 observou-se que a taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos aumentou 17,2%. Ademais, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, enquanto que a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2% (Daniel Cerqueira et al., 2017).

No país, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. A taxa média de homicídios de jovens homens no Brasil salta para 122,6 por grupo de 100 mil. Sergipe segue com a taxa mais elevada, 280,6, seguido por Alagoas, Rio Grande do Norte, **Bahia 218,4** jovens homens mortos por grupo de 100 mil em 2016. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016, o que representa 78% do universo das mortes no período, e, ao descontar as vítimas cuja informação de raça/cor não estava disponível, identificou que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras. Esses dados não levam em consideração as subnotificações, já que em 2016, o Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM registrou 1.374 casos de pessoas mortas em função de intervenções

policiais, ao passo que os dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com base nos registros policiais, estimam ao menos 4.222 vítimas nesse mesmo ano (Daniel Cerqueira et al., 2018).

Para Daniel Cerqueira e Danilo Coelho (2017), a explicação do viés de letalidade dirigida a população negra vai além do componente associado à transmissão intergeracional de riqueza, agregando também políticas e práticas educacionais, discriminação racial no mercado de trabalho e a perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade, fato que reverbera no aumento da probabilidade de sua vitimização. Assim, Reis (2005) sinaliza que a juventude negra e pobre são os alvos das políticas de controle mais severas e discriminatórias, fazendo com que a cor da pele ou a condição de classe, transforme raça, classe, local de moradia e outras dimensões identitárias desses grupos alvo, em capital simbólico negativo, através da ação do próprio Estado, que tem como marca das suas políticas de segurança a prática do racismo institucional.

A quase totalidade dos estudos sobre violência evidencia que há uma população negra, masculina, jovem e pobre sendo disputada pelo tráfico e por outras formas de atividades criminosas, diante da impossibilidade das famílias de crianças e adolescentes de promover sua inserção, principalmente no atraente mundo do consumo (Zaluar, 1998). Aliado a isto, a ausência de políticas públicas direcionadas para viabilizar o primeiro emprego para este segmento é uma realidade concreta, e é também esta população que frequenta uma escola “organizada” para chegar a lugar nenhum. Esta situação tem facilitado a vantagem do crime organizado em relação às famílias (Reis, 2005, p. 69).

Dentro dessa perspectiva, o conceito de **necropolítica**, cunhado por (Mbembe, 2018b) contribui para analisar as condições concretas em que se exerce o poder de fazer morrer, deixar viver ou expor à morte os jovens negros no contexto brasileiro. A tríade **estado de sítio**, **biopoder** e **estado de exceção** configura a base normativa do direito de matar. Assim sendo:

(...) o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? (Mbembe, 2018b, p. 17)

Como destaca Suely Aires (2018), é no entrelaçamento de gênero, raça e classe que constatamos quais são os corpos escolhidos e marcados para serem expostos à morte ou diretamente executados. O corrente discurso da política de guerra às drogas (estado de sítio) elege a juventude negra residente em comunidades periféricas como um inimigo comum da

sociedade (biopoder) e constrói as bases normativas para legitimar a sua execução (estado de exceção), configurando a tríade do cenário necropolítico: estado de sítio, biopoder e estado de exceção.

Mas o que justifica a distribuição diferenciada de reconhecimento? Como não há indignação geral diante do extermínio e morte diária de jovens negros? Como não há revolta social diante do genocídio da população negra por meio do assassinato de homens jovens negros e encarceramento de mulheres jovens negras, a cada dia, a cada ano? O tempo parece suspenso, passado e futuro se enlaçam na necropolítica cotidiana (Aires, 2018, p. 30).

Para Flauzina (2006), o que esse cenário revela incontestavelmente é uma política de extermínio em massa, onde a vitimização da juventude negra aponta para um projeto que tem por base a inviabilização da população negra existir e se reproduzir coletivamente. Assim sendo, esse cenário não é uma consequência dos processos históricos de violências operados contra a população negra, mas sim de “um investimento diuturnamente renovado, em que o Estado, como sócio majoritário, não poderia mesmo intervir”. (Flauzina, 2006, p. 117).

Enfatizamos que esse “investimento” não se dá apenas pela via da eliminação física, mas, como sinalizamos em algumas passagens desse texto, ele ataca fortemente os processos subjetivos, seja para negar a existência do racismo como produtor de desigualdades, seja para manter o funcionamento social pautado numa cultura branco-hegemônica. No próximo capítulo aprofundaremos nesses aspectos, apresentando os principais conceitos da Teoria da Subjetividade, aspectos sobre o estudo da subjetividade e relações raciais no contexto brasileiro e a nossa proposta de articulação entre essas temáticas.

3. Subjetividade e Relações Raciais: Articulações Possíveis à Luz da Psicologia Histórico-Cultural

Quando um tolo não consegue escurecer o marfim, ele tenta clarear o ébano.

(Proverbio africano).

Neste capítulo abordaremos os principais conceitos da teoria da subjetividade proposta pelo teórico cubano Fernando González Rey. Ademais, faremos uma síntese de como o tema da subjetividade vem sendo abordado nos estudos sobre relações raciais e apresentar como pretendemos abordá-lo no desenvolvimento desse estudo. Nessa perspectiva, dividimos este momento em três seções: Teoria da subjetividade, Estudos sobre subjetividade e relações raciais e Teoria da Subjetividade e estudos sobre relações raciais: articulações possíveis.

3.1 Teoria da subjetividade à luz da psicologia histórico-cultural

O conceito de subjetividade aqui trabalhado tem como base as concepções do teórico cubano Fernando González Rey, o qual parte de uma proposta histórico-cultural para definir a subjetividade como um sistema simbólico-emocional complexo, dinâmico e diverso, em desenvolvimento permanente, integrado por processos históricos e atuais que sempre estão implicados com as condições de sua produção. Ela também se apresenta estável para definir os elementos de sentido constituintes das configurações dominantes do indivíduo em relação às principais atividades e posições que o ocupam em cada momento concreto da vida (González Rey, 2002; 2005; 2009; 2012).

Nos textos citados acima, o autor conclui que o tema da subjetividade tem sido pouco discutido na Psicologia por razões complexas e variadas. Porém, três destas razões se destacam como características históricas que inviabilizaram o desenvolvimento do conceito no campo: 1) a tendência positivista, constituída no processo de “americanização” da Psicologia para atender a demanda de profissionalização e instrumentalização que caracterizou o desenvolvimento do imperialismo norte-americano no início do século XX, embasado principalmente pelo funcionalismo conduzido por John Dewey, o qual serviu de base para o behaviorismo se constituir como forma dominante do pensamento psicológico; 2) a herança do pensamento mecanicista caracterizado pela tendência a simplificação, substancialização e dicotomização dos fenômenos estudados; 3) por fim, interpretações

estruturalistas que impediram opções mais ricas para a compreensão do tema da subjetividade (González, 2002).

González Rey (2002) destaca que o conceito de subjetividade que propõe não se relaciona com atributos essencialistas, causais e universais que caracterizam a compreensão da subjetividade na modernidade. A subjetividade se relaciona com os processos de produção de sentido subjetivo, assim como as formas de organização que esses sentidos tomam na subjetividade social e individual.

Ele afirma que a subjetividade representa uma organização que não é acessível de forma imediata ao momento empírico, porém essa noção não se confunde com a análise do fenômeno como uma concepção essencialista, universal e invariável de natureza metafísica (González Rey, 2009). Ela implica simultaneamente no interno e no externo, o intrapsíquico e o interativo, pois em ambos os momentos se estão produzindo significações e sentidos dentro de um mesmo espaço subjetivo. Essa noção pressupõe a superação de dicotomias como individual-social, cognitivo-afetivo, intrapsíquico-interativo, consciente-inconsciente, as quais, tradicionalmente, fundamentaram a Psicologia (González Rey, 2002).

Para González Rey, o que define o caráter subjetivo de um processo ou ação é a dimensão simbólico-emocional da subjetividade, a qual é constituída inseparavelmente pela subjetividade individual e social. Enquanto a primeira indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos indivíduos, a segunda se refere à integração de configurações subjetivas sociais e individuais articuladas em diferentes níveis da vida social, configurando subjetivamente cada espaço social concreto, seus processos e os indivíduos que interagem nesses espaços, como conceituam Gonzalez Rey (2005a) e González Rey & Albertina Martínez (2017).

Ele ressalta que a relação entre o individual e o social é indissolúvel na constituição da subjetividade social. Isso porque a subjetividade social é a integração das dimensões cultural e social na vida subjetiva do sujeito em seu momento atual, e se constituiu como subjetividade individual ao longo da sua história (González Rey, 2002, p. 30).

(...) entendemos como subjetividade social, precisamente o sistema integral de configurações subjetivas (grupais e individuais), que se articulam nos distintos níveis da vida social, implicando-se de forma diferenciada nas distintas instituições, grupos e formações de uma sociedade concreta. Essas formas tão diferentes, guardam complexas relações entre si e com o sistema de determinantes de cada sociedade concreta, aspectos que devem ser integrados e explicados pela psicologia social. (González Rey, 2002, p. 30).

Outro conceito trabalhado pelo autor é o de **configurações subjetivas**, as quais ele define como uma forma organizativa e constitutiva que integra diferentes estados dinâmicos dos indivíduos e grupos sociais. Elas representam uma rede simbólico-emocional que integra múltiplos efeitos e desdobramentos da experiência vivida (González Rey, 2011), apresentando como principais características a multiplicidade dos elementos que as constituem e a variabilidade permanente de alguns de seus elementos dinâmicos em função dos estados atuais do indivíduo em que elas aparecem constituídas (González Rey, 2002).

González Rey e Martínez (2017) compreendem as configurações subjetivas em duas dimensões distintas, porém integradas: **configuração subjetiva individual** e **configuração subjetiva social**. A primeira é constituída por sentidos subjetivos que expressam e fazem parte da subjetividade social. Ela emerge nas redes de relações atravessadas pelas produções subjetivas de uma sociedade. Já a segunda é determinada “nos processos de relações sociais dentro do espaço social estudado, cujos sentidos subjetivos expressam produções sociais gerais da sociedade que estão além de um espaço social concreto” (González Rey e Martínez, 2017, p. 44).

Fundamentado nas concepções iniciais de Lev Vygotsky sobre o conceito de sentido, González Rey define o conceito de **sentido subjetivo** como um sistema organizado, no qual através de um processo de infinitos desdobramentos, as emoções se relacionam com diferentes elementos da vida psíquica do sujeito gerando o surgimento de novos sistemas (González Rey, 2003). Ele destaca que:

(...) os sentidos subjetivos representam a unidade inseparável do simbólico e o emocional, onde a emergência desses processos implica ao outro formando uma unidade qualitativa que qualifica toda experiência humana a nível subjetivo. Os sentidos estão associados a produção da pessoa no curso de uma experiência vivida (González Rey, 2012, p. 180).

Para González Rey (2003), o indivíduo produz sentidos subjetivos sobre o vivido e reorganiza com outros elementos da vida psíquica. Assim, a sua participação em diferentes contextos e espaços sociais cria um processo dinâmico e particular, mas que também está associado em uma subjetividade social.

No que tange a dimensão metodológica para o estudo da subjetividade, González Rey destaca que a pesquisa instrumental, seja ela quantitativa ou qualitativa, tem a sua preocupação voltada para a melhoria do instrumento, sem levar em consideração o contexto e a expressão do sujeito. Assim, ele afirma que é impossível definir os processos subjetivos de

forma isolada, à parte de quem o expressa. Eles devem ser construídos no curso da produção do conhecimento, pois eles não emergem objetivamente em nenhuma forma concreta de expressão do sujeito (González Rey, 2009).

O estudo da subjetividade, na perspectiva apresentada por González Rey, traz como demanda a elaboração de uma nova abordagem epistemológica e metodológica de produção do conhecimento da subjetividade, na qual se busca resgatar a centralidade do sujeito, bem como a construção do conhecimento pela interação entre o sujeito e o/a pesquisador/a através de uma perspectiva construtivo-interpretativa do saber, orientada pelas categorias anteriormente apresentadas.

3.2 Subjetividade e relações raciais

O tema da subjetividade e relações raciais na Psicologia vem sendo tradicionalmente abordado por duas principais vertentes: Psicologia Social, com nomes expoentes como Maria Aparecida Bento (2002), Alessandro de Oliveira Santos (2011), Lia Vainer Schucman (2014); e a Psicanálise por Virgínia Leone Bicudo (1945), Neusa Santos Souza (1983), Isildinha Baptista Nogueira (1998), Maria Lúcia da Silva (2008), José Thiago Reis Filho (2000), entre outros. Cabe sinalizar que não ignoramos a existência de estudos de outras vertentes da própria psicologia social, que lidam com a variável raça/cor, mais afeitos a desenhos de pesquisas experimentais ou com contribuições da cognição social. Eles não fizeram parte desse estudo, porque não se debruçam ao tema usando a noção de subjetividade ou correlatos, logo se distanciam dos pressupostos da epistemologia qualitativa que adotamos aqui, que foi apresentada em momento oportuno.

Edna Martins, Alessandro Santos e Mariana Colosso (2013) analisaram 41 artigos publicados entre os anos de 2000 e 2009 e identificaram que o tema das relações étnico-raciais tem sido objeto de investigação da Psicologia, principalmente da Psicologia Social, dedicando-se a produção de conhecimento em relação à violência psicológica do preconceito racial e do racismo, o legado social do branqueamento e seus efeitos psicológicos sobre a identidade étnico-racial de negros e brancos, e o monitoramento dos efeitos das políticas e programas de promoção da igualdade étnico-racial.

No que tange a produção teórica no campo da psicanálise, a dissertação de mestrado da socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo, na década de 1940, sobre as atitudes raciais de pretos e mulatos na cidade de São Paulo, inaugura os estudos sobre a subjetividade

da população negra nesse campo, assim como contribuiu para a produção de reflexões em torno de como essa subjetividade estaria implicada na busca de ascensão social numa sociedade caracterizada, sobretudo, pelas relações raciais. Nessa mesma direção, a psicanalista Neusa Santos Souza, na década de 1980, investiu no estudo sobre a emocionalidade do “negro” e a ascensão social, marcando que ser negro não é uma condição apriorística, mas sim um processo de tomada de consciência sobre as ideologias que alienam e aprisionam o sujeito negro, sendo assim possível construir uma nova consciência, capaz de assegurar o respeito às diferenças e dignidade contra qualquer tipo de exploração, ou seja, tornar-se negro (Souza, 1983).

Esses trabalhos, de reconhecida relevância na abordagem do tema, são marcados pela crítica a proposta hegemônica da psicanálise, assim como de várias outras abordagens teóricas da Psicologia, em reduzir a experiência existencial dos diversos sujeitos sociais a dinâmica sociocultural do homem branco europeu, desconsiderando os diversos atravessamentos que marcam as suas experiências de existir. Como sinaliza Santos (2016), a Psicologia contribuiu para imposição de um único modelo possível de identificação quando definiu como objeto de suas investigações um eu psicológico normatizado e padronizado pela cultura e racionalidade eurocêntrica, tendo as suas expressões morais, estéticas e intelectuais conformadas a uma hierarquia étnico-racial. Assim sendo, a razão de ser da Psicologia eurocêntrica se resume em fazer funcionar o sistema político, imperialista e racista que a inventou, não conseguindo fornecer explicações, fundamentos lógicos ou práticas preventivas e curativas para o próprio povo que ela se destina a oprimir (Nobles, 2009).

Nesta direção, podemos supor que a branquitude tem operado na própria Psicologia como ciência e profissão. Lia Schucman (2014) se fez a seguinte pergunta, que vale a pena destacar como motivador da presente reflexão: por que a psicologia custou a abordar as relações raciais em uma perspectiva crítica? Destacamos as hipóteses em suas próprias palavras:

O fato de que a grande maioria dos psicólogos e pesquisadores são brancos e socializados entre uma população que se acredita desracializada, [...] colabora para reificar a ideia de que quem tem raça é o outro e para manter a branquitude como identidade racial normativa (p. 84)

É que desvelar a branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista; e, assim, os estudos sobre brancos indicam que o ideal de igualdade racial em que os brasileiros são socializados opera para manter e legitimar as desigualdades raciais (p. 84)

Em síntese, a questão que está em jogo se aceitamos a hipótese de que produzimos teorias psicológicas considerando ora o mundo desracializado ora considerando apenas uma população racializada em detrimento das outras, estamos operando dentro um registro de subjetividade desracializada, que apenas é convocada quando tratamos as relações raciais como o “objeto científico”, como recorte raça/cor que caracteriza a população estudada, que as vezes se limita a comparar grupos, segundo algum tipo de classificação.

Santos, Schucman e Martins (2012) sinalizam que o pensamento psicológico brasileiro acerca das relações étnico-raciais pode ser dividido em três momentos, sendo que o primeiro deles, que data do final do século XIX ao início do século XX, é caracterizado principalmente pelo surgimento e consolidação do modelo médico-psicológico que culminou na Escola Nina Rodrigues, focada em atribuir e investigar as características psicológicas dos escravos e ex-escravos, configurando o negro como sujeito psicológico e objeto da ciência. O segundo momento, que compreende o período entre 1930 e 1950, é marcado pela introdução da Psicologia no ensino superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças, assim como pela forte crítica e busca de desconstrução do determinismo biológico das raças na constituição do campo da Psicologia e da Psicologia social no Brasil. O terceiro e último momento tem seu início a partir de 1990 em diante, e é caracterizado tanto pelo início dos estudos em Psicologia sobre branqueamento e branquitude como pelos debates e ações de promoção da igualdade étnico-racial no Brasil.

Reiteramos que não há como tratar de quaisquer questões relacionadas às condições de vulnerabilidade vivenciadas pela população negra na contemporaneidade, sem antes considerar os processos históricos que incidiram na exploração, domínio e tentativa de aniquilação desse grupo social. Assim sendo, as diásporas vivenciadas pela população negra nos últimos quinhentos anos para os diversos territórios ao redor do mundo, tem como principais marcas os processos de colonização e escravização, sendo praticamente impossível fazer corte temporal e espacial para analisar essas questões.

Fanon (2010) sinaliza que o colonialismo contribuiu para a despersonalização do povo colonizado, fazendo com que qualquer fundamento só tenha sentido na presença do colonizador, levando o povo dominado a se interrogar constantemente: “Quem sou eu na realidade”? Nessa direção, Fanon (2008) destaca que o problema do “homem negro” (leia-se aqui a população negra de forma geral) está na condição desumana produzida pela violência colonial, na qual a civilização branco-europeia impôs ao negro um desvio existencial.

Segundo Wade Nobles (2009), as invasões e dominação estrangeira, tanto por árabes como por europeus, resultou num grande **descarrilamento** na trajetória do desenvolvimento do povo africano, principalmente no tocante a socialização, vida familiar, educação, forma de conhecer a Deus, padrões de governo, pensamento filosófico, invenções científicas e técnicas. Como evidencia Ama Mazama:

A escravização pelos europeus, de milhões de Africanos durante várias centenas de anos, o extermínio dos povos indígenas na América, assim como a matança e o aprisionamento de milhões de Africanos durante o período da colonização são apenas exemplos de uma lista aparentemente interminável de atos de terror perpetrados por supremacistas brancos em todo o planeta. A supremacia branca também pode ser um processo social e econômico pelo qual milhões perdem a soberania, muitas vezes em sua própria terra, sendo seus recursos (por exemplo, terra e trabalho) apropriados pelos europeus em função dos interesses destes. Mas a supremacia branca também pode ser um processo mental, mediante a ocupação do espaço psicológico intelectual dos que devem ser submetidos, levando ao que o Wade Nobles denominou de forma certa, encarceramento mental. A tomada do espaço mental africano ocorre por meio do disfarce de ideias, teorias e conceitos europeus como universais normais e naturais. (Mazama, 2009, p. 112)

Assim sendo, (Mbembe, 2018a) define esse processo de distorção da imagem do negro e da cultura africana como uma das vertentes da razão negra¹⁵: **consciência ocidental do negro**, a qual consiste em um conjunto de discursos e práticas responsável por “inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desclassificação moral e de instrumentalização prática” (Mbembe, 2018a, p. 61).

No Brasil, geralmente os conteúdos simbólicos do ser negro acabam sendo reduzidos a questões de ordem pessoal, não havendo uma análise dos mecanismos estruturais de exclusão do negro, da cultura herdada por ele, da carga emocional negativa imposta pelo embranquecimento como única válvula de escape; além de serem esquecidas as pressões sobre a autoestima e o sentimento de inferioridade inculcado que levam a população negra a uma luta diária para não sucumbir diante das barreiras impostas pelo racismo (Souza, 2005).

¹⁵ “(...) a razão negra consiste, pois, num conjunto de vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates, cujo objeto são a coisa ou as pessoas “de origem africana” e aquilo que se afirma ser seu nome e sua verdade (seus atributos e qualidades, seu destino e suas significações enquanto segmento empírico do mundo). Composta por múltiplos estratos, essa razão vem desde, pelo menos, a Antiguidade. Suas fontes gregas, árabes, ou egípcias, e até mesmo chinesas, foram objeto de inúmeros trabalhos. Desde suas origens, consiste numa atividade primal de fabulação. Trata-se essencialmente de extrair vestígios reais ou comprovados, urdir histórias e compor imagens. A era Moderna constitui, no entanto, um momento decisivo de sua formação, graças, por um lado, às narrativas de viajantes, exploradores, soldados e aventureiros, mercadores, missionários e colonos e, por outro, à elaboração de uma “ciência colonial”, cujo último avatar é o “africanismo” (Mbembe, 2018a, p. 60 e 61).

Assim sendo, a falácia da existência de relações raciais democráticas e igualitárias no Brasil contribui para que práticas racistas sejam mascaradas e reverberem em um tipo de sofrimento que dificilmente é verbalizado pelas vítimas. Segundo Hasenbalg (1979), a ideologia da democracia racial tem defendido a ausência de preconceito e discriminação raciais no Brasil, por meio da elaboração de discursos meritocráticos que suscitam a existência de oportunidades econômicas iguais para brancos e negros. Já a ideologia do branqueamento suscitou a valorização da estética branca ao mesmo tempo em que impulsionou o esvaziamento de sentido de um orgulho negro.

Para (Schwarcz, 2010), o branqueamento surge como um projeto de clareamento físico, moral e social da nação e a miscigenação como sinônimo de tolerância. Paulatinamente o mestiço passa a ser representado como símbolo nacional, ao passo em que vários elementos culturais de origem africana vão sendo simbolicamente clareados, tais como a feijoada, capoeira e o samba, antes criminalizados. Nessa direção a desigualdade e a violência do dia-a-dia são veladas para reforçar a visão idealizada de uma única raça, suficiente para representar positivamente a nação.

Dentro dessa conjuntura é possível identificar questões que transcendem as condições políticas e socioeconômicas que caracterizam a atual situação da população negra residente em território brasileiro. Nesse longo processo de expropriação, sequestro e inúmeras outras violências perpetradas contra a população negra, há um sistemático processo de desqualificação fenotípica e subjugação em torno da representação que o próprio sujeito constrói do seu grupo de pertença étnico-racial. Nas palavras de Simone Silva:

O negro inserido como escravizado no Brasil tem sua imagem construída a partir de elementos altamente negativos, tais como criatura inferior, de uma cultura primitiva, preguiçoso, intelectualmente inferior, portador de maus instintos. Assim, o negro foi colocado à margem da história como sujeito e visto apenas como um objeto no sentido literal do termo, mesmo após o término do regime escravista. (Silva, 2011, p. 78)

A construção da identidade e da autoestima do sujeito negro é constantemente atacada pela supremacia branca nos diferentes contextos da vida social. Mesmo a população negra representando 56% da população brasileira¹⁶ (IBGE, 2018), é rara ou nula a sua presença no cenário político, nos cursos acadêmicos de maior prestígio, como protagonistas nos espaços

¹⁶ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 4º trimestre de 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em 29 de setembro de 2019.

mediáticos (dentre outros) em contraste com a sua maior presença nas estatísticas negativas dos indicadores sociais, evidenciando a iniquidade¹⁷ como uma marca das sociedades fundadas na racialização das suas relações, nas quais o fenótipo está associado à segregação de minorias e à disparidade no acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento humano, como destacam André Faro e Marcos Emanuel Pereira (2011).

Desta forma, essas sociedades distribuem desigualmente as experiências estressoras, principalmente quando essas estão associadas às situações de racismo, cujos efeitos se configuram como determinantes psicossociais da saúde (Faro & Pereira, 2011). Para Maria Lúcia Silva (2005), a população negra vive um estado de tensão emocional permanente pelo fato de seus membros estarem no centro de uma dinâmica complexa na qual se sentem ora perseguidos ora perseguidores, gerando diversos transtornos físicos e psíquicos às vítimas, incluindo taquicardia, ansiedade, sentimento de culpa, ataques de pânico e de raiva, timidez, depressão, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, entre outros.

Naim Akbar (1991) identifica quatro desordens relacionadas com uma sociedade marcada pela opressão, pelo racismo e pela supremacia branca: **desordem do ego alienado**, **desordem do ser contra si mesmo**, **desordem autodestrutiva**, **desordem orgânica**. A **desordem do ego alienado** representa um grupo de indivíduos que tem comportamentos contrários a sua natureza e sobrevivência. Desagrada-lhes o seu fenótipo natural e tudo aquilo que pode lhe aproximar das características naturais da população negra. Já na **desordem do ser contra si mesmo**, o indivíduo expressa hostilidade aberta ou disfarçada tanto em relação ao seu próprio grupo racial, como a si mesmo, paralelamente ao processo de identificação com o grupo dominante e opressor. Na **desordem autodestrutiva**, os indivíduos devolvem fugas destrutivas da realidade, como uso abusivo de drogas, homicídios, prostituição, , dentre outras. E, por último, a **desordem orgânica** é representada pelo grupo de indivíduos que desenvolvem um mal funcionamento fisiológico, neurológico e bioquímico que podem acarretar em desordens cerebrais como a esquizofrenia, devido à exposição às desigualdades raciais nos diversos espaços que constituem a estrutura social.

As análises apresentadas por Silva (2004) e Akbar (1981) evidenciam que o racismo e a supremacia branca incidem em adoecimentos concretos na população negra. Nessa perspectiva, fomos levados a refletir sobre como as configurações subjetivas dos jovens negros

¹⁷ A iniquidade constitui-se das desigualdades nos índices de saúde que são consideradas inaceitáveis por sua desproporcionalidade e/ou caráter de injustiça, o que reflete a extrapolação de diferenças biológicas na determinação da saúde e traz à pauta a distinção social de extratos populacionais mais e menos favorecidos na organização da sociedade (Faro & Pereira, 2011, pp. 271, 272).

frente ao contexto racista que vivenciam cotidianamente nos diversos espaços sociais, particularmente na dinâmica cotidiana para evitar ou contornar os encontros com a polícia militar, é constituída por um adoecimento quase “crônico”, considerando que por mais que avancemos em estratégias para diminuir as injustiças e desigualdades oriundas do racismo, esse mesmo racismo se transmula e engendra novas injustiças e desigualdades sociais. Assim sendo, quais repercussões simbólico-emocionais essa relação contínua produz nos jovens negros? Quais recursos, conscientes ou não, os jovens negros se valem para mitigar tais efeitos deletérios em suas subjetividades?

3.3 Teoria da subjetividade e relações raciais: articulações possíveis

Embora o aporte teórico proposto por González Rey seja profícuo na compreensão das configurações subjetivas individual e social nos diversos contextos onde são produzidas as relações sociais, nos chamou atenção o fato de não encontrarmos em nenhum dos seus trabalhos um investimento teórico sobre a dimensão constituinte da racialização na subjetividade, não estamos nos referindo a fazer estudos sobre racismo ou relações raciais e derivações, embora também não tenhamos encontrado, mas sim levar em conta as relações raciais como fundantes. Nessa direção, considerando que a dinâmica social é marcada por relações de poder historicamente produzidas com base na raça/cor; que os processos de colonização e escravização sustentados pela supremacia branca/europeia permanece produzindo efeitos na atualidade sobre o signo da colonialidade; que parte desses efeitos vai além da dominação de recursos, incidindo na dominação de aspectos subjetivos, inclusive de perspectivas existências, nos perguntamos: é possível falar sobre produção de subjetividades sem considerar as relações raciais como elemento constituinte, em contextos brasileiros?

Nesse estudo, o nosso esforço teórico está direcionado para a compreensão racializada das produções subjetivas dos sujeitos sociais, sejam eles brancos, negros ou de qualquer outra raça. Dito isso, e fundamentados no arcabouço teórico exposto nessa seção e nas outras precedentes, partiremos para apresentação dos procedimentos de produção e análise de dados, descritos nas seções seguintes.

4. Considerações Metodológicas

Este estudo está inspirado nos pressupostos da Epistemologia Qualitativa proposta por Fernando Gonzalez Rey, na qual a pesquisa assume como principal objetivo o conhecimento das produções subjetivas dos sujeitos acompanhados, nos diferentes espaços sociais que constituem a subjetividade social (Gonzalez Rey, 2009; González Rey & Martínez, 2017). A Epistemologia Qualitativa tem como princípios a produção construtivo-interpretativa do conhecimento, o valor epistemológico da singularidade e a compreensão da pesquisa como processo de comunicação dialógica (González Rey & Martínez, 2017).

A produção construtivo-interpretativa do conhecimento pressupõe um modelo de pesquisa no qual os processos teórico e interpretativo progridem no decorrer das construções hipotéticas do/a pesquisador/a, com base em **indicadores de sentidos subjetivos** (Gonzalez Rey & Martínez, 2017), os quais representam momentos de um processo de construção em desenvolvimento, expresso pelas manifestações dos/as participantes, tais como a forma como uma história é narrada, expressão de emoções, silêncios, olhares, posturas, comportamentos, dentre outros. Um indicador não deve ser interpretado de maneira isolada, mas sim como uma abertura para remeter o/a pesquisador/a a outros indicadores, permitindo o avanço na construção do modelo teórico (Gonzalez Rey & Martínez, 2017).

O **modelo teórico** é uma síntese teórica em constante desenvolvimento pelo/a pesquisador/a que envolve as suas representações teóricas, valores, instituições e novas ideias oriundas da relação estabelecida com o momento empírico do seu estudo (Gonzalez Rey, 2005a). Assim sendo, o/a pesquisador/a deve se colocar de maneira ativa e produtiva no desenvolvimento da pesquisa, assumindo-se também como participante, utilizando indicadores para o desenvolvimento permanente de hipóteses¹⁸ que dão lugar a um modelo teórico em construção. Esse modelo permite, por via indireta, o acesso a informações que não estão evidentes no fato diretamente acessado, mas depende, sobretudo, do potencial criativo e interpretativo do pesquisador/a. Essa proposta se constitui como inovadora, tendo em vista que ela busca superar o imaginário ainda dominante na pesquisa científica: a compreensão do pesquisador/a como um/a mero/a coletor/a de dados.

¹⁸ González Rey (2005b) sinaliza que a pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais, pois o seu principal objetivo é a construção e não a verificação e comprovação, embora determinadas questões possam ser verificadas e comprovadas em momentos ao longo do processo da pesquisa. Nessa direção, ele considera as hipóteses como momentos do pensamento do pesquisador em constante desenvolvimento no curso da pesquisa, as quais se sucedem umas às outras e tem sentido apenas no processo de construção teórica.

No que se refere ao valor epistemológico da singularidade, na Epistemologia Qualitativa o singular representa informação diferenciada, fundamentada no caso específico. O seu significado se amplia progressivamente com base no modelo teórico em desenvolvimento pelo/a pesquisador/a. Assim sendo, a singularidade se constitui como realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do indivíduo, pois as informações expressas por esse no curso da pesquisa pode converter-se em um aspecto significativo na produção de conhecimento, ainda que tais informações não se repitam nas expressões de outros indivíduos. (González Rey 2005b; Gonzalez Rey & Martínez, 2017).

O que determina o número de pessoas a ser considerado na pesquisa são as demandas qualitativas do processo de construção da informação, próprio ao percurso do seu desenvolvimento. Nessa direção, a qualidade das informações, as quais emergem das múltiplas expressões dos/as participantes da pesquisa, bem como o engajamento desses/as no processo, são fundamentais para a produção de conhecimento. O qual tem a sua legitimidade associada ao desenvolvimento gradativo de zonas de sentido¹⁹ em relação ao problema estudado, bem como à forma pela qual novas categorias se organizam para ampliar a capacidade heurística do modelo teórico em construção (Gonzalez Rey, 2005a).

Com base nessas considerações, utilizamos “estudo de casos” como estratégia para a construção das informações, o qual Gonzalez Rey (2005b) define como uma ferramenta indispensável para a produção teórica na psicologia, se constituindo como um “processo irregular e diferenciado que se ramifica à medida que o objeto se expressa em toda a sua riqueza” (Gonzalez Rey, 2005b, p. 71). Por meio do estudo de caso é possível acessar a constituição subjetiva da história própria do sujeito, bem como a forma não-repetível de subjetivação da realidade social vivida por ele. O significado da produção teórica produzida, a partir da experiência singular no nível empírico, representa um momento coerente dentro de um processo intelectual em desenvolvimento no intelecto do/a pesquisador/a. O caso estudado não é um elemento isolado, mas um momento de sentido no curso da produção teórica.

Uma das questões que corriqueiramente é discutida em relação ao conhecimento produzido mediante a utilização do estudo de casos, se refere a sua capacidade de generalização. Segundo Gonzalez Rey (2005b), o conceito de generalização que embasa as

¹⁹ As zonas de sentido representam uma forma de inteligibilidade sobre a realidade. Embora González Rey discorde da posição positivista em compreender o conhecimento como uma correspondência da realidade, ele também se distancia da posição assumida pelo construcionismo social em relação a não haver qualquer realidade para além do discurso. Sendo assim, ele entende que é possível entrar em contato com atributos da realidade por meio da construção teórica e produzir inteligibilidade sobre o objeto de estudo (González Rey, 2003).

pesquisas realizadas dentro de uma perspectiva da psicologia tradicional, se expressa essencialmente por meio da verificabilidade, a significação estatística e a utilização de categorias teóricas invariáveis.

Na Epistemologia Qualitativa a generalização se define pela qualidade da construção teórica, com base em seu caráter processual e dinâmico, permitindo a integração de particularidades do objeto estudado em unidades de significação. Assim sendo, a generalização se define pela abrangência e pelo poder para gerar novas ideias que uma categoria ou teoria têm (González Rey, 2005b). Ela “deixa de ser um ato de constatação para converter-se em um processo de natureza construtiva” (Gonzalez Rey, 2005, p. 163).

No tocante a compreensão da pesquisa como processo de comunicação dialógica, há um investimento para romper com a ideia de neutralidade do/a pesquisador/a na produção do conhecimento, investindo na espontaneidade dos múltiplos e inesperados processos de comunicação. Nessa perspectiva, Gonzalez Rey (2009) afirma que o **cenário social de pesquisa** é um espaço construído com a criatividade do/a pesquisador/a, com a finalidade de propiciar uma inter-relação com os sujeitos do estudo. Ele pode se constituir como a primeira etapa da pesquisa, sendo fundamental para o desenvolvimento do tecido relacional que permitirá o seu caráter dialógico (González Rey e Martínez, 2017).

A expressão dos sentidos subjetivos depende da criação de um cenário que estimule o interesse dos/as participantes a se envolverem no processo de investigação e nas discussões de temas que se relacionem com suas experiências, a fim de permitir reflexões e expressões de emocionalidade (González Rey, 2006). Nesta direção, os instrumentos grupais que utilizamos na primeira etapa do estudo tiveram como finalidade a construção do cenário social de pesquisa, ampliando as possibilidades teórico-metodológicas para a produção de informações, bem como o desenvolvimento de reflexões dialógicas sobre questões ético-políticas.

4.1 Local, participantes e construção do cenário social da pesquisa

Entramos em contato com os jovens no programa “Corra pro Abraço”, o qual está vinculado a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e tem como principais objetivos a promoção da cidadania e garantia de direitos às pessoas que fazem uso abusivo de drogas em contextos de vulnerabilidade, ou afetadas por problemas relacionados à sua criminalização.

O Programa tem como entidade gestora a Organização Não-Governamental-ONG Comunidade Cidadania e Vida - COMVIDA, a qual se responsabiliza pelo gerenciamento de ações com três públicos prioritários: população em situação de rua, pessoas atendidas em audiências de custódia e com jovens em situação de vulnerabilidade social.

No que se refere mais especificamente ao trabalho realizado com jovens, o Programa utiliza como metodologia atividades de arte-educação e formação sociopolítica. Na unidade onde realizamos a pesquisa, cerca de sessenta jovens, com idade entre 15 e 29 anos, majoritariamente negros/as, permanecem vinculados/as ao Programa por ciclo (08 meses).

O contato com o “Corra pro Abraço” aconteceu inicialmente pela articulação informal com uma das psicólogas que atua no programa, o que possibilitou o acesso preliminar a população-chave, bem como às atividades que são realizadas. Essas informações foram fundamentais para avaliar a adequação da nossa proposta de atividades grupais com o projeto socioeducativo da instituição, que será descrita em momento oportuno.

A partir dessas informações, reunimo-nos com a coordenação do programa para discutir a viabilidade da proposta e os demais tramites burocráticos concernentes a autorização para a realização do estudo, tais como a solicitação da Carta de Anuência, definição de possíveis datas para realização das oficinas, conhecer a população-chave e outras possibilidades. Com base no perfil metodológico do Programa, configuramos o cenário social de pesquisa por meio do trabalho com oficinas, a fim de estimular o interesse dos/as jovens sobre as temáticas focais desse estudo, bem como para convidá-los/as para participarem do segundo momento da pesquisa, no qual trabalhamos com estudo de casos. Como já foi anteriormente mencionado, a construção do cenário social de pesquisa é fundamental para a construção de um espaço relacional e dialógico com os/as participantes do estudo.

Relevante destacar que os/as participantes das oficinas não necessariamente constituem a população-chave desse estudo. Inicialmente, pensamos em realizar as atividades apenas com jovens que atendiam o perfil da pesquisa: homens jovens negros, com idade entre 18 e 29 anos, residentes em bairros periféricos. A escolha por esse grupo foi pautada tanto nos indicadores de vulnerabilidade social, como também pela necessidade de ampliar a visibilidade sobre as suas produções subjetivas relacionadas ao racismo institucional que constitui as práticas policiais, supondo que podem variar em relação ao gênero, nos deteríamos em discutir do ponto de vista dos homens. Ambas as questões foram discutidas

com base em estudos apresentados na revisão de literatura e no primeiro capítulo desta dissertação.

Porém, devido às características das pessoas assistidas pelo Programa, e visando atender o compromisso ético/político dentro da proposta socioeducativa que nos foi apresentada, estendemos a atividade também para as jovens, o que nos possibilitou ampliar a análise das informações produzidas, levando em consideração os relatos de experiências das jovens com as práticas policiais e os episódios de violência dirigidos aos homens jovens que estas estabeleciam algum tipo de relação, tais como irmãos, companheiros, tios, etc.

Após o recebimento da Carta de Anuência, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil para ser apreciado por um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, conforme as resoluções nº 466/2012, que regulamenta a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, e a nº 510/2016, que estabelece diretrizes para realização de pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa foi aprovada pelo CEP do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com número de **CAAE 96287618.1.0000.5686**.

No tocante aos participantes da pesquisa, todos/as tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, ao Termo de Permissão de Gravação de Voz, bem como a todas as informações adicionais em torno dos procedimentos de realização da pesquisa. Buscamos preservar o anonimato dos/as participantes por meio da utilização de nomes fictícios²⁰ e supressão de informações específicas sobre as suas trajetórias de vida.

4.2 Instrumentos

Com base na perspectiva epistemológica e metodológica que fundamenta esse estudo, consideramos como instrumentos todas as situações ou recursos que permitem ao/a participante expressar-se no contexto relacional que caracteriza a pesquisa. Eles representam o meio pelo qual provocamos o envolvimento emocional do sujeito no contexto do estudo, facilitando a expressão de sentidos subjetivos, estimulando a produção de tecidos de informação, e não de respostas pontuais (Gonzalez Rey, 2005a). É uma ferramenta por meio da qual o/a pesquisador/a se utiliza criativamente na relação singular construída com os/as participantes da pesquisa, com o intuito de acessar a sua expressão autêntica e comprometida em uma trama subjetiva na qual o/a próprio/a pesquisador/a está envolvido/a (Goulart, 2017). Nas próprias palavras do referido autor:

²⁰ Os nomes fictícios foram escolhidos tendo como referências homens e mulheres de reconhecida relevância no ativismo e produção teórica antirracista e afrocentrada.

As informações resultantes desse processo não são dados prontos para serem analisados, mas elementos sobre os quais o pesquisador constrói sua interpretação. A partir de sua interpretação, novas ideias em relação ao campo podem surgir e novos instrumentos serem elaborados com vistas ao aprofundamento das questões abordadas pela pesquisa. Estabelecesse, portanto, uma relação recursiva entre instrumento e interpretação (Goulart, 2017, p. 104).

Um instrumento não deve ser utilizado de forma isolada, sendo necessária a sua articulação com outros instrumentos, de modo a se alcançar um tecido de informações amplo sobre o que se deseja estudar. Assim sendo, devem estar relacionados, formando um sistema único de informações (e não de resultados), ainda que o/a pesquisador/a produza conclusões parciais sobre cada um deles separadamente.

Gonzalez Rey (2005a) sinaliza ainda que os instrumentos utilizados em uma pesquisa podem ser individuais ou grupais, sendo que os primeiros podem ser relacionais ou mais centrados nas produções individuais, enquanto que os instrumentos grupais implicam em uma atividade coletiva e o desenvolvimento de dinâmicas grupais decorrentes de tais atividade. Dentro dessa perspectiva, trabalhamos com **Oficinas e Roda de Conversas** como instrumentos grupais e as **Dinâmicas Conversacionais** como instrumento individual nos estudos de caso.

4.2.1 Oficinas

A proposta de trabalhar com oficinas como meio de construção do cenário social de pesquisa partiu do contato que tivemos com a posição assumida por Medrado, Menegon e Spink (2014). Elas entendem as oficinas como espaços críticos de negociação de sentidos que, ao mesmo tempo em que permitem a visibilidade de argumentos e posições, também abrem possibilidades para deslocamentos, construções, contraste de versões, jogos de verdade e **processos de subjetivação**.

Nesse sentido, as oficinas revelam tanto um potencial para a geração de material para análise, como também para engajamento político de transformação, uma vez que elas se configuram como um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo e, conseqüentemente, geram conflitos construtivos em relação à temática trabalhada. Deste modo, as oficinas cumprem um papel importante no contexto de pesquisa por prover a articulação entre o aspecto teórico-metodológico com implicações ético-políticas, dimensões fundamentais e indissociáveis para a construção do conhecimento (Medrado, Menegon e Spink, 2014).

Além dos motivos citados anteriormente, escolhemos as oficinas como estratégia metodológica, por elas reunirem em seus procedimentos características que consideramos relevantes para a proposta do estudo, como a dinâmica assumida pelo(a) pesquisador(a) durante o processo, o caráter criativo das atividades e as possibilidades de construções políticas e transformadoras que podem emergir de uma ação grupal. Noções que se articulam com a proposta epistemo-metodológica que propomos no desenvolvimento desse estudo.

O ponto de partida para o desenvolvimento das oficinas foi a construção de diálogos prévios com os/as profissionais que atuam no Programa Corra pro Abraço, com o intuito de compreender mais detalhadamente a sua dinâmica de funcionamento e a viabilidade para execução das atividades. Paralelo a esse processo, investimos na construção do roteiro das oficinas (Apêndice), levando em consideração a relação estabelecida entre a juventude negra e a polícia militar (questão de pesquisa que conduz esse estudo) e a necessidade de aprofundamento dessas temáticas dentro da proposta socioeducativa do programa. Assim, o tema central das oficinas foi “**Os Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial**”, a fim de identificar possíveis casos nos quais as abordagens tenham ocorrido de forma juridicamente prevista, como também casos nos quais os participantes entenderam que houve violências e discriminações, as quais poderiam estar relacionadas ao racismo institucional das práticas policiais.

A construção do roteiro contou com a participação da professora orientadora desse projeto e os dois coordenadores das oficinas: um psicólogo/pesquisador e o outro Bacharel em Ciências Jurídicas. A escolha deste último se deu pela maior familiaridade com a produção acadêmica e documentos formais sobre os aspectos jurídicos abordados durante o desenvolvimento das oficinas. Assim, objetivamos construir um roteiro que possibilitasse a expressão de relatos de experiência e sentimentos relacionados às práticas policiais, como também pudesse contemplar um conjunto de informações referentes aos aspectos lícitos e ilícitos que corriqueiramente permeiam as abordagens policiais. O investimento nessa direção teve como finalidade configurar o cenário para a produção de sentidos subjetivos relacionados às temáticas investigadas nesse estudo.

Após a finalização dessa etapa, apresentamos à equipe interdisciplinar do Programa a versão final do roteiro, a fim de ouvir sugestões, como também para solicitar a divulgação das oficinas durante as outras atividades que vinham sendo realizadas. Recebemos o *feedback* positivo da equipe e agendamos as datas para o início das oficinas. Porém, devido a dificuldades administrativas do Programa, no que tange a realização das suas próprias

atividades, tivemos que alterar o nosso cronograma e também a quantidade de oficinas pensadas inicialmente. Assim sendo, foi nos colocada a possibilidade de realização de duas oficinas, entretanto, realizamos apenas uma e optamos por realizar uma Roda de conversa, devido a questões circunstanciais, as quais explicaremos os motivos, bem como o seu funcionamento, em uma sessão específica.

Realizamos a oficina no dia 17 de maio de 2018. Participaram homens e mulheres jovens, com idade entre 18 e 29 anos, majoritariamente autodeclarados negros/as, moradores de comunidade periférica (mesma região onde está situado o Programa), com nível de escolaridade variando entre ensino fundamental II e ensino médio, inscritos ou concluintes dos ciclos do programa **Corra pro Abraço**. Essas informações foram adquiridas junto à equipe do Programa por meio de um formulário de inscrição elaborado especificamente para participação nas oficinas.

Os coordenadores da atividade alternaram os papéis de coordenar, observar e registrar informações e expressões relevantes nas distintas etapas sugeridas pelo roteiro, utilizando como recursos gravadores e formulários para facilitar o registro das informações produzidas. Ao final da oficina, como também da Roda de conversa, produzimos (somente os coordenadores) uma discussão direta e sucinta sobre as principais impressões que tivemos no desenvolvimento da atividade, procedimento que denominamos como “Registro a Quente”, o qual dentro da perspectiva construtivo-interpretativa que alinha esse estudo, se conformou como uma estratégia relevante para o processo de construção das informações.

4.2.2 Roda de conversas

No contexto de pesquisa, a Roda de Conversa pode ser utilizada como uma ferramenta que permite a troca de informações e possibilita a fluidez de discursos e de negociações entre pesquisadores e participantes. Ela pode ser iniciada a partir da apresentação de um tema, relacionado aos objetivos do estudo, a um grupo, desencadeando a troca de informações, posicionamentos, argumentos e contra-argumentos em torno do tema proposto, como apontam Ricardo Mélo, Alyne Silva, Maria Lúcia Lima e Ângela Di Paolo (2007).

Nesse estudo, a escolha desse instrumento se estabeleceu como alternativa frente a questões circunstanciais no campo de pesquisa. Agendamos a segunda oficina para o dia 07 de junho de 2018. Tínhamos previsto a participação de aproximadamente doze homens jovens, os quais estavam inscritos para participarem da atividade. No entanto, devido a

problemas pessoais de parte desse grupo, bem como a participação de outros inscritos em uma atividade realizada pelo programa no mesmo dia, apenas três jovens compareceram. Assim sendo, optamos por substituir a Oficina pela Roda de conversa, principalmente pela sua dinâmica mais fluida, facilitando a construção de um diálogo mais próximo com os participantes.

Buscamos seguir o mesmo percurso do roteiro das oficinas, iniciando com a dinâmica de apresentação, explorando os sentidos subjetivos que os participantes expressam sobre a instituição Polícia Militar. Incluímos a apresentação de dois vídeos²¹ como disparadores para as narrativas sobre experiências com a abordagem policial, bem como para as reflexões sobre os aspectos jurídicos que regulamentam esse procedimento. Lançamos mão dos mesmos recursos utilizados na condução da oficina para o registro das informações, com exceção dos formulários, pois a utilidade desses não nos pareceu relevante para essa atividade.

4.2.3 Dinâmicas conversacionais

As **dinâmicas conversacionais** podem ser compreendidas como um recurso na busca pela configuração de um cenário propício para que as pessoas falem sobre suas próprias experiências. Elas são estimuladas a se envolverem em sistemas de conversação acolhedores e que possam lhes permitir livre expressão, por meio de diálogos, cujo curso das informações aparece em uma trama complexa da experiência do sujeito em seu mundo real (Gonzalez Rey, 2006).

Assim sendo, a conversação se configura como uma relação dinâmica que se estabelece entre pesquisador/a e participante, desenvolvendo-se processualmente, de forma aberta, assumindo diversas formas no processo de produção de um tecido de informação que implique os/as participantes com naturalidade e autenticidade, diferente da maneira tradicional de entrevistas baseadas na relação pergunta/resposta (González Rey, 2005a; 2006).

As conversas são estimuladas por meio de comentários, temas e reflexões, a fim de despertar no outro o desejo de ser ouvido, colocando-o diante da necessidade de construir sua experiência em uma área de sua vida, assim como representar um momento dessa no qual

²¹ Grey's Anatomy: Bailey e Ben orientam o filho sobre a abordagem da polícia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tfC4ee5PW-U>. Acesso em 25 de maio de 2019. ROTA: Abordagens a Suspeitos. FORTE!!! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HTmin8Jj8ZQ>. Acesso em 25 de maio de 2019.

processos simbólicos e emoções tenham sido significativos para ele próprio (Gonzalez Rey, 2005a).

Utilizamos as dinâmicas conversacionais como instrumento individual para produção de informações nos dois estudos de casos que realizamos entre os meses de junho e novembro de 2018. As conversações foram gravadas e posteriormente analisadas em articulação com os instrumentos grupais que apresentamos anteriormente. As principais informações produzidas com a utilização desses instrumentos (grupais e individuais) foram alocadas em dois eixos temáticos, os quais serão apresentados na próxima seção.

5. A Construção da Informação

No percurso construtivo-interpretativo que seguimos, como propõe González Rey (2005a), nos colocamos ativamente no cenário social de pesquisa, participando das valiosas trocas dialógicas sobre processos vivenciados pelos/as participantes e também, em parte, pelo pesquisador principal desse estudo. Assim sendo, o modelo teórico desenvolvido foi forjado por meio da construção de hipóteses traçadas pelo pesquisador, fundadas em indicadores de núcleos de sentidos subjetivos²² expressos pelos/as participantes, em articulação com o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre as principais temáticas abordadas nesse estudo: subjetividade, relações raciais, segurança pública e juventude negra, perseguindo a abertura de novas zonas de sentido e inteligibilidades sobre a relação dos jovens com a polícia militar.

Para tanto, semelhante à proposta de Ramiro Santana (2017), seguimos algumas etapas na análise das informações produzidas, tais como a leitura acurada e repetitiva das transcrições, separando os possíveis indicadores de sentido subjetivo; a construção de hipóteses com base na articulação entre os indicadores e a fundamentação teórica deste estudo; considerações sobre as configurações subjetivas sociais e individuais diante do problema investigado.

Nessa direção, dividimos as principais informações produzidas em dois *Eixos Temáticos*. No **Eixo temático I: Juventude, necropolítica e racismo estrutural: as condições de ser jovem negro em contexto periférico**, exploramos as configurações subjetivas sociais que os jovens produziram sobre as práticas policiais durante a realização da Oficina e Roda de Conversa, principalmente no tocante a como se dá a oferta do serviço de segurança pública no território e como esse serviço repercute em suas vidas individuais, das suas famílias e da comunidade.

²² Fernando Gonzalez-Rey (2005a) não apresenta uma definição direta do que são os núcleos de sentido subjetivo, não se trata de um desleixo, o autor evita oferecer definições rígidas em vários momentos da sua produção teórica, considerando que elas podem diminuir a potência heurística para a compreensão do que estamos estudando. No entanto, partimos da noção que núcleo de sentido subjetivo é uma forma que ele se refere aos indicadores que estão em torno dos sentidos subjetivos apresentados pelos/as participantes e submetidos ao processo construtivo-interpretativo, ou seja, o/a pesquisador/a constrói com os/as participantes e interpreta as conversações, destaca indicadores presentes em determinados trechos ou outras expressões narrativas do/a participante, sintetizando-os em núcleos de sentido subjetivo, que constituem as configurações subjetivas. Em suas próprias palavras quando se refere a esta noção: “Ainda nesses primeiros trechos de informação, desenvolvemos indicadores que nos autorizam a identificar as seguintes hipóteses sobre os **núcleos de sentido** que apareceram na sua expressão:” (Gonzalez Rey, 2005a, p. 131, grifo nosso).

Já no **Eixo temático II – Práticas policiais e estratégias de sobrevivência: relatos de experiências da juventude negra nos encontros com a polícia**, investimos em aprofundar as informações construídas pelos instrumentos grupais. Assim sendo, buscamos compreender, por meio dos estudos de caso, como se configura a relação dos jovens com a polícia militar em situações cotidianas concretas nos diversos espaços de circulação dos jovens, bem como analisar como eles lidam com as práticas policiais em tais circunstâncias.

Ressaltamos que a divisão em eixos temáticos que propomos, enfatizando separadamente aspectos das configurações subjetivas sociais e individuais, tem apenas a função de facilitar a compreensão em torno do modelo teórico em construção nesse estudo. Concordamos que elas – as configurações – integram a subjetividade social e individual, e se retroalimentam dentro de redes relacionais atravessadas por todas as produções subjetivas de uma sociedade (González Rey & Martínez, 2017).

Os referidos eixos serão apresentados nas seções seguintes em formato de capítulos, considerando que faz parte do método construtivo-interpretativo a apresentação progressiva da relação do pesquisador/a com os participantes no cenário de pesquisa, a utilização dos instrumentos e estratégias de produção de informação, assim como as hipóteses geradas em articulação com os referenciais teóricos que embasam o estudo, forjando o modelo teórico em curso, características que exprimem o processo complexo desse modelo de pesquisa.

5.1 Juventude, necropolítica e racismo estrutural: as condições de ser jovem negro em contexto periférico

*Cabô, vinte anos de idade
 Quase vinte e um
 Pai de um, quase dois
 E depois das 20 horas
 Menino, volte pra casa! Cabô...
 Ô neide, cadê menino?
 Cabô, quinze anos de idade
 Incompletos seis
 Eram só 6 horas da tarde
 Cabô, cadê menino?
 Quem vai pagar a conta?
 Quem vai contar os corpos?
 Quem vai catar os cacos dos
 corações?
 Quem vai apagar as recordações?
 Quem vai secar cada gota
 De suor e sangue
 Cada gota de suor e sangue. Cabô.
 (Cabô, Luedji Luna)*

Neste capítulo apresentamos os principais sentidos subjetivos relacionados à configuração subjetiva social das/os jovens sobre a Polícia Militar e os procedimentos que embasam a sua atuação. Durante a realização das Oficina e Roda de Conversa, exploramos os sentidos que elas/es expressam sobre a instituição, bem como relatos de experiências com abordagens e buscas pessoais executadas por policiais militares, considerando o território que residem e como esse serviço repercute em suas vidas individuais, das suas famílias e da comunidade.

Com o propósito de facilitar a compreensão sobre como aconteceram as atividades, quais informações foram produzidas e como conduzimos o desenvolvimento do modelo teórico, subdividimos esse capítulo em três momentos: **A construção de informações por meio da Oficina; A construção de informações por meio da Roda de Conversa; Considerações das informações produzidas nos instrumentos grupais**

5.1.1 A construção de informações por meio da oficina

Participaram da oficina onze jovens, do gênero feminino (07) e masculino (4), com variação de idade entre 18 e 26 anos, autodeclarados, com base nos critérios do IBGE, como pertencentes as raças negra (pretos e pardos) e branca, com nível de escolaridade entre Ensino Fundamental Incompleto e Ensino Médio Completo (Tabela 2).

Tabela 2
Dados demográficos dos/as participantes da Oficina

Nome	Gênero	Idade	Raça/cor	Escolaridade
Malcon	Masculino	26 anos	Negro	Ensino M. Completo
Lilia	Feminino	24 anos	Branca	Ensino M. Completo
Sueli	Feminino	22 anos	Negra	Ensino M. Incompleto
Abdias	Masculino	21 anos	Negro	Ensino M. Incompleto
Virgínia	Feminino	20 anos	Negra	Ensino M. Incompleto

Milton	Feminino	20 anos	Negro	Ensino F. incompleto
Nina	Feminino	19 anos	Negra	Ensino M. incompleto
Lia	Feminino	19 anos	Branca	Ensino M. incompleto
King	Masculino	18 anos	Negro	Ensino M. incompleto
Ângela	Feminino	18 anos	Negra	Ensino M. incompleto
Bell	Feminino	18 anos	Negra	Ensino F. incompleto

Fonte: dados produzidos no estudo

Iniciamos a atividade explicando o tema da pesquisa, bem como os seus objetivos e as motivações para escolha do trabalho com oficinas. A temática suscitou dúvidas e desconfiança entre as/os participantes, principalmente pelo receio de estarmos ali em função de investigação policial e não acadêmica. No entanto, sanadas as duvidas, a desconfiança deu lugar a fluidez do processo grupal. Seguimos a proposta do roteiro da oficina, estimulando as/os a participarem de uma dinâmica de apresentação, na qual cada uma/um deveria realizar uma narrativa contendo informações sobre o seu nome, tais como identificação com o próprio nome, seus significados, quem o havia sugerido, dentre outras questões. Nessa ocasião percebemos que houve maior descontração, as/os participantes passaram a se envolver mais ativamente com a proposta, inclusive apresentando aspectos sobre as relações estabelecidas com a família e a comunidade.

Com base nos objetivos desse estudo, escolhemos dois temas geradores²³ a serem trabalhados nas etapas da oficina: 1) Associação de ideias com o nome da instituição “Polícia Militar”, 2) Relatos de experiências de abordagens policiais e estratégias de sobrevivência. Trabalhamos o primeiro tema-gerador buscando alcançar dois objetivos: mobilizar os/as jovens para a dinâmica focal em relação às temáticas da pesquisa e identificar as impressões iniciais que os/as jovens tinham sobre a Polícia Militar. Nesse sentido, distribuímos tarjetas de papel A4, canetas e hidrocores e solicitamos que as/os participantes expressassem experiências, sentimentos e emoções acerca do nome “Polícia Militar”.

²³ “(...) temas que poderão gerar no grupo a motivação, a associação com a experiência de vida de cada um, o conhecimento sobre preconceitos, crenças e representações, dúvidas e questões...” (Afonso, 2006, p. 85).

Dentre as palavras de maior recorrência, destacamos “violência”, presente em 7 (sete) das 11 (dez) tarjetas de papel distribuídas. Outras palavras também tiveram frequência considerável, a exemplo de “nojo”, “ódio”, “racismo”, “opressão” e “armador”. Em seguida colamos as tarjetas na louça e perguntamos aos/as participantes quais as impressões que tinham ao visualizar o conjunto de palavras apresentado. Logo nesse primeiro momento, **as/os jovens destacaram a Polícia Militar como uma instituição violenta, que exerce suas atividades por meio de práticas de tortura e outros atos ilícitos, gerando medo e desconfiança**, como podemos acessar no relato a seguir:

(...) é tortura, apesar de muitos não enxergarem por isso. Mas eles tem prazer em torturar as pessoas, a maioria, não todos. É torturar causando medo, como eles causam constantemente. Cê vê que a palavra que mais aparece: torturar causando medo... (Nina).

A palavra “**armador**” também foi recorrente no discurso das/os jovens. Perguntados sobre o seu significado, elas/eles a definiram como uma prática criminosa, porém bastante comum, na qual **policiais, em conduta ilícita, atribuem a propriedade de armas e substâncias entorpecentes à determinada pessoa**, a fim de constituir provas para justificar a legitimação de uma prisão em flagrante.

Assim... eu trabalhava na casa de um (policial) lá em Maceió, entendeu? Aí você trabalha e escuta muita coisa que é que eles faz. Às vezes de pegar uma pessoa, bota as coisas escondido. Aí pega aquelas “fita”, que não tem nada a ver, para pegar [prender uma pessoa]. Quando ele tem raiva eles colocam. (Lília).

Pontuamos o fato de nenhuma das palavras sugeridas pelas/os participantes indicar qualquer aspecto positivo em relação ao trabalho prestado pela instituição policial. Nesse momento, houve uma breve discordância em relação à postura de alguns participantes em relativizarem a postura generalizada pelo grupo, reconhecendo a importância do trabalho da instituição, sugerindo que **alguns policiais prestam um serviço minimamente respeitoso**, além de apontarem o território da periferia, bem como o tráfico de drogas, como justificativas para a presença constante dos policiais na dinâmica cotidiana da comunidade. Entretanto, todos concordaram que, via de regra, **a presença da Polícia Militar na comunidade é marcada por ações truculentas que desestabilizam emocionalmente os sujeitos, famílias e a comunidade** como um todo:

A gente acha que a polícia militar tá ali pra nos proteger entendeu? Pra fazer por nós, mas não. Acaba às vezes até por fazer mal pra nós. Porque a gente sabe que em bairro periférico existe situações meio constrangida diante dos traficantes, porque tem muitos

traficantes que também tão errado, acaba envolvendo nós em situações em que a gente não tem nada a ver. Mas os polícia também, eles não respeita, eles não chega com consideração. Eles não quer saber quem é morador e quem não é. Eles só quer chegar e mostrar seu serviço, mas não serviço de verdade, é outro serviço. É um serviço de ver mãe chorando, família, irmão, entendeu? É cada situação que eu passo que dá medo mesmo. Eu sinto medo de muitos policial. Eu respeito o trabalho de qualquer um, de todos, entendeu? Mas gera muita armação... (Abdias).

Parte das/os jovens também relatou que teve familiares assassinados por conta da disputa entre facções criminosas que buscam consolidar sua atuação nas comunidades. Importante destacar que três, das sete participantes, relataram que tiveram irmãos assassinados. No entanto, estes crimes não foram apurados oficialmente, sendo que nos contatos que os familiares estabeleceram com as instituições policiais (civil e militar) para informar sobre os crimes ocorridos, os policiais de ambas as instituições demonstraram maior ou menor disponibilidade para agir a partir da verificação se a pessoa assassinada estava ou não na condição de ilicitude, como uma justificativa para legitimar ou não os assassinatos.

... meu irmão que ajudava minha mãe na despesa, tudo era ele. De repente tiraram a vida dele foi sem nada. Aí o policial disse: ‘tá certo! vou te ajudar’ e então fui embora. Aí depois, com cinco dia, foi que a gente viu: ‘mataram fulano’. Agora a gente não sabe se foi ele [o policial]. A gente não sabe, né? Mataram no mesmo lugar que matou meu irmão (Lia)

Professor [referência a um dos coordenadores], quando assassinaram meu irmão, a gente foi dar queixa na delegacia. Correndo o tropical, ali na frente da delegacia, os policiais da civil estavam assistindo desenho. A gente chamou eles: ‘atiraram no meu irmão’. Aí ele calmo: ‘ah... se for ladrão eu vou deixar morrer’. Foi o que ele me disse... eu ‘é... o senhor vai ver que ele não é ladrão não’ que a sorte minha é que o outro policial conhecia meu irmão que era trabalhador... (Lilia)

As/os participantes salientaram a existência de policiais que atuam na comunidade como “justiceiros”, promovendo vários homicídios, torturas, e até mesmo atitudes explicitamente racistas ao exigir que as pessoas, sobretudo aquelas de pele negra, utilizem seus cabelos, roupas de acordo com a sua avaliação pessoal, como expresso no trecho a seguir:

Se você tiver cabelo grande e de *black* eles mandam cortar. Porque se a pessoa não cortar, da próxima vez ele corta de faca. (King).

Ele [referindo-se a um policial que atua na comunidade] fez várias vítimas, professor. Antes dele morrer ele prometeu que ia matar todo mundo. Ele pegou dois menino lá. ... ele subiu pelo Tropical, matou dois. Um era traficante e o outro não era. O outro era trabalhador. (Lilia).

Eles disseram: “faz um mapa aí”. Aí eu pensei : “Como é isso rapaz? Fazer um mapa”. Aí na hora eu tô vendo os cara tudo correndo, tá ligado? Tudo olhando os lugar assim. Eu falei ‘Qual foi que tá rolando aí, vei?’ Comecei a ficar com medo. Aí tinha um casal em uma casa na laje, tá ligado? Eles viram, assim, e falou: ‘Alí, oh!’ Aí apontaram, aí eu percebi, tá ligado? E eu olhei, na hora veio logo no meu pensamento: ‘será que esse cara tá querendo me matar, vei?’. Aí na hora ele olhou pro casal, aí o casal olhou pra mim, aí eu dei risada pro casal. Fiz assim mesmo [exemplificação com gesto] pra ficar olhando, pra se acontecer alguma coisa, tá ligado? Correr logo e avisar a minha família. Só que aí eles me liberaram, entendeu? Aí eles falaram que se me pegasse sozinho que ia me botar doido. Aí fui lá e caiu logo na mente: ‘Rapaz, fazer o mapa então é se não tiver ninguém olhando, eles iam acabar com minha vida’. (Abdias).

Os indicadores expressos nos relatos dos/as participantes nos levaram a **hipótese** de que um forte sentido subjetivo que compõe a configuração subjetiva social sobre a Polícia Militar está na **associação entre a instituição e a práticas de violências e atos ilícitos que tem por finalidade incriminar determinados sujeitos sociais. Segundo as/os jovens, essa forma de atuação gera medo, desconfiança e insegurança nos sujeitos individuais, famílias e na comunidade**, ainda que alguns policiais apresentem uma conduta profissionalmente respeitosa.

Aproveitamos os relatos sobre as situações vivenciadas com a Polícia Militar, e demos início ao trabalho com o segundo tema-gerador, tendo como principais objetivos a identificação de expressões simbólico/emocionais das/os jovens em relação às abordagens policiais e busca pessoal, possíveis episódios de manifestações do racismo institucional que constitui as práticas policiais e as estratégias utilizadas pelos/as jovens para lidarem com tais violações de direito.

Nessa direção, perguntamos as/os participantes se já haviam sido abordados/as, presenciado ou escutado relatos sobre abordagens e busca pessoal realizadas pela polícia militar. Pedimos também para que, aquelas/es que se sentissem a vontade, relatassem detalhadamente como aconteceram os procedimentos. Todas/os as/os participantes disseram que já haviam sido abordadas/os pela polícia militar. Nesta oportunidade, as/os jovens revelaram que **as abordagens e busca pessoal realizadas pela Polícia Militar geralmente acontecem de maneira violenta e desrespeitosa**, sendo que em muitos casos acabam por reverberar em invasões de domicílio, agressões físicas e verbais, prisões arbitrárias (dentre outros abusos), **gerando nelas/es a sensação de insegurança, impotência e medo** diante dos abusos cometidos.

Se for falar de abordagem policial, véi, eu posso contar várias abordagem. Sofrimentos que eu já passei dentro do ônibus, indo pro trabalho, entendeu? É dizendo que eu tô levando droga, dizendo muita coisa... Aí bota pra fora do ônibus, desce, aí eu tenho que pegar outro ônibus porque o ônibus eles manda ir embora. É cada situação que a gente passa e eu nunca fui pego com nada. Já bateu minha foto, levou pra delegacia, disse que se me pegasse em qualquer lugar fora do horário que ia me matar. (Abdias).

... meu irmão já foi abordado duas vezes. Meu irmão é magrinho. Meu irmão um tapa ali meu irmão desmonta. Eles deram não sei quantas coronhadas na cabeça de meu irmão que abriu a cabeça. (Nina).

A crítica dirigida às abordagens realizadas pela polícia militar também estão relacionadas ao **acesso às informações que as/os jovens têm quanto às motivações da abordagem e, conseqüentemente, ao tratamento ofertado durante a sua execução.** Embora as/os participantes compreendam as abordagens e busca pessoal como procedimentos que fazem parte do trabalho realizado pelos policiais, enfatizaram que normalmente não são informados sobre porque estão sendo submetidos a tais procedimentos e **sentem-se silenciadas/os no tocante a expressão dos seus questionamentos**, tendo em vista as repercussões que eles podem gerar na forma como estão sendo tratados no momento da execução dos referidos procedimentos.

... num tenho motivo nenhum pra eles me abordarem. Se virem me abordar tudo bem, normal, vei. É coisa rotineira, a gente tem que respeitar o trabalho deles. Mas eles também tem que saber abordar as pessoas. Não com desconfiança, mas abordagem normal, vei. Perguntar as perguntas normal, mas não. Quando a gente vai tratar ele com respeito, eles nos trata com desrespeito. Se eu chamar ele de senhor, ele diz que ele não é Deus e nem pai de ninguém. (Abdias).

Eu tinha saído daqui, que eu faço poesia no ônibus, aí tinha saído da Subway que eu tinha trocado umas moedas, perto do colégio a gente parou. Passou uma viatura numa *splinter* era a PETO [Companhia especializada da PM]... aí ele parou o carro e aí gente falou: ‘oh, vei, tomar enquadró’. A gente foi botou a mão na cabeça, ele já saiu falando ‘já sabia, né pai?’. Aí foi... ele me encostou na parede assim e falou: “cadê a maconha?” eu falei: “eu não tenho maconha não, velho”. Aí ele: “cadê a maconha” e foi pegou assim [levantou da cadeira e exemplificou como foi a situação] começou a tocar em meu bolso. Pegou na pochete, ficou olhando, aí falou: “Bora! Me dá a senha do celular aí, vá!”. Aí ficou assim olhando pra mim e me encostando na parede. Aí eu falei a senha pra ele e ele foi começou a procurar lá e falou assim ‘olha... quer dizer que você tá marcando encontro para pegar massa aqui, né?’. Aí falou: ‘Bora que você vai me levar lá’. Aí foi, botou a gente na mala, aí eu falei: ‘Oh vei, você não pegou a gente com nada, sou cidadão também...’ Aí ele disse: “Que nada, viado!” Me deu uma bicuda, fechou a porta e saiu. Aí ele se saiu e foi pra um restaurante lá perto de minha casa. Foi almoçar e deixou a gente na mala. (Malcon)

Outro ponto de destaque nos relatos das/os participantes se refere às **contradições presentes no discurso e ação dos policiais em comparação às suas condutas individuais**, seja no exercício profissional ou em suas folgas. Segundo as/os jovens, muitos policiais fazem uso de substâncias psicoativas, assim como utilizam boa parte dos utensílios que reprimem durante a realização de abordagens e busca pessoal. Assim sendo, a atividade policial exercida na comunidade onde as/os jovens residem apresenta-se muito mais por meio de discursos moralizantes para reprimir e regular condutas, do que propriamente para realizar procedimentos técnico/profissionais na busca pela manutenção da ordem e segurança amparados pela Lei.

Eu fui pro *Espetinho* ali dançar com minhas colega. Me parou (guarnição policial) na frente de minha filha, pedindo droga pra cheirar... (Lilia)

Eles usam tatuagem, usam roupas com marca da Cyclone, Mahalo, e quer parar quem está usando (Maicon).

Eles abordam por motivos que eles mesmos usam. Meu vizinho já foi abordado porque usava Mahalo, no outro dia o mesmo policial que abordou ele tava usando Mahalo. Eu olhei assim: ‘Querido, e aí?’ (risos). (Bell).

No tocante as experiências vivenciadas pelas participantes, surgiram relatos que, em parte, se assemelham as situações vivenciadas pelos jovens, principalmente no tocante ao tratamento violento. Entretanto, elas também relataram questões mais específicas relacionadas às questões de gênero, como **situações de assédio durante a busca pessoal ou mesmo nas abordagens realizadas pela Polícia Militar, sendo que tais abusos geralmente não são contestados ou reportados pelo receio das jovens em sofrerem retaliações posteriormente.**

Antes mesmo de eu entrar na igreja, eu lembro que eu gostava de usar *Kenner*. Usava eu e minhas primas também, aí eles pararam a gente e falou assim: “Kenner é coisa de ladrão viu? Da próxima vez que eu ver vocês de Kenner eu vou dar na mão de todo mundo” dizendo que a gente era o bonde não sei o que... então assim... é complicado. (Nina).

Eu nunca fui abordada de uma forma agressiva, só que, eu não sei se algumas das meninas já passaram por isso, uma vez tava saindo do colégio, eu e minhas primas, e os policiais mexeu com a gente. Tipo... pô, quando é um cidadão comum a gente pode até falar, né? “feche a cara, não sei o que” mas como é que a gente vai repreender um policial?... Não tem como. (Virgínia).

Assim sendo, os indicadores que destacamos sobre **os procedimentos realizados pela Polícia Militar expressam um sentido subjetivo ligado às formas violenta e desrespeitosa**

como ocorrem as abordagens e busca pessoal com as/os jovens. Nessa direção, se um dos sentidos subjetivos expressos pelas/os jovens sobre a instituição está associado à prática de violências e atos ilícitos, **as abordagens e busca pessoal parecem se constituir como as vias por meio das quais essas violências e práticas ilícitas se concretizam, reverberando em agressões, assédios, invasões de domicílio, prisões arbitrárias e outros abusos.** Para as/os jovens elas se apresentam muito mais por meio de discursos moralizantes para reprimir e regular condutas, do que propriamente para realizar procedimentos técnico/profissionais, potencializando a **sensação de insegurança, impotência e medo, bem como em um silenciamento coletivo pelo receio de sofrerem retaliações.**

Nesta direção, o pertencimento dos policiais ao mesmo grupo racial e de gênero, após uma ascensão social (ou melhor, de exercício de poder) adquirida no status de ser policial, não propicia identificação positiva de proteção com seus quase pares (homens negros da periferia). Os símbolos estéticos que tornam um homem negro suspeito (as vezes também as mulheres negras) não tem valor nenhum quando é o policial, que não quer ou não pode ou não percebe que faz parte desse grupo. Esta é operação subjetiva complexa que buscamos marcar aqui em torno do destaque das situações concretas vivenciadas cotidianamente por uma parte da população.

Foi apontada pelas/os participantes a **diferença de tratamento da instituição com base nos territórios.** Houve consenso entre as/os presentes de que a polícia militar “jamais” agiria com agressividade, desrespeito e ameaças em bairros como a Graça, Barra, Villas do Atlântico etc (considerados como bairros não-periféricos na capital do Estado e na cidade onde foi realizada a pesquisa), embora seja comum a presença constante e intensa, além de inúmeros episódios de violência policial nas periferias da cidade onde foi realizada a pesquisa e da capital do Estado (Salvador).

... a gente não podia mais fazer passeata... porque pra eles quem mora no Tropical é vagabundo. (Lilia).

E a Graça, hein? O tratamento ali é outro... Eu, por exemplo, cresci na Rua dos Patos e eu sempre tava ali por Vilas porque minha mãe sempre trabalhou ali. Eu sou paciente do SARA [Hospital], então, eu sempre pegava o ônibus ali e se você botar seus pés e ficar exatamente entre a divisa da Lagoa dos Patos e de Vilas, você pensa que você tá em outro mundo. (Nina).

Nos relatos acima, além das jovens destacarem a diferença de investimentos direcionados a urbanização dos territórios, expressam também um **sentido subjetivo**

relacionado ao fato das práticas policiais serem fundadas em processos discriminatórios, sugerindo que no discurso proferido pelos agentes, algumas localidades são naturalmente constituídas por pessoas perigosas, fato que possivelmente seja utilizado para justificar a presença constante da instituição na comunidade.

No terceiro momento da Oficina, promovemos um jogo sobre os aspectos jurídicos da abordagem policial, no qual pedimos para que os/as jovens expusessem, de acordo com as suas vivências o que “pode” (ação lícita) e “não pode” (ação ilícita) durante uma abordagem policial. Foram apontados como lícitas atitudes como “revistar”, desde que as mulheres sejam revistadas por uma policial, e o estabelecimento de diálogo entre o/a agente de segurança e o/a “abordado/a” durante ao processo. Entre as práticas ilícitas, destacaram as agressões, opressões, tortura e também a apreensão do celular.

Logo em seguida iniciamos um diálogo com a finalidade de orientar os/as jovens sobre o que estava ou não dentro de uma previsão legal durante o processo de abordagem e/ou busca pessoal. Tomamos como base a leitura da redação do Art. 240 do Código de CPP, o qual detalha em quais circunstâncias a polícia poderá abordar e realizar busca pessoal. Seguimos explicitando as possibilidades que a Lei autoriza a entrada de policiais no domicílio de alguém, assim como a diferença entre porte de droga para consumo pessoal e tráfico de entorpecentes, destacando as implicações penais que cada caso acarreta.

Assumimos essa posição socioeducativa como parte do compromisso ético/político que pactuamos com a instituição (Corra pro Abraço), a fim de conciliar o processo de produção de dados com o retorno de informações sobre os aspectos jurídicos da abordagem policial. No entanto, é importante destacar que durante nossa explanação, fomos diversas vezes interrompidos pelas/os jovens com **manifestações de descrença**, afirmando que o conhecimento sobre tais questões não se aplica nas relações estabelecidas entre policiais e a comunidade local, principalmente pelo fato de não confiarem nas instituições responsáveis por fiscalizar e responsabilizar juridicamente os policiais que atuam de forma ilícita. Para eles, **qualquer reação frente às violências, as quais estão submetidas/os, pode acarretar no aumento progressivo dos abusos, inclusive tendo a morte como desfecho.**

Mas a gente não pode é revidar em nenhuma circunstância. Se ele pegar seu celular, se ele der um tapa, se ele der um chute, a gente não pode fazer nada não. A gente não pode denunciar, a gente não pode dizer nada. Porque se a gente fizer uma coisa dessa aí, eles vai logo lhe matar, é a única opção, é a única saída pra eles, entendeu?... é tirar nossa vida. (Abdias).

Assim sendo, embora as/os jovens tenham relatado considerar a importância da segurança pública para a regulação da dinâmica social, apresentaram, concomitantemente, um discurso de medo, raiva e insegurança em relação à instituição policial, sendo levados a criar estratégias para realizar suas atividades cotidianas em paralelo com as situações de violência policial. Nessa direção, perguntados sobre quais estratégias eles utilizavam para diminuir as possibilidades de serem abordados e, conseqüentemente, sofrerem menos violações, tais como as que foram relatadas, as/os jovens disseram que **evitam ficar na rua após às 22h, bem como evitam usar roupas de determinadas marcas, utensílios de prata, determinados cortes de cabelos, tatuagens**, como também assumirem a postura de saírem a rua, portando a nota fiscal do próprio aparelho celular, a fim de comprovar que a sua aquisição não foi feita de maneira ilícita.

Eu conheci um colega mesmo que ele não pode mais vir pra cá, velho, que se esses policial ver ele aqui vai querer tirar a vida dele. Meu irmão teve que passar uns dias na casa de minha ex-patroa, porque ele foi ameaçado de morte diante dos policial. Pegou ele depois das 22 horas lá na rua e disse que como tinha gente, se pegasse ele de novo que ia matar ele, qualquer hora, não importava mais hora pra eles. Já não tinha mais hora, qualquer hora que pegasse ele na rua lá ia matar ele. Meu irmão no outro dia de manhã cedo, seis horas, da manhã teve que arrumar as coisas e ir morar em outro lugar por causa de uma situação boba, que não pode passar de 22 horas na rua. (Abdias).

Dez horas a gente não fica na rua, viu pai? Senão já sabe... (Sueli).

Eu tinha cabelo pintado, com listras... eu mudei pra evitar deles ficar me parando toda hora. (Milton).

Nessa direção, outro sentido subjetivo relacionado às configurações subjetivas sociais sobre as práticas policiais é a **sensação contínua de impunidade frente aos episódios de violência**, é como se os policiais que atuam no contexto territorial, onde residem os/as jovens, estivessem autorizados à revelia de qualquer previsão legal, levando as/os jovens a construírem cotidianamente **estratégias de sobrevivência**, ainda que isso implique na abdicação de parte dos seus direitos, como a liberdade de ir vir.

5.1.2 A construção de informações por meio da Roda de Conversa

Participaram da atividade três (03) homens jovens, os quais se autodeclararam como pertencentes a raça negra, com idade entre 18 e 29 anos, com nível de escolaridade entre Ensino Fundamental Incompleto e Ensino Médio Completo (Tabela 3).

Tabela 3**Dados demográficos dos participantes da Roda de Conversa**

Nome	Gênero	Idade	Raça/cor	Escolaridade
Garvey	Masculino	29 anos	Negro	Ensino F. Incompleto
Lima	Masculino	24 anos	Negro	Ensino M. Completo
Assis	Masculino	18 anos	Negro	Ensino F. Incompleto

Fonte: informações da pesquisa

Assim como na Oficina, explicamos o tema da pesquisa, seus objetivos e porque estávamos propondo a Roda de Conversa ao invés das oficinas. Seguimos o mesmo percurso do roteiro das oficinas, porém explorando apenas a produção discursiva, estimulando o diálogo entre os envolvidos durante a realização das atividades, inclusive com relatos de experiências dos próprios coordenadores da atividade, os quais também são homens negros.

No início da atividade os jovens aparentavam estar desconfortáveis, tensos e desconfiados em relação à temática abordada. Quando perguntamos o que eles pensavam e/ou sentiam ao ouvir a palavra “Polícia Militar”, relataram sentir “**raiva**”, “**pavor**”, “**desconfiança**” e outras palavras que nos levaram a interpretação de que outro forte **sentido subjetivo expresso pelos jovens** sobre a instituição policial esta relacionado a percebê-la como um **dispositivo de controle social nocivo às suas existências**.

Acreditamos que o fato do Programa Corra Pro Abraço ter ligação com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e, conseqüentemente, fazer parte do Programa Pacto Pela Vida, tenha gerado nos jovens a expectativa de que estivéssemos naquele contexto buscando informações para servir a esses órgãos, o que fortaleceu o clima de tensão e desconfiança relatado anteriormente. Optamos por retomar a explicação sobre os objetivos da pesquisa e a importância da produção de conhecimento sobre as temáticas estudadas. Entretanto, voltamos a afirmar que a participação de cada um deles era voluntária, sinalizando que se estivessem com receios em falar sobre as temáticas em questão, não haveria problema algum em optar pela não participação na pesquisa. Depois desse momento, um dos jovens, o qual vinha se mostrando mais calado e, aparentemente, desconfiado sobre a proposta da atividade (Assis), passou a apresentar algumas contribuições:

Não, véi, se ligue... eu tô ligado que o que esses caras faz pra sociedade é importante, porque não dá pra viver em uma sociedade sem polícia, porém a maioria é covarde, só chega arrepiando, dando broca, bicuda, a porra toda. Só quer maltratar nós. Eu passo longe... quero nem vê... (Assis).

Essa situação em especial nos fez reforçar a hipótese do quanto **os jovens percebem a instituição como uma ameaça, uma vez que o cotidiano dos jovens é marcado por uma sensação contínua de perseguição policial, ainda que os profissionais não estejam atuando formalmente pela instituição.** Chamou atenção o fato de um mesmo policial, também citado pelos participantes da oficina, ser apontado como uma pessoa violenta, que costumeiramente age com truculência, ditando a dinâmica de funcionamento da comunidade. Segundo os jovens, o referido agente cerceia o direito de ir vir por meio da imposição de horários em que as pessoas devem ou não permanecer na rua, bem como o tipo de roupas que podem ou não utilizar. Mais uma vez, com outro método de produção de informações, nossas hipóteses apresentam-se defensáveis.

Assim sendo, perguntamos se eles utilizam algum mecanismo para denunciar os abusos, tal como a Corregedoria da Polícia Militar, Ouvidoria do Estado e Ministério Público Estadual. Responderam de forma unanime, com certa obviedade e naturalização, sobre as impossibilidades de denunciar os abusos a essas instituições, tanto pelo descrédito, como pelo medo das consequências extrajudiciais que poderiam experienciar, tais como perseguições como também assassinatos deles próprios ou dos \as seus\suas amigos\as e familiares.

Rapaz, claro que a galera já denunciou. Claro! Só que não dá nada. Não acontece nada. Quem tomou seu pau que vai ficar tomado. (Garey)

Oxe! Oxe! Oxe! Tá doido... sem fazer nada os cara tá dando broca, coronhada, arrancando tatuagem de faca, matando e as porras. Imagine se souber que a gente falou alguma coisa? Mata eu, minha mãe, namorada, cachorro... (risos). (Lima).

Assim como na Oficina, identificamos nessa atividade a expressão de um **mesmo núcleo de sentido subjetivo: sensação contínua de impunidade frente aos episódios de violências praticadas por policiais.** Nessa direção, os jovens parecem sugerir que **a violência policial faz parte de um conjunto de violações sistemáticas de direito que, seja por omissão ou por cumplicidade de outras instituições, permanecem ocorrendo cotidianamente,** de forma natural, repercutindo na insegurança e medo decorrentes dos abusos cometidos por policiais.

Acreditamos que a compreensão dos participantes em relação a essas violações, influenciou diretamente na recepção que eles tiveram à atividade de orientação jurídica diante de situações de abordagem policial (Quiz sobre aspectos lícitos e ilícitos nas abordagens policiais). Pois, além deles demonstrarem conhecimento sobre as principais situações que apresentamos para serem discutidas, tais como uso e porte de drogas ilícitas, invasão a domicílio, apreensão de celular (dentre outras), também expressaram desinteresse frente a tais conteúdos. Assim, consideraram como mais pragmaticamente relevante e necessário o fortalecimento da **construção de estratégias para se “esquivar” das ações realizadas pela polícia militar, o que vamos nomear nesse estudo de “estratégias de sobrevivência”**.

Na boa, isso aí a gente tá ligado, inclusive aqui no Programa a gente aprende algumas coisas. Mas na real não adianta de nada. Eu busco é me esquivar desses caras. Onde eles estão eu tô do outro lado. Deu 22h? Vou pra casa. Tá rolando festa no [localidade do território]? Tomo minha cerveja em casa. E é isso aí mermo, tenho mais idade pra ficar tomando tapa de graça não. (Garvey).

Num boto qualquer tatuagem, num sô otário. Eles agora rancam é de faca, pai. Camisa de time também evito, porque senão eles param toda hora. Minha camisa do Barça tá lá dando mofo. (Assis).

Nessa direção, os participantes pontuaram que na medida em que a relação com a polícia vai se estabelecendo, eles tendem a se “esquivar”, criando novas estratégias para evitar possíveis situações de abuso, tais como o corte de cabelo, o tipo de tatuagem, o estilo de roupa, os locais que frequentam, menos circulação nas ruas, tanto temporal como geograficamente. Por outro lado, eles entendem que o fato deles fazerem parte do Programa Corra pro Abraço lhe conferem alguma segurança, tendo em vista que ao serem reconhecidos pelos policiais como membros do Programa, geralmente, os abusos não acontecem. Eles sugerem que tal questão tem a ver com o fato de a equipe de profissionais do Programa já ter sinalizado em espaços públicos as recorrentes situações de violências vivenciadas pelos jovens nos encontros com a polícia, inibindo os policiais de cometerem novos delitos e serem punidos juridicamente.

Colocamos em discussão as diferentes experiências de ser jovem, levando em consideração questões referentes ao território, condição econômica e cor de pele. Perguntamos se eles percebiam diferenças de tratamento dos policiais com base nesses aspectos, e eles, assim como as/os jovens da Oficina, colocaram que em bairros considerados como “nobres” os jovens vivenciam outra “realidade”, pois não lidam com o cenário de mortes, tiroteios e abusos por parte da polícia. Ademais, **apresentaram comparações**

relacionadas ao cruzamento entre classe social e cor de pele, destacando que jovens brancos moradores de bairros nobres vivenciam uma dimensão da juventude que lhes possibilita maior proteção social e familiar, sendo possível investir nos estudos e projeção de atuação profissional, enquanto que **o cenário de violências vivenciado cotidianamente pelos jovens negros dificulta às suas possibilidades de escolhas e ascensão social.**

Rapaz, eu sou Baleiro. Eu tô aqui trabalhando né? Não paro de trabalhar, me lascando todo, todo dia. Todo dia! Enquanto eles ficam de boa ali, não fazem nada. Tudo branquinho ali, filhinho de papai, não fazem porra nenhuma. Nunca tomaram um baculejo. Eles só estudam, né? (Garvey).

Perguntados sobre como eles se sentem frente a essas comparações, destacaram que se sentem injustiçados, sobretudo pela falta de oportunidades para construírem outros projetos de vida. Esse e outros relatos nos fizeram construir a hipótese de que **os sentidos subjetivos que os jovens expressam sobre as práticas policiais se entrecruzam com as suas experiências como jovens negros**, tendo em vista que em vários momentos da conversação, as suas experiências de trabalho, lazer, relacionamentos (etc) são tangenciadas pelos encontros e desencontros com a polícia. Ademais, eles diferenciam a realidade vivenciada por eles dos modos de vida dos jovens brancos residentes em bairros não periféricos. Ou seja, **ser jovem negro residente em comunidade periférica é ter a sua existência marcada pelos pertencimentos de raça, gênero e classe na relação cotidiana com a polícia.**

5.1.3 Considerações das informações produzidas nos instrumentos grupais

Os principais sentidos subjetivos que identificamos durante as realizações da Oficina e Roda de Conversa, assim como os indicadores presentes nas expressões das/os participantes e as hipóteses que construímos, estão sumarizados na Tabela 4.

Tabela 4

Núcleos de sentido subjetivo identificados nos instrumentos grupais

Sentidos subjetivos	Indicadores	Hipóteses
----------------------------	--------------------	------------------

Polícia Militar como uma instituição violenta que pratica atos ilícitos	<p>Se você tiver cabelo grande e de black eles mandam cortar. Porque se a pessoa não cortar, da próxima vez ele corta de faca. (King)</p> <p>É cada situação que eu passo que dá medo mesmo. Eu sinto medo de muitos policial. Eu respeito o trabalho de qualquer um, de todos, entendeu? Mas gera muita armação. (Abdias)</p>	<p>Associação entre a instituição e a práticas de violências e outros atos ilícitos, com a finalidade de incriminar determinados sujeitos sociais, gerando medo, desconfiança e insegurança nos sujeitos individuais, famílias e na comunidade.</p>
As abordagens policiais e busca pessoal são procedimentos realizados de maneira desrespeitosa e violenta.	<p>Se for falar de abordagem policial, véi, eu posso contar várias abordagem. Sofrimentos que eu já passei dentro do ônibus, indo pro trabalho, entendeu? É dizendo que eu tô levando droga, dizendo muita coisa... Aí bota pra fora do ônibus, desce, aí eu tenho que pegar outro ônibus porque o ônibus eles manda ir embora. (Abdias)</p> <p>Quando a gente vai tratar ele com respeito, eles nos trata com desrespeito. Se eu chamar ele de senhor, ele diz que ele não é Deus e nem pai de ninguém. (Abdias).</p>	<p>As abordagens e busca pessoal parecem se constituir como as vias por meio das quais violências e práticas ilícitas se concretizam, reverberando em agressões, assédios, invasões de domicílio, prisões arbitrárias (dentre outros abusos). Potencializam a sensação de insegurança, impotência e medo, bem como em um silenciamento coletivo pelo receio de sofrerem retaliações.</p>
As práticas policiais são fundadas em processos discriminatórios	<p>A gente não podia mais fazer passeata... porque pra eles quem mora no Tropical é vagabundo. (Lilia).</p>	<p>O discurso proferido pelos agentes aponta algumas localidades como sendo naturalmente constituídas por pessoas perigosas.</p>
Sensação contínua de impunidade frente aos episódios de violência das práticas policiais	<p>A gente não pode denunciar, a gente não pode dizer nada. Porque se a gente fizer uma coisa dessa aí, eles vai logo lhe matar, é a única opção, é a única saída pra eles, entendeu?... é tirar nossa vida. (Abdias).</p> <p>Oxe! Oxe! Oxe! Tá doido... sem fazer nada os cara tá dando broca, coronhada, arrancando tatuagem de faca, matando e as porras. Imagine se souber que a gente falou alguma coisa? Mata eu, minha mãe, namorada, cachorro... (risos). (Lima).</p>	<p>Os policiais que atuam no contexto territorial onde residem os jovens, agem à revelia de qualquer previsão legal, levando as/os jovens a construírem cotidianamente estratégias de sobrevivência.</p>

Polícia militar como um dispositivo de controle social nocivo à existência dos jovens	Não, véi, se ligue... eu tô ligado que o que esses caras faz pra sociedade é importante, porque não dá pra viver em uma sociedade sem polícia, porém a maioria é covarde, só chega arrepiando, dando broca, bicuda, a porra toda. Só quer maltratar nós. Eu passo longe... quero nem vê... (Assis).	Os jovens percebem a instituição como uma ameaça, uma vez que o cotidiano dos jovens é marcado por uma sensação contínua de perseguição policial, ainda que os profissionais não estejam atuando formalmente pela instituição.
Ser jovem negro residente em comunidade periférica é ter a sua existência marcada pela relação cotidiana com polícia	Eu tô aqui trabalhando né? Não paro de trabalhar, me lascando todo, todo dia. Todo dia! Enquanto eles ficam de boa ali, não fazem nada. Tudo branquinho ali, filhinho de papai, não fazem porra nenhuma. Nunca tomaram um baculejo. Eles só estudam, né? (Garvey).	As experiências de trabalho, lazer, relacionamentos (etc) são tangenciadas pelos encontros e desencontros com a polícia.

Fonte: produção do autor

Eles – os sentidos subjetivos – constituem a configuração subjetiva social das/os jovens sobre a Polícia Militar e suas práticas. Assim sendo, para as/os jovens, a Polícia Militar é uma instituição violenta que pratica atos ilícitos por meio de procedimentos desrespeitosos, violentos e discriminatórios no território onde residem. Os policiais que praticam tais violências, geralmente, não são responsabilizados pelas instituições competentes, o que gera nas/os jovens as sensações de medo, insegurança e impunidade, levando-os(as) a construir estratégias de sobrevivência frente a tais abusos. Conjuntura que revela o quanto a relação com a polícia marca as suas existências individuais, bem como a dos seus familiares e de toda a comunidade na qual residem.

Como destacado por Aires (2018), a pretensa ideia de **guerra às drogas**, na qual as estatísticas evidenciam que as principais vítimas de assassinatos e encarceramentos são **jovens negras/os periféricos/as**, cotidianamente vigiados/as e expostos/as às incontáveis formas de **violações de direitos**, seja por negligência na prestação de serviços pelas distintas políticas públicas ou, em particular, nas agressões e letalidade das operações policiais; correspondem, respectivamente, a **tríade, estado de sítio, biopoder e estado de exceção**. Articulação que engendra o cenário necropolítico proposto por Mbembe (2018a).

Parte significativa da política de segurança pública é estruturada pela narrativa de que vivenciamos uma guerra, devido à epidemia causada pelo uso de substâncias ilícitas, sendo

necessário o combate às pessoas supostamente envolvidas com o tráfico de drogas. Esse discurso é frequentemente utilizado pelas polícias para justificar o intenso processo de militarização em comunidades periféricas, a fim de vigiar, controlar e punir determinados sujeitos sociais, reforçando estigmas, racismo e criminalização da pobreza (Anistia Internacional, 2015). Assim sendo, o sistema mantém, a todo vapor, o funcionamento de sua engrenagem genocida, elegendo o uso de substâncias ilícitas como o grande problema social, quando, na verdade, o que deveria ser colocado como foco é o contexto de violação de direitos e de vulnerabilidades psicossociais, que expõem grupos historicamente marginalizados ao uso abusivo de substâncias lícitas ou ilícitas, como conclui Borges (2017).

Destacamos que uma das nossas hipóteses se refere ao fato de policiais que atuam no território onde residem as/os jovens participantes do estudo agirem à revelia de qualquer previsão legal, levando as/os jovens a construírem cotidianamente estratégias de sobrevivência. Segundo Deborah Small²⁴, a maneira como atualmente as atividades policiais são executadas nos bairros pobres e majoritariamente constituídos pela população negra, é um reflexo das práticas e políticas infligidas a esse público durante a escravidão e o subsequente sistema legal de segregação. Assim sendo, ela considera que as atuais leis criminais de drogas são uma continuidade das políticas de justiça criminal daquele período, cujos alvos principais permanecem sendo os corpos negros, continuamente punidos desproporcionalmente. Como salienta Edson Cardoso (2005):

Se uma pessoa negra tiver envolvimento com tóxicos, ou fizer algo “errado”, estará justificadamente condenada à morte. Podemos matar Maluf pai e Maluf filho, que passaram alguns dias na cadeia? Por que não podemos? O ordenamento jurídico os protege, não é verdade? O art. 5º (XLVII, a) da Constituição afirma que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada. É disso que se trata então. Uma guerra declarada contra os negros permite a aplicação da pena de morte. Assusta a intensidade da adesão à essa guerra desumana. Quase não há testemunhos ou dissensões. Prevalece o Consenso macabro, produzido pelo racismo, que nega a humanidade dos afro-brasileiros. (Cardoso, 2005 p. 2)

Portanto, podemos afirmar que a guerra às drogas se configura como um artifício tanto para a militarização das comunidades vulnerabilizadas, como para a criminalização e punitivismo da juventude negra. Mais do que isso, como aponta Mbembe (2018a) e Borges

²⁴ Revista Carta Capital. “A guerra às drogas é um mecanismo de manutenção da hierarquia racial”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-as-drogas-e-um-mecanismo-de-manutencao-da-hierarquia-racial/>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.

(2016), se trata de uma política de morte, sistematicamente planejada para excluir e exterminar grupos que não têm lugar na forma como está estruturado o funcionamento social.

Na produção subjetiva dos/as jovens sobre as práticas policiais, a violência praticada pelos agentes é uma das peças que compõe a engrenagem do sistema de violações de direitos, quer seja por omissão ou por cumplicidade de outros órgãos ou instituições (Corregedoria da Polícia Militar, Ouvidoria do Estado e Ministério Público Estadual), que permanecem ocorrendo cotidianamente, reverberando, inclusive, nos altos índices de letalidade das intervenções policiais. Como sinalizado no relatório produzido pela Anistia Internacional (2015):

A lógica da execução não está somente entranhada nas instituições policiais. O policial acha que está fazendo um bem para a sociedade e a sociedade apoia isso. Isso se reflete nas instituições do sistema de justiça criminal - Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário –, pois nos casos em que a vítima tem ligação, real ou percebida, com o tráfico de drogas, a investigação tende a referendar o depoimento dos policiais de que a morte ocorreu em uma situação de confronto ou em resposta a uma “injusta agressão”. A investigação, na maioria dos casos, não busca saber se o policial usou a força de forma proporcional ou se aquela morte foi, na verdade, uma execução.

Assim sendo, o valor da vida é juridicamente relativizado. As comunidades periféricas se revelam como o campo de concentração, semelhante a *plantation*, como defende Mbembe (2018a). Onde a **vida nua** da população negra, e da juventude negra em particular, se manifesta da sua forma mais humilhante, seja pela via da morte simbólica ou física. Aqui, a pactuação de diversos seguimentos sociais retroalimenta o estado de exceção permanente, potencializando a **precariedade da vida** da população negra, tornando indiscernível a regra, da exceção, como nos adverte Agamben (2002).

Nessa direção, a guerra às drogas exerce o papel de dividir as relações sociais entre as pessoas pelas quais lamentamos qualquer infortúnio sobre suas vidas e outras pelas quais somos condicionados a não enxergá-las como vida, muito menos estabelecer qualquer sensibilidade ou empatia com a falta de condições para reduzir a sua precariedade. São **vidas não-passíveis de luto**, como sintetiza Judith Butler (2018), como as vidas dos milhares de jovens negros encarcerados ou assassinados anualmente.

Segundo Butler (2018), é por meio dos enquadramentos que a nossa experiência visual e ontológica é socialmente organizada. A forma como discernimos e nomeamos os distintos sujeitos sociais está intimamente relacionada com o conjunto de normas repetidas

cotidianamente. Assim sendo, quando jovens negros/as passam a ser enquadrados/as como criminosos/as por usarem drogas ou por se envolverem na economia do tráfico, passam socialmente a ser encarados como inimigos do Estado, sem que se leve em conta as condições sociais ou econômicas que estão subjacentes.

Nessa direção, a palavra “**armador**”, que no sentido estabelecido pelas/os jovens se relaciona com a prática criminosa executada por policiais, a fim de constituir provas para justificar a legitimação de uma prisão em flagrante, é abordada por Butler (2018, p. 27) como “um dos sentidos de “ser enquadrado” significa ser objeto de uma armação, de uma tática mediante a qual a prova é manipulada de maneira a fazer uma acusação falsa parecer verdadeira”.

Assim sendo, a atuação das polícias nos territórios se impõe tanto como um representante do Estado como a própria lei: acusando, julgando por antecipação, mesmo sem provas válidas, não estabelecendo qualquer espaço pra contestação. Como denuncia Borges (2019), um jovem negro que cresce aprendendo que a polícia é um agente repressor que mata, ainda que tenha ciência sobre seus direitos, dificilmente terá coragem de utilizá-los a seu favor durante uma intervenção policial, como relatado pelos jovens durante a realização da Roda de Conversa.

Como adverte Malkia Cyril²⁵:

Homens negros, e pessoas negras em geral, são representados excessivamente nos noticiários como criminosos. Significa que são mostrados como criminosos de modo exagerado. Mas o que o número real de criminosos [...] Então, você educou um povo, deliberadamente, por anos, por décadas, para crer que homens negros, em especial, e pessoas negras, em geral, são criminosos. Quero ser clara. Não estou falando só de pessoas brancas. Pessoas negras também acreditam e morrem de medo de si mesmas.

Salientamos que mesmo as participantes que se autodeclararam como mulheres brancas durante a realização das atividades grupais, relataram ser vítimas da violência policial dirigida à comunidade onde residem. Assim, é válido pontuar que não deixamos de considerar que essas violências compõem os processos de naturalização da pobreza e criminalização de pessoas pobres, atingindo, conseqüentemente, parte das pessoas brancas envolvidas nessa dinâmica social. A noção de devir negro apresentada por Mbembe (2018b) contribui para uma análise mais específica sobre essa questão. Todavia, por todas as estatísticas provenientes dos indicadores sociais que apresentamos nos capítulos teóricos, é basilar a compreensão de que

²⁵Malkia Cyril. Diretora-Executiva do Center for Media Justice, em depoimento no documentário A 13ª Emenda de Ava Duvernay. Trecho extraído do livro Encarceramento em Massa de Juliana Borges (2019).

quando essas violências atingem o seguimento branco da população, se trata de uma exceção, e não da regra. Ademais, é importante reconhecer que mesmo nesses contextos de violência, a branquitude confere privilégios e vantagens que influenciam na forma como seu sofrimento promove comoção social e suas vidas reconhecidas como dignas de serem vividas.

O que defendemos aqui é, sobretudo, que a produção subjetiva de jovens negras/os sobre as práticas policiais vai muito além de narrativas individuais produzidas por determinados sujeitos sociais que sofrem cotidianamente com os abusos praticados por agentes policiais. Outrossim, não buscamos delegar a esses últimos a total responsabilidade de suas ações durante a prestação do serviço de segurança pública, que também são, em sua maioria, homens negros. A relação simbólico-emocional entre polícia e juventude negra, permeada por desconfiança, insegurança e medo, é resultante de processos históricos que permanecem reverberando na conjuntura atual e constituem subjetividades racializadas.

O tratamento violento, cruel e desumano, corriqueiramente aplicado à juventude negra por agentes policiais, é apenas uma das facetas de um longo processo de genocídio da população negra, iniciado com os processos de escravização e colonização, reatualizados cotidianamente por meio da **colonialidade** sustentada pelo permanente estado de exceção, que abrange a dificuldade de acesso a educação, aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho, a moradia, assistência social, aos serviços jurídicos: à garantia de direitos básicos para a manutenção da vida.

Como vimos discutindo até aqui, as condições de vulnerabilidade que forjam a **vidanua** da população negra, assim como as políticas ilusórias do Estado, que, supostamente, visam reduzir a sua **precariedade**, fazem parte do **racismo estrutural** e do sistema neoliberal. Os quais foram engendrados por meio de **enquadramentos** ideológicos produzidos por diversos seguimentos sociais (como a mídia televisiva, a produção científica, o sistema de ensino) seja pra justificar a inumanidade do negro e, portanto, sua compatibilidade como mão-de-obra no *plantation*, seja para a construção da sua imagem como um ser potencialmente perigoso e propenso a cometer crimes, seja para desconsiderar a sua vida como digna de ser vivida.

Assim sendo, embora, de forma objetiva, a falácia da existência de relações raciais socialmente democráticas no Brasil ainda seja proclamada e defendida publicamente em diversos seguimentos sociais, a exemplo da conjuntura política do atual Governo Federal, insistimos em afirmar que na configuração subjetividade social sobre a população negra no

contexto brasileiro, de uma forma geral, permanece uma forte carga negativa sobre o corpo negro, desconsiderando as situações mais perversas e degradantes que esse seguimento social vivencia cotidianamente e, em particular, a falta de sensibilidade e comoção social com os números absurdos de jovens negros encarcerados e/ou assassinados em massa.

Assim sendo, as informações produzidas por meio das Oficina e Roda de Conversa, dentro da perspectiva construtivo-interpretativa que conduz esse estudo, nos levaram a compreensão de que o jovem negro que consegue sobreviver às expectativas de morte comumente aceita e esperada por alguns seguimentos sociais, tem de lidar com os estigmas que o enquadram, antes de qualquer outra possibilidade, como um marginal em potencial, forçando-o a criar estratégias de sobrevivência, como não sair sem identificação, não utilizar determinado tipo de roupa, corte de cabelo ou tatuagem, não voltar tarde pra casa, dentre outras.

É dentro desse contexto de exceção, justificado por uma suposta guerra às drogas, que a subjetividade dos jovens negros é produzida. A sua exposição constante às iniquidades sociais devido às suas características étnicas e fenotípicas lhe conferem uma experiência existencial marcada por tensões que envolvem o pertencimento a um grupo social racializado em contraposição a outro que se percebe apenas como humano (branco), assim como pela complexa operação subjetiva do encontro com pessoas negras (policiais), que comumente reproduzem o racismo durante suas práticas, gerando sensações incessantes de desconfiança, insegurança e medo. Como já sinalizado por Faro e Pereira (2011), parece haver uma distribuição social desigual das experiências estressoras conforme a raça e exposição às situações de racismo, considerando que grupos minoritários inseridos em uma sociedade maquiada pela igualdade retórica são constantemente alvos de micro e macro-agressões que incidem no bem-estar psicológico e na saúde dos indivíduos.

5.2 Práticas policiais e estratégias de sobrevivência: relatos de experiências da juventude negra nos encontros com a polícia

*Eles querem um preto com arma pra cima
Num clipe na favela gritando "cocaína"
Querem que nossa pele seja a pele do crime
Que Pantera Negra só seja um filme
Eu sou a porra do Mississippi em chama
Eles têm medo pra caralho de um próximo Obama*

(...) *tô a procura de Wakanda, ah!*

(*Bluesman [trecho], Baco Exu do Blues*)

Neste capítulo apresentamos as informações construídas por meio dos estudos de casos. Nessa direção, investimos em aprofundar como se configura a relação dos jovens com a polícia militar em situações cotidianas concretas, nos diversos espaços do território. Ademais, buscamos analisar como eles lidam com as práticas policiais em tais circunstâncias, tendo em vista explorar as **estratégias de sobrevivência** mencionadas por eles durante o desenvolvimento das atividades grupais.

Realizamos dois estudos de casos, com a finalidade de abrir novas zonas de sentido no tocante ao problema estudado, considerando que algumas das informações que emergiram durante as atividades grupais poderiam ser mais bem analisadas a partir do trabalho singular com alguns participantes. A escolha dos “sujeitos individuais” é essencial para o aprofundamento das informações, uma vez que eles representam o que comumente se chama **informantes-chave**, ou seja, “aqueles sujeitos capazes de prover informações relevantes que, em determinadas ocasiões, são altamente singulares em relação ao problema estudado.” (González Rey, 2005a, p.111).

Nessa perspectiva, entramos em contato com os jovens que, a nosso ver, tiveram uma participação mais significativa nas Oficina e Roda de Conversa, com disposição para construir uma autonarrativa em “dinâmicas conversacionais” particularizadas, que proporcionassem ainda mais consistência reflexiva em relação aos objetivos que buscamos alcançar na presente pesquisa. Assim sendo, estruturamos esse capítulo em três tópicos, a saber: **O caso de Abdias; O caso de Garvey; Considerações sobre as informações produzidas nos estudos de casos.**

5.2.1 O caso de Abdias: “preto são tudo igual”

Abdias tem 22 anos, se autodeclarou como preto, está cursando o 3º ano do ensino médio, trabalha como atendente em uma lanchonete e reside, juntamente com a sua companheira, no mesmo território onde foi realizada a pesquisa. Está participando do ciclo atual (2018) do Programa Corra Pro Abraço.

O nosso primeiro contato foi durante a realização da oficina. Na ocasião mostrou-se bastante sensibilizado e participativo com as temáticas em discussão. Ao final da atividade ele nos procurou para expor suas impressões, assim como para compartilhar metas e sonhos que

pretendia alcançar e realizar. Consideramos a sua espontaneidade e disponibilidade como características que poderiam favorecer o desenvolvimento das conversações e o convidamos para participar das conversações individuais.

O nosso segundo encontro foi no dia 26 de junho de 2018. Iniciamos a conversação tratando das questões formais que envolvem o processo de pesquisa (termo de consentimento, local onde aconteceriam as conversações, perfil dos participantes etc.). Já nesse momento Abdias fez um breve relato sobre a sua trajetória de vida, sugerindo que algumas situações dificultaram a realização de projetos pessoais, embora atualmente tenha se deparado com novas demandas e possibilidades de escolha.

(...) só sei que eu esqueci de tudo, entendeu velho? Tinha projetos e sonhos, aí foi tudo jogado pro ar. Pro ar porque o mundo... o mundo é o jeito... é a sociedade que nos ensina dessa forma. (Abdias, 26/06/18)

Tanto nesse trecho, como em vários outros momentos da conversação, Abdias deixa explícito as suas **expectativas em torno de mudanças frente às condições de vulnerabilidade que tem vivenciado**. Nesse sentido, compreendemos que esses trechos podem se configurar como **indicadores de sentidos subjetivos relacionados à sua condição de ser jovem**. Ainda que o foco do estudo tenha sido explorar, mais especificamente, a relação da juventude negra com as práticas policiais, a característica aberta e fluida das dinâmicas conversacionais possibilita a construção de um diálogo não-linear, permeado por imprevisibilidade e variações de temas que ganham centralidade no momento empírico em que se configuram as produções subjetivas (Gonzalez Rey, 2005a).

Acreditamos que ao tratarmos do perfil dos participantes do estudo no início da conversação, configuramos o cenário para que Abdias apresentasse conteúdos simbólico-emocionais relacionados à sua experiência de ser jovem, levando em consideração a sua **condição de vulnerabilidade e as suas expectativas de mudança de vida**. Nessa direção, ele também revela as suas próprias hipóteses sobre os obstáculos que dificultam o seu processo de mudança, bem como o de outros jovens em condição semelhante:

(...) eu tava assistindo um vídeo que o governo, lá dentro do governo, tava falando lá, questão sobre isso, a diferença, entendeu? Porque o jovem rouba, mata e não tem nenhuma penalidade pra ele? Mas aí, ninguém pergunta assim: Por que o jovem tá roubando? Por que o jovem tá matando? Entendeu? Por que a gente num faz uma autoanálise na vida dele? Por que a gente não pergunta a ele porque ele tá fazendo isso? Por que ele tá vivendo dessa forma? Por que ele escolheu isso para ele? Ninguém pergunta né? Hoje em dia ninguém quer saber mais disso não. O governo agora quer

saber de cessar a vida desse jovem. Eles não querem nem mais prender... (Abdias, 26.06.18)

No trecho destacado, Abdias parece indicar que **as condições de vulnerabilidade vivenciadas pela juventude são potencializadas pelo descaso de parte da sociedade com as violências às quais estão expostos os jovens, a negligência dos governantes frente a essas violências e as artimanhas utilizadas por este mesmo governo para lidar com as transgressões dos jovens**, tais como o aprisionamento e assassinatos em massa da juventude negra.

Ao tratar mais especificamente das condições de vulnerabilidade que tem vivenciado, em nosso terceiro encontro, 26 de outubro de 2018, Abdias já havia sido demitido da lanchonete que trabalhava como atendente. Ele relatou bastante emocionado, as condições precárias de trabalho que foi submetido (não efetivação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT), além do crime de racismo praticado pelo empregador do estabelecimento:

Não... ele não assinou minha carteira não. No dia que ele me acusou de ter quebrado o sombreiro, ele até falou isso aí: “Ah, como é que eu vou assinar a carteira de alguém assim? Não presta atenção em nada”. Ele começou a me julgar, sabe? “Como é que eu vou dar confiança uma pessoa dessa? Que não se envolve em tudo”. Meu, eu nunca dei esse motivo. Quando ele me chamou pra lá, foi contrato de boca, mas ele tinha falado comigo, sabe? Assim mesmo: “Olhe, você vai ficar de outro lado, vai pegar de seis horas até uma hora da tarde. Uma hora da tarde você atravessa e vai embora. Meu, chego lá... chegou lá na casa dele quatro e meia da manhã. Saiu com os cachorros, arrumo o reboque para levar as coisas, chego lá desarmo, a gente arruma a barraca, eu vou no mercado para ele, eu vou pagar as contas dele, as contas na lotérica, eu vou comprar a carne para fazer o pirão do dia, entendeu? (Abdias, 26.10.18)

Eu me senti oprimido. Como se ele tivesse me colocado sobre a parede e me chamado de inútil, sabe? Como se eu fosse inútil, como se eu não prestasse para nada. Ele chegou a dizer que eu tinha que bater massa mesmo para peão, entregar massa, levantar... carregador bloco, carregar areia para os outros, sabe? Ele disse que eu prestava para isso. Eu fiquei me sentindo malzão. (Abdias, 26.10.18).

O que justificaria as concepções de inutilidade e incompetência do empregador sobre Abdias? Uma questão pessoal do jovem não cumprir suas obrigações? O fato de ser jovem apenas? O fato do patrão usar do poder para oprimi-lo, já que não cumpriu com as leis trabalhistas e não estando contente com o desempenho de Abdias pode dispensá-lo, utilizando da estratégia da desqualificação e de opressão? Poderíamos supor que essas concepções estão fundadas no racismo estrutural que, dentre outras questões, funciona para configurar a subjetividade dos jovens negros como inúteis ou sub-humanos? Acompanhando as narrativas de Abdias durante as conversações vamos desenvolvendo com profundidade a relação entre

sua condição fenotípica e as violências que relata sofrer em vários âmbitos, que não se restringe as práticas policiais, mas que nelas pousam intensamente.

O sofrimento do jovem é potencializado quando analisamos a sua relação com as instituições de segurança pública, onde se configura o **racismo institucional** das práticas policiais. Assim como na Oficina, ele destacou que as suas experiências com a polícia militar são marcadas por **episódios de violência**, tais como abusos de autoridade, condutas de arbitrariedades, ameaças, barbáries (etc.); gerando **desconfiança, insegurança e medo**. Vejamos os trechos a seguir:

(...) eu apoio o trabalho deles sim, man. Mas só que a gente às vezes se sente inseguro porque... em certos momentos eles agem de outras forma. Eles não age como o trabalho dele deve agir, às vezes eles ultrapassa, entendeu? Acaba ameaçando a gente... acaba colocando medo... (Abdias, 26/06/18)

(...) o bairro que a gente mora tá inseguro... só que a gente pede segurança, mas a segurança que vem é a segurança que traz a mesma coisa que o bairro traz: o medo! (Abdias, 26/06/18)

Nos trechos apresentados identificamos a expressão de dois núcleos de sentido subjetivo ligados à configuração subjetiva de Abdias à Polícia Militar e às praticas policiais: **Polícia Militar como uma instituição violenta que pratica atos ilícitos e as abordagens policiais e busca pessoal como procedimentos realizados de maneira desrespeitosa e violenta**, os quais também foram identificados nas atividades realizadas em grupo, o que reafirma o quanto esses núcleos são fortes e retroalimentam a produção da subjetividade individual e social sobre a polícia militar e os procedimentos que realiza no território onde foi realizado o estudo.

Abdias expressa os sentimentos de medo e insegurança em vários momentos da conversação, quase sempre juntos, anunciando a forte carga emocional relacionada às praticas policiais. Perguntei como acontecem as abordagens e o que ele consegue descrever em relação às suas sensações. Ele fez a seguinte síntese explicativa:

(...) eles já chega já “bora aí” começa a xingar o nome da lá ela “rebanho de lá ela, mão na cabeça” e já vai já pedindo a droga, entendeu? “Cadê a droga? Escondeu aonde? Cadê? Largou aonde? Se não der vai apanhar até umas horas?” Aí começa a ameaçar a gente... e aí a gente acaba se sentindo inseguro... acaba se sentindo pressionado entendeu? E na nossa pressão a gente sente medo... e através do medo eles vai ainda piorando a situação naquele momento entendeu? Porque a questão do pressionamento... quando pressiona nós... quando a gente se sente pressionado por outras pessoa, a gente acaba, entendeu? Ficando nervoso... (Abdias, 26/06/18)

Relevante destacar que nos resultados da pesquisa realizada por Rodrigues (2015), como destacamos na revisão de literatura, os jovens apresentaram um discurso semelhante em relação à violência policial e as suas sensações durante as abordagens. No entanto, mesmo sendo quase todos os participantes do seu estudo jovens negros, sua análise se restringe a uma questão de classe, negligenciando a questão racial como relevante para esse tipo de análise, fator basilar para o desenvolvimento deste estudo. Assim, no início do discurso de Abdias sobre as suas experiências com a abordagem policial, ele relatou que constantemente passa por abordagens, mas que não compreende as motivações. Abrimos outro campo do diálogo ao perguntarmos a Abdias se ele tinha alguma ideia sobre o porquê das abordagens, momento no qual ele expôs a seguinte reflexão:

(...) eu fico viajando assim...o que é que é diferente em mim pra outra pessoa? Sei lá... nunca mostrei sentimento negativo para essas pessoas [policiais] e eles trata a gente dessa forma, né? Então... abordagem policial é normal, é coisa de dia a dia. Só que poxa, meu, ele tá vendo a pessoa passando... não já abordou? Já fez seu trabalho, tudo bem né? A pessoa retorna de novo e faz o mesmo ato de novo? A gente se sente inseguro (...) já teve gente que sonhou comigo tomando tiro... que era pra mim tomar cuidado, não andar tarde da noite na rua por causa dessas coisas aí mesmo... por causa de abordagem policial... e toda vez que eu sofro uma abordagem policial os policial me falava que se me pegasse sozinho que ia dar merda... aí eu ficava com medo. (Abdias, 26/06/18).

Apesar de Abdias sinalizar que as situações de abordagem que vivencia tenham um caráter diferenciado, neste momento ele ainda não relaciona a sua condição fenotípica como um fator de suspeição e motivação para a realização das abordagens. Porém, no decorrer da conversação, o participante vai apresentando informações que se associam a essa ideia:

(...) a resposta que eu encontrei é que preto são tudo igual, véi. É o que eu encontrei é isso... que às vezes ele olha pela aparência... o corte de cabelo... eu já tive cabelo maior do que esse aqui, ó vei... eles queria cortar, entendeu? (...) queriam passar a tesoura... disse que se me pegasse sozinho que ia cortar com a tesoura (Abdias, 26/06/18).

Identificamos nesse trecho que a fala de Abdias sobre o processo de filtragem racial durante as abordagens policiais pode ser um indicador de sentido subjetivo relacionado à **desvalorização e impotência frente ao racismo das práticas policiais**. Essa hipótese foi reforçada pela presença de outros indicadores, que sinalizam a percepção de Abdias sobre a forma como a sua **condição fenotípica é um disparador para tratamento diferenciado pela polícia no território que reside ou em outros espaços por onde circulam os jovens negros**.

(...) a gente é muito desvalorizado, entendeu? Desde o início onde tudo começou que a gente é assim, tratado dessa forma diferente... pela nossa cor (Abdias, 26/06/18).

(...) eu trabalho em frente à Loja Americana... eu entrei na Loja Americana pra ir no banheiro. Entrou um jovem também, entendeu? Um jovem negro... aí saiu uma senhora. A senhora foi chamar o segurança pra dizer que tinha um jovem negro lá dentro que era pra tomar cuidado... ‘toma cuidado aí que entrou um rapaz negro agora aí...’ aí eu escutei aquilo, entendeu? aí eu parei e pensei assim “Poxa, meu! só porque o rapaz é negro tem que... ficar seguindo ele?” (Abdias, 26/06/18).

Perguntamos a Abdias como ele percebe a experiência de ser homem jovem negro em comparação a experiência de outros jovens. Ele destacou a constante sensação de vigilância para vivenciar o que normativamente é esperado pra essa etapa da vida, como diversão, alegria e liberdade de ir vir; em paralelo a necessidade de prevenção e atenção a possíveis episódios de violência que colocam em risco a sua vida, sejam eles protagonizados pela polícia ou por facções que controlam o tráfico de drogas no território. Assim sendo, ele marca que jovens que residem em bairros não-periféricos, que podemos supor “não-negros”, não passam corriqueiramente por essa experiência. Ademais, sugere que o serviço de segurança pública parece estar à disposição desses jovens e não contra eles, como costumeiramente acontece com ele e outros jovens do mesmo contexto.

(...) é porque eles não se preocupa em algum momento acontecer uma troca de tiro, entendeu? Uma invasão de polícia ou de ladrão, que é isso que acontece na periferia. Na periferia a gente espera alguma outra facção diferente invadir a área e começar a troca de tiro. Começar a violência, entendeu? Ou então uma invasão policial. Muitas das vezes vai ter uma operação aí a gente já se preocupa mais, porque a gente não tem nossa área mais pra se divertir, a nossa área de lazer. Fica aquele momento de cemitério porque é tudo vazio... (Abdias, 26.06.18).

(...) na outra sociedade [bairros não-periféricos] é diferente, porque lá eles tem a questão da segurança. Eles sabem que né toda hora, né? Não é toda hora que vão polícia lá invadir ou que vai um ladrão lá, porque lá tem segurança. Eu falo assim a respeito de que se acontecer uma operação lá, é operação Federal, meu. Só vai só pra uma causa, mas quando vem pra nossa periferia, aqui não... (Abdias, 26.06.18)

Perguntado sobre como ele lida com os encontros com a polícia militar, Abdias aponta para a necessidade de utilizar diariamente artifícios com o intuito de evitar ou contornar a relação com a polícia, tais como horário de retorno pra casa, abstenção do direito de ir/vir, o tipo de roupa que utiliza, corte de cabelo (etc.), reforçando a hipótese que construímos com o conjunto de informações produzidas nas atividades de grupo, sobre as **estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos jovens nas relações que estabelecem com as policias.**

(...) idade, cor de pele, era a mesma coisa, tudo da mesma racionalidade [outros jovens]. A gente brincava, resenhava ia pra festa, ia pra praça aqui do [localidade no território em que reside], ficava aqui na praça e depois ia pra casa. Aí no caminho pra casa a gente parava em algum lugar pra ficar resenhando. Aí nesse lugar que ficava resenhando eu falava ‘É, vei, chegou minha hora, porque daqui a pouco os dono da rua chega’ [se referindo a presença da polícia militar]. (Abdias, 26.06.18)

(...) tinha dia que eu saía com a rapaziada assim com a galerinha com a turma. Eu falava assim mesmo: “rapaz eu vou pra casa porque se não daqui a pouco eu vou ser enquadrado”. Quando eu ia pra casa, que a galera ficava, a galera no outro dia me contava: “rapaz, vei, assim que você saiu daqui, os polícia chegou aqui vei. Parou nós tudo revistou. Fez isso e aquilo”. Eu falava: “tá vendo aí” [risos]. (Abdias, 26.06.18)

Nessa direção, identificamos que a construção dessas estratégias não é exclusivamente produzida a partir da relação dos jovens com as instituições policiais. Elas são transmitidas geracionalmente pelas famílias e comunidades majoritariamente constituídas por pessoas negras, com a finalidade de prevenir, orientar e proteger seus membros frente às situações de violência presentes nas práticas policiais.

(...) minha família manda eu andar com os documentos até hoje. Até hoje elas fala: “rapaz, não esqueça o documento não, onde tiver ligue, fala onde é que tá, porque se acontecer alguma coisa a gente sabe onde é que tá, o horário...”. Aí minha família age assim, age de forma que se algum mal acontecer comigo eles já sabe como reagir. É a preocupação né? (Abdias, 26.06.18)

(...) a galera que entrou na frente, a comunidade entrou tudo lá no meio assim e separou [conflito com policiais em uma festa]. Aí a gente foi para um canto e a galera ficou empurrando a polícia e a gente foi lá e se saiu pro outro lado. Aí a gente ficou um tempinho na festa e eu falei: “meu irmão, eu já vou embora”. (Abdias, 26.06.18)

Desse modo, é possível destacar na fala de Abdias que: **se por um lado a violência policial provoca insegurança, desconfiança e medo no cotidiano do território onde reside, por outro se configura como um disparador para o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.** Essa hipótese foi ganhando força no decorrer das conversações com o jovem, quando ele apresentou, paulatinamente, conteúdos simbólicos emocionais em torno do **valor do vínculo familiar e comunitário para a proteção social** e subsistência dos seus membros, assim como as repercussões emocionais diante dos casos de letalidade vivenciados pela comunidade.

Nós mesmo vivendo em bairro periférico, matando, um se destruindo ao outro, é nós ainda dentro de nós, lá no fundo existe algo que se chama amor. Amor entre um ao outro. Porque quando morre um de nós, oxe! É dor vei. É muita dor. A gente lembra de nosso filho. A gente lembra de nossa família, a gente lembra de nós mesmo. Porque nós podia tá ali agora. (Abdias, 26.06.18)

Com a finalidade de aprofundarmos os sentidos subjetivos relacionados ao valor do vínculo familiar e comunitário, bem como as estratégias coletivas de sobrevivência, conjecturamos juntamente com Abdias a possibilidade dele futuramente ser pai de um jovem. Assim, perguntamos como ele conversaria com o seu filho sobre a relação com a polícia. Ele nos apresentou a seguinte narrativa:

(...) eu conversaria, rapaz, que era pra ele tomar muito cuidado com o modo de falar com os policial, que eles olha isso também né? A gente não pode falar de qualquer jeito, que se falar de qualquer jeito é ameaçado. O modo de falar, o modo de se comportar na hora que sofrer um abordagem... porque qualquer movimento brusco era questão de sofrimento. (...) é isso que eu vou ensinar pro meu filho, né? “Meu filho, toma muito cuidado quando sofrer um abordagem. Quando passar em frente a uma viatura, num olha, abaixa a cabeça”. Porque até se olhar é barril... (...) falar com meu filho: “quando você vê um polícia abaixa a cabeça, não olhe, entendeu? Não mude o andar, não mude a posição, não olhe pra trás, nem pra frente, nem pro lado, nem pro outro. Continue no mesmo foco, porque qualquer movimento brusco é questão de uma abordagem policial.” Aí nessa abordagem a gente já sabe as consequências né? (Abdias, 26.06.18).

A importância dos laços afetivos estabelecidos entre a família e comunidade emergiu com maior pregnância na última conversa estabelecida com Abdias. Na ocasião, dentre as várias informações produzidas sobre a sua relação com a polícia, o jovem também relatou que o rompimento da relação com a sua companheira e o processo violento pelo qual foi demitido da lanchonete, estavam lhe gerando um conjunto de sintomas depressivos, ampliando as suas condições de vulnerabilidade.

(...) eu tô vivendo um momento muito difícil sabe eu perdi a abençoada [companheira], agora perdi o emprego e eu me sinto muito só quando estou dentro de casa. Quando eu paro dentro de casa e vejo as quatro paredes assim eu falo: “Caraca! Só tem eu e você.” Sabe? Não consigo ligar a televisão, não consigo fazer nada dentro de casa. (Abdias, 26.10.18)

No bairro mesmo onde eu moro, tenho algumas pessoas até que me acolhe. Teve uma moça mesmo que essa semana ela me deu uma televisão. Tem uns pessoal aí que vão me dar um fogão e uma gela... e um bujão de gás, né? Porque quando eu terminei a relação com a minha esposa ela levou o fogão e a TV pra ela. Aí eu fiquei sem fogão e sem TV. Só que fora isso tá tudo normal é tudo de boa. (Abdias, 26.10.18)

Chamou-nos atenção o fato de Abdias ter comentado durante a conversa sobre a sua aproximação com uma religião protestante como um recurso para mitigar as condições de vulnerabilidade que estava vivenciando, principalmente no que se refere ao aliciamento do tráfico em seu território. Aqui fica explícito que, embora o jovem estivesse participando de

um programa que visa a garantia de direitos de pessoas que residem em contextos de vulnerabilidade e/ou afetados por problemas relacionados a criminalização das drogas, permanece sentindo-se inseguro e desprotegido pela inexistência de articulação entre as políticas públicas.

Contrapartida, Abdias aposta em um futuro diferente, reconhecendo as suas potencialidades e a **necessidade de elaborar projetos em sua trajetória de vida** que visam tanto aquisições materiais, como desenvolvimento social e intelectual, o que parece cumprir, em parte, os objetivos do programa Corra pro Abraço.

Rapaz o meu projeto é... antes de terminar é... antes de eu perder o emprego foi terminar de construir, reformar minha casa. Mas agora que eu tô sem emprego eu tô esperando oportunidade de arrumar um emprego e terminar de reformar minha casa, depois que eu reformar minha casa, como eu estou estudando ainda, tô esperando o ano acabar, assim que o ano acabar eu vou entrar numa faculdade. É isso que eu quero agora. Sei lá, agora que eu tô morando só, eu tenho que ver a vida de outro ângulo, sabe? De outra maneira, de outra forma. Eu preciso construir alguma coisa na minha vida e o que eu achei foi isso. Foi terminar os estudos, entrar na faculdade. (Abdias, 26.10.18)

Eu quero ser psicólogo! Eu determinei isso na minha vida. Conversei com [psicóloga do programa], ela é psicóloga e eu gostei da conversa com ela. Comecei a lembrar da nossa conversa também e aí eu falei: “ Pô, essa é a ideia...”. Eu me dou bem com as pessoas, sabe? É... eu gosto muito de conversar com as pessoas, quando as pessoas estão aflitas, que eu percebo eu vou lá tentar dialogar com ela, sabe? Eu gostei muito e eu também gostei muito da nossa conversa. Você não entra na mente da pessoa, sabe? Você procura entender o que a pessoa quer da vida. Você dá oportunidade dela falar, vei. De ela se abrir no momento certo, na hora certa. E eu vi isso no psicólogo, ele dá ideia de a pessoa crescer. Tem um momento certo de falar, tem o momento certo de agir. Eu gostei dessa ideia e é isso que eu quero para minha vida. (Abdias, 26.10.18)

Fica explícito que mesmo sendo a necessidade de aquisições materiais e o fortalecimento de vínculos demandas urgentes na vida de Abdias, **a referência de outros semelhantes, como a psicóloga do serviço e o pesquisador deste estudo – homem preto e psicólogo, abre um novo campo de possibilidades simbólicas que lhe permitem ressignificar a sua condição atual e construir novos projetos de vida que possam lhe conferir a superação das condições de vulnerabilidade** que está imerso.

Os indicadores apresentados, assim como as hipóteses que construímos, nos possibilitou a organização das informações em seis principais núcleos de sentidos subjetivos relacionados à configuração subjetiva de Abdias sobre a Polícia Militar e as práticas policiais, a saber: **Condições de vulnerabilidade dos jovens residentes em periferia; Polícia Militar**

como uma instituição violenta que pratica atos ilícitos; As abordagens policiais e busca pessoal como procedimentos realizados de maneira desrespeitosa e violenta; Desvalorização e impotência frente ao racismo das práticas policiais; Valor do vínculo familiar e comunitário para a proteção social e; Necessidade de elaboração de projetos para a trajetória de vida.

Partes desses núcleos também foram identificados na análise da configuração subjetiva social das/os jovens sobre a Polícia Militar e as práticas policiais por meio dos instrumentos grupais. Da mesma forma, emergiram núcleos de sentido subjetivo expressos por Abdias sobre a condição de ser jovem, incluindo, por um lado, o racismo em suas diferentes manifestações como um marcador das suas possibilidades existenciais e, por outro lado, as relações estabelecidas com a família e comunidade, assim como a articulação e efetivação de projetos para juventude por meio das políticas públicas, como suportes básicos para construção de projetos de vida e superação de vulnerabilidades.

No tópico “Considerações das informações produzidas nos estudos de casos”, aprofundaremos a análise desses núcleos de sentido subjetivo, juntamente com os núcleos que foram identificados no **estudo de caso de Garvey**, o qual nós apresentaremos a seguir.

5.2.2 O caso de Garvey: “nós pretos somos vistos como bandidos”

Garvey tem 29 anos, se autodeclarou como preto, está cursando o 6º ano do ensino fundamental, trabalha como baleiro e tem construído a sua carreira como *rapper*. Tem uma filha e reside sozinho no mesmo território onde foi realizada a pesquisa. Já participou de um dos ciclos do programa Corra Pro Abraço.

O nosso primeiro contato foi durante a realização da Roda de Conversa, circunstância em que ele mostrou-se bastante participativo e questionador sobre os rumos da pesquisa, tanto em relação aos seus objetivos quanto às suas possíveis repercussões no processo de formação dos policiais. A fim de construir um cenário acolhedor e leve para a produção das informações, assim como dirimir eventuais dúvidas sobre a finalidade da pesquisa, expliquei novamente seus objetivos, o seu papel no cenário social, bem como suas possibilidades e limitações, além de reforçar a voluntariedade do jovem em participar, sendo possível a sua desistência em qualquer tempo.

Já nesse primeiro momento, Garvey apresentou comportamentos que nos chamaram atenção. No início assumiu uma postura mais reflexiva e observadora, como se estivesse

desconfiado sobre a nossa intencionalidade. No decorrer da atividade foi sentindo-se seguro para expressar o misto de sentimentos que lhe constituem nesse momento da vida: “triste, emocionado, revoltado e feliz”. Essa combinação de sentimentos faz parte de uma composição musical do jovem, em que ele expressa a sua vivência como homem jovem negro, residente de periferia, exposto às situações de vulnerabilidade (como a violência policial), seus projetos e sonhos.

No início da conversação individual realizada no dia 26 de junho de 2018, perguntei a Garvey sobre suas impressões em relação à Roda de Conversa que realizamos. O jovem avaliou positivamente o desenvolvimento da atividade e logo em seguida direcionou a conversação para expor suas reflexões sobre parte dos jovens que vivencia um contexto de vida semelhante ao seu:

Achei bom... o trabalho é bom, vei. Visto de uma forma positiva... agora eu tava pensando exatamente nisso... tem coisa que me deixa inquieto... é ver jovens, sem mentalidade nenhuma, vei. Exatamente isso aí o que você tá buscando: estratégias de jovens pretos. Na sociedade eles não tem estratégia nenhuma, vei. Do jeito que o mundo impõe as coisas pra eles, eles aceitam numa boa e aí vai levando. E eu olho pra eles, eu não quero me sentir maior, eu não quero me sentir enojado porque eu sou igual a eles. Mas, de certa forma, eu me sinto bem diferente deles, vei. Porque eles acha que tem que viver naquele padrão eternamente e a vida não é isso. A vida é você, ó [gesto com a mão indicando esforço], aprender... a vida nos ensina ao decorrer da nossa caminhada, né? (Garvey, 26/06/18)

Perguntei a Garvey como é o padrão de vida que os jovens têm vivenciado e em que medida se diferencia da maneira como ele próprio tem vivido. O jovem apresentou o seguinte relato:

Numa prática de vida... uma prática de vida e mais nada [se referindo aos jovens]. Cê falar sobre maconha hoje... Maconha! Maconha! Maconha! É uma coisa tão... tão natural, né? Porque doutores fumam, pessoas grandes e pessoas pequenas usa. Mas o que nos leva a achar que o uso dessa substância é tão positiva, benigna na nossa vida? O que nos leva? Eles não fazem essas reflexões... eles acham que porque pessoas grandes usam eles tem que usar... ou porque é uma planta natural... eles tem que consumir... não pensa mais em nada. (Garvey, 26/06/18)

No trecho apresentado, Garvey sinaliza que o **padrão de vida assumido pelos jovens se reduz ao consumo de maconha**, alienados tanto pelo discurso de naturalização do uso da substância, assim como pelo fato de pessoas com reconhecido prestígio social também fazerem uso. No entanto, no decorrer da conversação, o jovem parece indicar que a sua **preocupação está muito mais relacionada aos estigmas que o uso da substância reforça**

do que propriamente pelos danos a saúde em si. Assim sendo, ele revela suas **estratégias** para lidar com as repercussões sociais do uso da substância:

(...) vamos ser vistos de que forma se tivermos fazendo o consumo dessa substância? Não vamos ser bem vistos... de certa forma é um problema. Não tem como não ser um problema... (Garvey, 26/06/18)

(...) eu não uso. Aos seus olhos eu não sou usuário. Quem vai me caber é o momento. Se aquele momento for propício pra mim, se tiver favorável, se tiver num ambiente agradável... Eu não uso nada! Não bebo, não fumo, não faço nada. Isso é uma estratégia de vida! Você impor sobre a sociedade que você não usa nada. (Garvey, 26/06/18)

Tanto nas atividades de grupo como no estudo do caso de Abdias, as estratégias de sobrevivência emergiram como um artifício dos/as jovens para evitar ou contornar os encontros estabelecidos com a polícia, a fim de mitigar os impactos da violência policial durante as abordagens e busca pessoal. No discurso de Garvey, identificamos que essas estratégias são aplicadas em várias situações do cotidiano. No entanto, quando se refere à relação estabelecida com policiais, ele parece assumir uma mudança em seu próprio perfil psicológico:

(...) se eu quero ser um estrategista eu tenho que me manter logo afastado dessas pessoas [outros jovens em condição de ilicitude]. Se eu tava no grupo é porque eu sou um igual a elas... eles não vão me ver diferente... a sociedade não vai me ver diferente. (Garvey, 26/06/18)

(...) os policiais não são bom não são bom... não são bom... não é um trauma... não é algo que eu criei... estratégia eu tracei para poder manter eles longe de mim... (Garvey, 26/06/18)

(...) muitas das vezes o que eu faço é tratá-los de forma educada só... “não senhor! Boa tarde! Bom dia!” só.. educado... ser educado. (Garvey, 26/06/18)

(...) me torno um cara bacana... um palhaço... um cara bonzinho. (Garvey, 26/06/18)

(...) tem que ter visão, a onde eles estão eu não tô... (Garvey, 26/06/18)

Nesse primeiro momento, as estratégias mencionadas por Garvey parecem indicar um comportamento passivo, de fuga, frente ao racismo e violência estrutural que também permeia às práticas policiais e configura, mais especificamente, o racismo institucional. No entanto, em nosso terceiro encontro, no dia 05 de novembro de 2018, Garvey apresentou uma postura de enfrentamento mais agressiva como resposta a violência policial:

Curtiu no mesmo ambiente que a gente [grupo de policiais] e a gente, que se diz maloca, traficante, miserável, não faz nada com esses fila da puta! Porque quando eles chegam eles fazem. Por que os cara não aproveita a oportunidade pra fazer também? (Garvey, 26/06/18)

(...) eles tem o poder na mão. Eles matam a hora que eles quiserem. E nós ainda que for... que sejamos bandidos, nós temos o nosso dever, entre aspas, a facilidade de matar, mas só que nós somos eliminados facilmente e eles não são. Eles tem esse caminho pra percorrer pra que não sofra pela punição, tá ligado? Eles vão ter as suas fardas tomadas, suas armas tomadas, sei lá, e só. E o que ele fez sobre a vida de uma pessoa? E o que ele fez sobre aquela pessoa? Só a arma? Né não... se a gente é vagabundo, se sente no lugar de tirar a vida de uma pessoa, eles vão pagar pela aquilo ali, véi. Eles tem que pagar pela mesma forma que eles vem e cobra, e cobra mesmo. (Garvey, 26/06/18)

Já que nós pretos somos vistos como bandidos, vamos fortalecer também aquele diálogo de que policial bom é policial morto. Porque nem todo policial que se diz defensor da lei é. E eu tenho relatos de pessoas vivas sobre a violência praticada pela autoridade do poder público. “Eu sou policial, posso. E aí? Eu quero que você faça isso. Você vai ser isso e acabou!” E aí? (Garvey, 26/06/18)

As reflexões de Garvey sobre as relações estabelecidas entre os jovens e a polícia expressa um forte sentido subjetivo ligado ao **assassinato de policiais como estratégia de sobrevivência**. Construímos essa hipótese considerando o contexto necropolítico e o racismo estrutural que configuram a produção da ideia de guerra na subjetividade social, conceitos discutidos na análise das atividades grupais. Assim sendo, se por um lado a imagem do jovem negro é produzida no imaginário social como um inimigo da sociedade, por outro, na fala de Garvey, **os agentes policiais são concebidos como algozes dos jovens negros, sendo necessária uma resposta proporcional diante das situações de violência vivenciadas**, uma vez que não são responsabilizados pelas instancias competentes.

Ainda nessa direção, perguntamos ao jovem se o fato do quadro institucional da Polícia Militar da Bahia ser composto majoritariamente por policiais negros/as e de origem socioeconômica semelhante a sua, influencia no tratamento durante as abordagens e busca pessoal. Garvey mostrou-se indignado por não reconhecer nos policiais empatia diante da condição de vulnerabilidade da população negra e pobre, além de propor que esses profissionais deveriam favorecer a caminhada de pessoas pretas em detrimento de brancos, embora, na prática, os policiais ajam de maneira inversa:

(...) o que eu acho é que é um cara que não se respeita [policiais]. Porque eu... rapaz, veí, eu nem sei... é um cara que não se respeita, por que assim: antes de ser policial, ele passou por uma série de coisas. Será que ele pegou aquilo que ele passou pra poder ser contra os próprios pretinhos que... ele poderia correr atrás do preto livre pra ser contra os brancos, ne? Já que eu acredito que no decorrer da caminhada dele, a facilidade era pros brancos, não para os pretos. Ele pega, quando é polícia quer ser contra os pretos. (Garvey, 05/11/18)

(...) lidar com a polícia hoje é complicado vei... lidar com a polícia é complicado... você olha pra um policial... você olha pra uma PFEM, uma policial. Você sabe que eles são pessoas como você. São pais de família são mães de família. Você tenta ter um convívio agradável com eles, mas não tem como, porque se você não for um vizinho dele, ele não vai te conhecer. Ainda que você conheça ele, ainda que ele tenha visto você uma vez na vida, eles não vão te conhecer. Basta você tá errado, você tá no local errado, você tá errado, eles vão pintar e bordar com você. Eu não tenho como confiar em policial nenhum. Ainda bem que eu nem conheço ninguém que seja policial que seja próximo a mim. Ainda bem! Porque seria uma confiança desconfiada...(Garvey, 05/11/18)

Maria Castro, Ricelli Rocha & Roberto Cruz (2019) realizaram uma revisão de literatura brasileira sobre a saúde mental dos policiais, com 47 estudos publicados entre 2001 a 2017, cujos principais achados transcrevemos abaixo, que é útil para sinalizar a ausência de discussões sobre as questões raciais e atuação de policiais e as repercussões na sua vida pessoal e profissional.

A maioria dos estudos relaciona a saúde mental do policial à carga psicológica diária enfrentada nas rotinas de controle e contenção da violência, com repercussões na qualidade dos vínculos profissionais, na percepção de risco, na saúde e na família. Associados a esses aspectos estão os problemas decorrentes das condições de trabalho, que tendem a maximizar dificuldades para o exercício da atividade policial, expressas nos relatos sobre a precariedade das viaturas e dos armamentos, as restrições à capacitação e os baixos salários. (Castro, Rocha & Cruz, 2019, pp. 535, 536)

Não é interesse pensar porque a dimensão racial não foi considerada em nenhum dos estudos para compreender a saúde mental de policiais (muitos deles negros) e o exercício para a garantia da segurança pública que envolve outros corpos negros? Garvey nos convida a reflexão afirmando “antes de ser policial, ele passou por várias coisas” (...) Será que ele pegou aquilo que ele passou pra poder ser contra os próprios pretinhos?”, questiona. Entre essas coisas estaria incluído o próprio racismo sofrido quando jovem negro, sendo alvo da ação de outros policiais racistas ou que reproduziam o racismo sofrido? Como ele poderia confiar na polícia considerando essas situações concretas de racismo que constituem suas subjetividades?

Nesse ponto da conversação outro aspecto tinha que ser retomado, levando em consideração as dimensões éticas do trabalho desenvolvido. Nesta direção, achei relevante enfatizar que, dentre as diversas atividades que exerço na vida, também atuo como policial, embora no contexto da pesquisa o papel exercido por mim fosse o de psicólogo/pesquisador. Perguntei como era pra ele lidar com essa questão e quais as repercussões disso para o desenvolvimento da pesquisa. Garvey narrou dessa maneira:

Você é meu colega, véi! Você é meu colega. Colega de trabalho. Não dá pra confiar totalmente em você já que você é policial, né? (Garvey, 05/11/18)

Embora a afirmação de Garvey tenha sido direta e categórica, enfatizei os objetivos da pesquisa novamente, lembrei o sigilo, o seu direito de interromper a participação no estudo, incluindo a entrevista que estávamos tendo, etc., assim como no que estava pautada a minha atuação naquele contexto. Assumir essa postura foi fundamental para que a conversação pudesse transcorrer com fluidez, abrindo outros campos temáticos relacionados à configuração subjetiva de Garvey sobre as práticas policiais. Assim sendo, o jovem apresentou outras dimensões simbólico-emocionais da sua relação com os policiais, como um núcleo de sentido subjetivo ligado à **influência do corporativismo no comportamento dos profissionais**. Esse núcleo nos levou a hipótese de que, para o jovem, **a cultura organizacional da instituição Polícia Militar influencia na produção de condutas ilícitas, tais como tratamento violento durante as práticas policiais e cometimento de crimes**.

Vamos ser humanos também, né? Vamos entender que no meio de quatro policiais que te aborda, existe um que se quer abre a boca. É aquele que tem sentimento pra além do qual você está sendo visto naquele momento. Mas como ele é o único, ele já não abre a boca. Esse é o meu castelo dentro daquela magnitude. Porque se existe três falando uma só língua, aquele um não pode falar uma língua inversa. Porque ele não vai ser bem visto entre os três e aqueles três que estão ali não vão entender. (Garvey, 05/11/18)

Se um dia eu for polícia, eu deixo de ser bem visto. Eu não posso ser polícia. Eu já estou no meio da política. Mas se um dia eu quiser ser político, eu não posso ser político, senão eu vou deixar de ser bem visto. Queira ou não, entre esse meio da polícia e do político, você vai ter que ser igual a eles. Você não pode ser um diferente no meio deles. Você vai entrar e vai morrer. (Garvey, 05/11/18)

Ademais, Garvey revela que **qualquer relação com policiais se estabelece de maneira tóxica**, a despeito de estar em jogo a realização de procedimentos como abordagem e busca pessoal. Assim sendo, para o jovem, **os policiais geralmente mantem uma postura de distanciamento, desumana, inviabilizando a construção de relações saudáveis**. Quando há proximidade, geralmente é para legitimar maus-tratos e limitar as suas possibilidades de existência, o que o leva, mais uma vez, a construir estratégias para evitar o contato com policiais ou atenuar as violências das suas práticas.

(...) eu me sinto amedrontado em chegar perto dele pra poder trocar qualquer ideia... ainda que um “Bom dia! Tudo bem?... é... eu quero ser que nem você... Como é ser um policial?” Vamos fazer umas interrogações rapidinha com eles, sabe? Você não vai poder dialogar. Se a gente não pode ter essa aproximação, de fazer umas interrogações

rápidas pra saber se é bom ser policial ou não, se a gente não tem essa aproximação pra isso, que dirás numa abordagem? Eu quero eles bem longe de mim, vei...(Garvey, 05/11/18)

Porque você é tratado como se fosse um vagabundo e como se você fosse... é... intitulado a aceitar que você é vagabundo. Que você é uma pessoa que não é confiável, como se fosse visto como animal. Então, eu dô risada. Pra lembrar eu dou risada, porque é o que resta. (Garvey, 05/11/18)

As reflexões do jovem sobre a relação entre violência policial e a produção de sentimentos negativos, expressa parte das suas necessidades emocionais, especialmente no tocante a sensação de **falta de acolhimento em paralelo à sensação de sub-humanidade nos encontros com policiais**. Essas expressões simbólico-emocionais surgiram em outros momentos da conversação direcionadas a outros contextos, particularmente ao funcionamento do seu núcleo familiar durante os períodos da infância e adolescência:

(...) eu sempre achei minha mãe e meu pai desligado... muito desligado, vei. É porque eu me criei só. Não é porque foi uma busca minha não, eu passei a buscar... Agora, vou te dizer uma coisa, eu descobri algo meu... tão... tão forte, difícil de ser descoberto, mas eu descobri algo meu com vinte e três anos de idade. Hoje eu tenho vinte e nove, aí sim eu posso dizer que foi vontade, minha buscar. Mas ao decorrer, quando mais novo, adolescente, nera vontade minha não, vei... eu fui obrigado a me criar só! O meu pai e minha mãe tava dentro de casa, mas era mesmo que não tivesse. No meu ponto de vista... é... meu pai só servia pra bater. Hoje eu sinto muita saudade dele, por ele tá morto. Queria ter um pouco de oportunidade pra trocar ideia com ele. Minha mãe servia pra acudir a gente...(Garvey, 26/06/18).

(...) sem querer ser tão profundo, eu vou dizer que eu fui uma criança que eu me criei sozinho, mesmo estando com os meus pais. Aos doze anos de idade eu já era uma pessoa formada, já não era mais criança. Sabe por quê? Porque eu conheci as ruas... eu fui atrás de meu sustento, no objetivo de sustentar a minha família... (Garvey, 26/06/18).

Garvey destaca a **falta de proteção no núcleo familiar** e exposição a diversas violências, tais como agressão física, trabalho infantil, negligencia, dentre outras. Nessa direção, identificamos que **as condições de vulnerabilidade vivenciadas pelo núcleo familiar do jovem favoreceu a fragilização dos laços, reverberando em diversas violações de direitos, colocando em prejuízo oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social**. Ele destaca a **fragilidade das atuais políticas para o desenvolvimento social da juventude**, colocando-as como ineficazes para assegurar a continuidade na proteção e garantia dos seus direitos fundamentais:

(...) aos quinze anos eu ainda pude entrar ne um projeto social, do governo ou é do município, não sei... que era o projeto PROJOVEM. É... alguns projetos favorecem,

né? a gente está longe de algumas coisas, mas depois disso aí pronto: tempo livre, era um corre na rua e um corre perto de casa... um corre na rua e um corre perto de casa... e aí... foi indo... dezessete anos... de lá pra cá, meu irmão, só não morri porque Deus existe...(Garvey, 05/11/18)

(...) é tanto curso... curso não sei o que e tal... oferecendo bolsa... eu vejo como balela, porque às vezes é... são virtuais... e aí se você não tem um encaminhamento físico pra que você possa chegar até certo ponto, isso se torna meio que lúdico pra você, sabe? Pra mim eu vejo dessa forma. Curso não sei aonde, não sei o que, não sei o que e só! É só implantação! Você fica naquele sonho, mas é sonhos que não podem ser concretizados... (Garvey, 05/11/18)

Assim sendo, o jovem reconhece que **a elaboração de políticas públicas desarticuladas das suas demandas concretas não contribui para a superação das suas vulnerabilidades**, colocando-o continuamente em risco social, além de reduzir as possibilidades de concretização dos seus sonhos. Perguntado sobre como ele tem lidado com tais circunstâncias neste momento da vida, Garvey narrou:

(...) tem que ter tempo pra ser pai, tem que ter tempo pra ver a menina. Tem que ser dono de casa porque eu me destaquei a morar só, mas é complicado porque tem que ter uma renda “raio” pra poder pagar aluguel, pra pagar o seu auxílio... tô me virando pra poder pagar a guria... e aí tem que ter verba pra poder administrar sua prática de musicalidade. (Garvey, 05/11/18).

Sabia que o que mais precisamos hoje, eu particularmente, porque eu tô sem trabalhar, é apenas o meu quadrado? Um quadrado... Pra dizer é meu. O que é um ser humano sem lar? O ser humano sem lar é um ser humano atoa. (Garvey, 05/11/18)

A vontade que eu tenho é de acabar com essa desgraça de mundo... é o pensamento revoltante que eu tenho dentro de mim que grita... grita por olhar assim ó... pessoas preta junto com outras pessoas preta se matando... (Garvey, 05/11/18).

Os trechos apresentados nos permitiram aprofundar na busca pela compreensão da produção subjetiva do jovem em torno do complexo contexto que vivencia. Nessa direção, identificamos que **as condições de vulnerabilidade, além de limitar as possibilidades existenciais de Garvey, acarretam na perda de esperança em mudanças concretas em sua vida e na construção de pensamentos autodestrutivos**. O jovem também parece associar a violência policial à naturalização e criminalização da pobreza:

Porque tem uns que são tão perversas que não ficam satisfeitos. “Não... eu não vou dar viagem de balde não, já estou aqui, velho. Eles são todos moradores de favela. Se eles entrar numa favela dessa e tomar, vei, não tem ninguém satisfeito com o que está acontecendo naquela favela. Eu sou um cidadão que não tenho nada haver com a situação que a favela vive. Eu tenho que pagar pelo que a favela tá vivendo? Por que

eles já estão lá determinados àquilo e: “É VOCE MESMO, FILHO DA PUTA, É VOCE MESMO!” (Garvey, 05/11/18)

No entanto, essas consequências se confundem com as suas expectativas de mudança de vida frente às condições de vulnerabilidade que está imerso, revelando suas **potencialidades para resistir, ressignificar e construir novos projetos** em busca de aquisições materiais e simbólicas que o façam sentir-se dignamente incluído na dinâmica social:

(...) Eu continuo pensando nas coisas que podem me levar além. Escola, políticas públicas, arte, que é o dom que Deus me deu, a música, meu jeito de pensar. Essas coisas podem me levar além. (...) hoje eu tô focado em mostrar pra mim mesmo que eu vou chegar longe. Né possível! Com a mentalidade que eu tenho...deixar morrer aqui... (Garvey, 26/06/18).

(...) eu sou pobre, favelado e sou preto. Então se eu não procurar me identificar com a política, que vivencia toda essa nossa realidade, eu vou ser um a margem. Eu preciso estar no meio deles, me sentindo bem, esperto ao intuito deles lá dentro. Se eu estiver aqui fora eu não vou ter esse autoconhecimento. (Garvey, 26/06/18).

Deste modo, o jovem revela-se numa luta incessante pela sua sobrevivência, seja para reverter o quadro de vulnerabilidade que vivencia pelas diversas negações e violações de direitos fundamentais; seja, mais especificamente, para evitar ou contornar a letalidade e outras violências praticadas por policiais. Ele destaca que esse tratamento peculiar, desumano e letal, **é dirigido a um tipo específico de jovem, sendo esse preto, pobre e residente em comunidade periférica, configurando a subjetividade individual do jovem sobre as práticas policiais.**

Os indicadores produzidos por meio do estudo de caso de Garvey nos possibilitou a identificação de núcleos de sentido subjetivo semelhantes aos que emergiram na realização das atividades de grupo e no estudo de caso de Abdias, compreendendo a Polícia Militar como uma instituição violenta que pratica atos ilícitos, as abordagens policiais e busca pessoal como procedimentos realizados de maneira desrespeitosa e violenta, os sentimentos de desvalorização e impotência frente ao racismo das práticas policiais e o valor protetivo do núcleo familiar e comunitário diante das situações de vulnerabilidade.

Entretanto, as informações produzidas nas conversações com Garvey também nos proporcionaram a organização de novos núcleos de sentido subjetivo, indicando que em sua configuração subjetiva sobre as práticas policiais, a forma como a juventude se relaciona com

o uso de drogas, especialmente a maconha, reforça os estigmas relacionados à juventude negra na subjetividade social e, conseqüentemente, no tratamento ofertado pelos policiais; a maneira tóxica como os policiais tratam a juventude inviabiliza a construção de relações saudáveis; a associação do comportamento violento e cometimento de crimes por parte dos policiais ao corporativismo institucional e o assassinato de policiais como estratégia de sobrevivência e uma resposta proporcional diante das situações de violência vivenciadas.

Além disso, temos ainda de sinalizar um aspecto que diz respeito à necessidade de refletirmos sobre os motivos que levam corpos negros a causarem medo, insegurança e desconfiança ao grupo que muitos deles fazem parte. Nesta direção, cabe destacar ainda uma advertência advinda da revisão de literatura sobre a saúde mental dos policiais:

Os estudos revisados indicam não ser mais possível pensar que os problemas apresentados por policiais possam ser atribuídos somente a questões individuais, cuja resolução estaria nos processos de seleção de pessoal ou treinamento (Castro, Rocha, Cruz, 2019, p. 536).

Nessa perspectiva, os nossos achados vão na direção de que o enfrentamento dos problemas causados pelo encontro entre a juventude negra e policiais (em sua maioria negros) não podem ser resolvidos pelas estratégias de sobrevivência individuais, que os primeiros utilizam no seu cotidiano e nem pela seleção de pessoal ou treinamento de policiais com características individuais mais compatíveis com a função de garantir segurança pública eticamente. Quais seriam essas características? Temos que produzir conhecimento sobre ambos e seus encontros, considerando os racismos individual, institucional e estrutural, além das condições sociais e profissionais marcadamente desiguais, que sustentam a subjetividade social racializada da população brasileira, enfatizando uma dimensão que está sendo negligenciada em muitos estudos sobre o tema.

Na próxima seção apresentaremos a articulação entre o modelo teórico em desenvolvimento com as principais referências que embasam esse estudo.

5.2.3 Considerações das informações produzidas nos estudos de casos

Os principais núcleos de sentidos subjetivos que identificamos mediante as conversações nos estudos de casos, bem como os indicadores presentes nas expressões de cada participante e as hipóteses que formulamos no decorrer do processo construtivo-interpretativo deste estudo, estão sumarizados na **Tabela 5**.

Tabela 5**Núcleos de sentido subjetivo identificados nos estudos de caso**

Sentidos subjetivos	Indicadores	Hipóteses
Polícia Militar como uma instituição violenta que pratica atos ilícitos	(...) o bairro que a gente mora tá inseguro... só que a gente pede segurança, mas a segurança que vem é a segurança que traz a mesma coisa que o bairro traz: o medo! (Abdias, 26.06.18)	Associação entre a instituição e as práticas de violência, gerando medo, desconfiança e insegurança nos sujeitos individuais, famílias e na comunidade.
As abordagens policiais e busca pessoal como procedimentos realizados de maneira desrespeitosa e violenta	(...) eles já chega já “bora aí” começa a xingar o nome da lá ela “rebanho de lá ela, mão na cabeça” e já vai já pedindo a droga, entendeu? “Cadê a droga? Escondeu aonde? Cadê? Largou aonde? Se não der vai apanhar até umas horas?” Aí começa a ameaçar a gente... e aí a gente acaba se sentindo inseguro... acaba se sentindo pressionado entendeu? E na nossa pressão a gente sente medo... e através do medo eles vai ainda piorando a situação naquele momento entendeu? Porque a questão do pressionamento... quando pressiona nós... quando a gente se sente pressionado por outras pessoa, a gente acaba, entendeu? Ficando nervoso... (26/06/18)	As abordagens e busca pessoal parecem se constituir como as vias por meio das quais violências e práticas ilícitas se concretizam, potencializando a sensação de insegurança, impotência e medo.
	O que é visto nos jornais hoje... os policiais agem de forma correta?... o que você acha que uma criança que cresce vendo esses jornais vai pensar dos policiais quando tiver maior? Quando tiver da minha idade? vai pensar que eles são bonzinho? (Garvey, 05/11/18).	

Desvalorização e impotência frente ao racismo das práticas policiais	<p>(...) a gente é muito desvalorizado, entendeu? Desde o início onde tudo começou que a gente é assim, tratado dessa forma diferente... pela nossa cor (Abdias, 26.06.18).</p> <p>(...) antes de ser policial, ele passou por uma série de coisas. Sera que ele pegou aquilo que ele passou pra poder ser contra os próprios pretinhos que... ele poderia correr atrás do preto livre pra ser contra os brancos, ne? Já que eu acredito que no decorrer da caminhada dele, a facilidade era pros brancos, não para os pretos. Ele pega, quando é polícia quer ser contra os pretos. (Garvey, 26.06.18).</p>	A condição fenotípica é um disparador para tratamento diferenciado pela polícia no território que reside ou em outros espaços por onde circulam os jovens negros.
Relação com policiais se estabelece de maneira tóxica	<p>(...) eu me sinto amedrontado em chegar perto dele pra poder trocar qualquer ideia... ainda que um “Bom dia! Tudo bem?... é... eu quero ser que nem você... Como é ser um policial?” Vamos fazer umas interrogações rapidinha com eles, sabe? Você não vai poder dialogar. Se a gente não pode ter essa aproximação, de fazer umas interrogações rápidas pra saber se é bom ser policial ou não, se a gente não tem essa aproximação pra isso, que dirás numa abordagem? Eu quero eles bem longe de mim, vei...(Garvey, 05/11/18)</p>	Os policiais geralmente mantem uma postura de distanciamento, desumana, inviabilizando a construção de relações saudáveis.
Assassinato de policiais como estratégia de sobrevivência	<p>Já que nós pretos somos vistos como bandidos, vamos fortalecer também aquele diálogo de que policial bom é policial morto. Porque nem todo policial que se diz defensor da lei é. E eu tenho relatos de pessoas vivas sobre a violência praticada pela autoridade do poder público. “Eu sou policial, posso. E aí? Eu quero que você faça isso. Você vai ser isso e acabou!” E aí? (Garvey, 05/11/18).</p>	Os agentes policiais são concebidos como algozes dos jovens negros, sendo necessária uma resposta proporcional diante das situações de violência vivenciadas.

Influência do corporativismo no comportamento dos profissionais	Vamos ser humanos também, ne? Vamos entender que no meio de quatro policiais que te aborda, existe um que se quer abre a boca. É aquele que tem sentimento pra além do qual você está sendo visto naquele momento. Mas como ele é o único, ele já não abre a boca. Esse é o meu castelo dentro daquela magnitude. Porque se existe três falando uma só língua, aquele um não pode falar uma língua inversa. Porque ele não vai ser bem visto entre os três e aqueles três que estão ali não vão entender. (Garvey, 05/11/18).	A cultura organizacional da instituição Polícia Militar influencia na produção de condutas ilícitas, tais como tratamento violento durante as práticas policiais e cometimento de crimes.
Valor protetivo do núcleo familiar e comunitário	Nós mesmo vivendo em bairro periférico, matando, um se destruindo ao outro, é nós ainda dentro de nós, lá no fundo existe algo que se chama amor. Amor entre um ao outro. Porque quando morre um de nós, oxe! É dor vei. É muita dor. A gente lembra de nosso filho. A gente lembra de nossa família, a gente lembra de nós mesmo. Porque nós podia tá ali agora (Abdias, 26.06.18) (...) sem querer ser tão profundo, eu vou dizer que eu fui uma criança que eu me criei sozinho, mesmo estando com os meus pais. Aos doze anos de idade eu já era uma pessoa formada, já não era mais criança. Sabe por quê? Porque eu conheci as ruas... eu fui atrás de meu sustento, no objetivo de sustentar a minha família... (Garvey, 26/06/18).	A violência policial também se configura como um disparador para o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário. As condições de vulnerabilidade vivenciadas pelo núcleo familiar do jovem favoreceu a fragilização dos laços, reverberando em diversas violações de direitos, colocando em prejuízo oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social.
Padrão de vida assumido pelos jovens se reduz ao consumo de substâncias psicoativas (maconha, por exemplo)	Numa prática de vida... uma prática de vida e mais nada [se referindo aos jovens]. Cê falar sobre maconha hoje... Maconha! Maconha! Maconha! É uma coisa tão... tão natural, né? Porque doutores fumam, pessoas grandes e pessoas pequenas usa. Mas o que nos leva a achar que o uso dessa substância é tão positiva, benigna na nossa vida? O que nos leva? Eles não fazem essas reflexões... eles acham que porque pessoas grandes usam eles tem que usar... ou porque é uma planta natural... eles tem que consumir... não pensa mais em nada. (26/06/18)	Preocupação está muito mais relacionada aos estigmas que o uso da substancia reforça do que propriamente pelos danos a saúde em si.

As condições de vulnerabilidade geram desesperança e pensamento autodestrutivo.	(...) Porque o jovem rouba, mata e não tem nenhuma penalidade pra ele? Mas aí, ninguém pergunta assim: Por que o jovem tá roubando? Por que o jovem tá matando? Entendeu? Por que a gente num faz uma autoanálise na vida dele? Por que a gente não pergunta a ele porque ele tá fazendo isso? Por que ele tá vivendo dessa forma? Por que ele escolheu isso para ele? Ninguém pergunta né? Hoje em dia ninguém quer saber mais disso não. O governo agora quer saber de cessar a vida desse jovem. Eles não querem nem mais prender... (Abdias, 26.06.18)	As condições de vulnerabilidade vivenciadas pela juventude são potencializadas pelo descaso de parte da sociedade com as violências às quais estão expostos os jovens, a negligência dos governantes frente a essas violências e as artimanhas utilizadas por este mesmo governo para lidar com as transgressões dos jovens.
	A vontade que eu tenho é de acabar com essa desgraça de mundo... é o pensamento revoltante que eu tenho dentro de mim que grita... grita por olhar assim ó... pessoas preta junto com outras pessoas preta se matando... (Garvey, 05/11/18).	A elaboração de políticas públicas desarticuladas das suas demandas concretas não contribui para a superação das suas vulnerabilidades, colocando-o continuamente em risco social, além de reduzir as possibilidades de concretização dos seus sonhos.
Necessidade de elaborar projetos de vida	Eu quero ser psicólogo! Eu determinei isso na minha vida. Conversei com [psicóloga do programa], ela é psicóloga e eu gostei da conversa com ela. Comecei a lembrar da nossa conversa também e aí eu falei: “Pô, essa é a ideia...”. (Abdias, 26.06.18)	A referência de outros semelhantes abre um novo campo de possibilidades simbólicas que lhe permitem ressignificar a sua condição atual e construir novos projetos de vida que possam lhe conferir a superação das condições de vulnerabilidade
	(...) eu tô com o foco de me formar, vei. Eu vou chegar lá velhinho, mas eu vou! Eu nunca tive tanta exigência e ainda continuo com esse pensamento de não exigir. Mas que seja alguma coisa que teja em minha área... psicologia... é como... as pessoas me veem... como eu me vejo também... em música... me formar em filósofo... filosofia né? São algumas coisa que me representam. Me tornar um poeta, sei lá... alguma coisa assim, desse jeito... pense o que é eu ser só mais um cidadão... quantos outros cidadão não já viveram e morreram sem porra nenhuma... sem ter nada... eu vou ser mais um? (Garvey, 26/06/18).	

Embora apresentem similaridades e se relacionem com as configurações subjetivas sociais dos jovens sobre a Polícia Militar e suas práticas, como vimos na construção das informações por meio das Oficina e Roda de Conversa, os núcleos de sentido subjetivo aqui identificados se referem à **subjetividade individual** de cada um dos jovens participantes dessa etapa do estudo, evidenciando as suas **configurações subjetivas individuais** sobre as temáticas abordadas.

Nessa direção, os indicadores produzidos durante a realização dos estudos de casos nos possibilitaram, por um lado, identificar núcleos de sentido subjetivo semelhantes aos que emergiram na realização das atividades grupais, tais como a compreensão da Polícia Militar como uma instituição violenta que pratica atos ilícitos e as abordagens policiais e busca pessoal como procedimentos realizados de maneira desrespeitosa e violenta; por outro lado, nos permitiu esquadriñar especificidades nos sentidos produzidos individualmente por cada um dos jovens em relação a esses núcleos, assim como a identificação de novos núcleos de sentido subjetivo, tais como os sentimentos de desvalorização e impotência frente ao racismo das práticas policiais, a maneira tóxica como se estabelece essa relação, o valor protetivo da família e da comunidade, a necessidade de elaboração de projetos de vida, dentre outros.

De forma geral, o que se pode constatar no progresso construtivo-interpretativo dessa etapa do estudo foi, sobretudo, que a condição existencial dos jovens negros residentes em comunidades periféricas é marcada por uma luta incessante pela sobrevivência, tanto para transfigurar o quadro de vulnerabilidades no qual estão imersos, quanto para evitar ou contornar a letalidade e outras violências praticadas por policiais.

As narrativas dos jovens sobre suas características fenotípicas, compreendendo-as como um fator que influencia o tipo de tratamento ofertado pelos policiais durante as abordagens e busca pessoal, revelam parte das repercussões do racismo institucional da polícia militar sobre suas subjetividades. Eduardo Paes-Machado & Ceci Noronha (2002) destacam que é inevitável que a brutalidade policial atinja pessoas comuns e inocentes, uma vez que a violência policial tem uma dinâmica própria, baseada em concepções e políticas social e racialmente discriminatórias.

Assim sendo, o descaso de parte da sociedade com as violências às quais estão expostos os jovens negros, a negligência e/ou aceitação dos governantes frente a essas violências e as artimanhas utilizadas por este mesmo governo para lidar com as transgressões daqueles, tais como o encarceramento e assassinatos em massa, são facetas do racismo

estrutural que, além das mortes físicas, mata simbolicamente os sonhos e quaisquer outras perspectivas positivas sobre o futuro desses jovens, acentuando cada vez mais as suas condições de vulnerabilidade. Como sinalizam Bento & Beghin (2005):

...quando analisados os dados referentes a condições de vida dos jovens negros, não se pode deixar de enfrentar a questão que se explicita: o amplo e diversificado leque de manifestações da discriminação racial que os atinge. De um lado, constata-se um ambiente escolar pouco hospitaleiro para os negros, que engendra a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada; de outro, a grande dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho. No final da linha observa-se, com estarrecimento, um quadro de genocídio. É óbvio que esse quadro não favorece a esperança, não estimula a dedicação aos estudos, não alimenta uma perspectiva otimista de futuro. Como confiar em si próprio, como acreditar na meritocracia, como avançar se, de antemão, sabe-se que o tratamento será negativamente diferenciado? O desalento, a desesperança, o não ter com quem contar atravessa o cotidiano desses jovens (Bento & Beghin, 2005, p. 195).

A escassez ou precariedades na implementação de políticas públicas para a juventude, assim como a fragilização dos laços familiares devido às condições de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias negras periféricas, colocam em prejuízo oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, reduzindo as suas possibilidades de escolha, favorecendo a busca por alternativas para mitigar a singular condição de precariedade de suas vidas, tais como a inserção precoce no mercado de trabalho, envolvimento com o tráfico de drogas, integração a grupos religiosos, nomeadamente cristãos/evangélicos, na busca de transformação das suas vidas pela fé.

Simultaneamente, os jovens negros também produzem cotidianamente estratégias de sobrevivência para evitar ou contornar a relação com a polícia, tais como horário de retorno pra casa, abstenção do direito de ir/vir, assim como do tipo de roupa que utilizam, corte de cabelo, os modos de andar e de falar, ou seja: supressão das expressões autênticas das suas subjetividades.

Essas estratégias não são exclusivamente produzidas a partir da relação dos jovens com as instituições policiais. Perpassam por um processo de transmissão geracional, na qual as famílias e comunidades, majoritariamente constituídas por pessoas negras, visam prevenir, orientar e proteger seus membros frente às situações de violência presentes nas práticas policiais e no seu cotidiano violentador. Em última instância, os jovens admitem que a vitimização policial compõe o leque dessas estratégias, evidenciando, mais uma vez, como a necropolítica e o racismo estrutural revigoram continuamente a ideia de guerra na

subjetividade social, quando as principais vítimas são homens negros, institucionalizados ou não.

Embora cada um dos jovens participantes do estudo de casos tenha apresentado peculiaridades no tocante à forma como lidam com o racismo (tanto das práticas policiais como o que está subjacente na estrutura social), na narrativa de ambos foi possível identificar dimensões do sofrimento psíquico que o tratamento desumano lhes reserva em diversos espaços, tempos e modos de execução. Seja pelas persistentes sensações de desconfiança, insegurança e medo vivenciadas antecipadamente pela possibilidade concreta de encontro com a polícia em seu cotidiano, seja por toda conjuntura social e racial que insistem em negar o seu status de humanidade.

A violência policial conforma a expressão concreta da negação do “ser negro”. Para Jurandir Costa (1983 p. 02): “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro.” Sem desconsiderar as reflexões apresentadas pelo autor, salientamos que essa negação não se estabelece apenas pela via do desejo de brancura em paralelo com a negação do corpo negro numa dimensão individual e simbólica. Ela se apresenta “constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso” no cotidiano dos jovens negros também de forma tangível na relação estabelecida com os policiais, marcada por agressões físicas, aprisionamentos arbitrários dos seus corpos e assassinatos diversos. Necessariamente, não há o desejo de ser branco, há o desejo de poder ser negro.

Manter-se sempre alerta, criando constantemente estratégias para vigiar o movimento dos seus próprios corpos e desejos, incluindo taquicardia, ansiedade, sentimento de culpa, ataques de pânico e de raiva, dentre outros, sem quaisquer dúvidas, engendra a tensão emocional permanente gerada pela dinâmica complexa na qual os jovens negros se sentem ora perseguidos ora perseguidores, como apontado por Silva (2005). Para ela, o contato constante com o “mundo branco” pode acarretar em frequentes frustrações, falta de oportunidades e perspectiva para o futuro, principalmente pelas repetidas experiências de desvalorização da sua autoimagem.

Sem propor um adensamento na questão, devido aos limites e objetivos desse estudo, podemos conjecturar que o suposto uso abusivo de maconha pelos jovens negros, citado por um dos participantes do estudo de casos, pode ser uma alternativa tanto para aliviar as dores e

sofrimento tão contundentes e próprios da conjuntura supracitada, como quanto uma possível fuga autodestrutiva da realidade, como já exposto por Akbar (1981). Aqui incluímos tanto o número alarmante de suicídio de jovens e adolescentes negros, como também a exposição em situações nas quais tanto faz viver ou morrer diante da falta de perspectiva em vivenciar um futuro menos violento, como nos riscos de letalidade pelo envolvimento com o tráfico de drogas.

Por outro lado, os participantes também demonstraram expectativas de mudança frente às condições de vulnerabilidade que permeiam às suas vidas, revelando potencialidades para construir novos projetos de vida em busca de aquisições materiais e simbólicas, como a busca por um emprego formal, o fortalecimento de laços afetivos, assim como a possível entrada na universidade.

6. Considerações Finais

O principal objetivo desse estudo foi compreender as configurações subjetivas de jovens negros residentes em comunidades periféricas relacionadas às práticas policiais, buscando identificar as produções subjetivas dos jovens no tocante aos serviços prestados pela polícia militar²⁶. Dito de outro modo, buscamos compreender como se configura a relação da juventude negra com essa instituição em situações cotidianas e analisar como lidam os jovens negros com o racismo das práticas policiais em tais circunstâncias.

Em termos teórico-metodológicos, conduzimos a produção das informações por meio do método construtivo-interpretativo do conhecimento, inspirados nos pressupostos da Epistemologia Qualitativa proposta por Fernando Gonzalez Rey (Gonzalez Rey, 2009; González Rey & Martínez, 2017). As informações produzidas foram analisadas com base na Psicologia Histórico-Cultural, articulando a Teoria da Subjetividade (González Rey, 2002; 2005; 2009; 2012) com outras áreas do conhecimento, tais como a Sociologia, Antropologia, Direito, Saúde Coletiva e a Psicologia, a fim de ampliar o olhar sobre o problema em questão e, ao mesmo tempo, contribuir para dar visibilidade e denunciar as diferentes expressões de violência operadas no campo social, bem como seus impactos na saúde dos sujeitos e das coletividades.

A trajetória construtivo-interpretativa que percorremos nos possibilitou experiências significativas no cenário social de pesquisa, sobretudo no que se refere às trocas dialógicas permeadas por processos simbólico-emocionais vivenciadas pelos/as participantes e pelo pesquisador principal desse estudo, evidenciando a impossibilidade de fazer-se neutro quando as vivências de ambas as posições confluem para uma só realidade social, permeada pelas distintas manifestações do racismo e necropolíticas. Nessa direção, o modelo teórico desenvolvido foi forjado por meio da construção de hipóteses traçadas pelo pesquisador, fundadas em indicadores de núcleos de sentidos subjetivos expressos pelos/as participantes, em articulação com o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre as principais temáticas abordadas nesse estudo: subjetividade, relações raciais, segurança pública e

²⁶ Cabe lembrar aqui que participaram desse estudo mulheres e homens jovens negros/as, no entanto, as análises estiveram focadas nos homens jovens negros, considerando que há particularidades em relação ao gênero e a segurança pública, como foi vastamente apontado nessa dissertação. Então, neste momento de síntese não utilizamos “os/as” para demarcar que estamos nos remetendo ao grupo: homens, jovens, negros de bairros periféricos. A relação da polícia militar com o grupo das mulheres merece reflexões com literatura mais consistente e especializada, que este estudo não pode alcançar por decisão consciente sobre a inviabilidade de fazer isso em uma dissertação, o que não significa que não seja igualmente importante e que haja reflexões generalizáveis entre os dois pericamentos de gênero.

juventude negra, perseguindo a abertura de novas zonas de sentido e inteligibilidades sobre a relação dos jovens com a polícia militar.

Por meio da Oficina e da Roda de Conversa, exploramos as configurações subjetivas sociais que os jovens produziram sobre as práticas policiais, principalmente no tocante a como se dá a oferta do serviço de segurança pública no território e como esse serviço repercute em suas vidas pessoalmente, das suas famílias e da comunidade. Já nos estudos de caso, investimos em aprofundar as informações construídas pelos instrumentos grupais, explorando aspectos das configurações subjetivas individuais de cada um dos jovens participantes desse momento. Assim sendo, buscamos compreender como se configura a relação dos jovens com a polícia militar em situações cotidianas concretas, nos diversos espaços de circulação dos jovens, bem como analisar como eles lidam com as práticas policiais em tais circunstâncias.

Os indicadores produzidos por meio dos instrumentos grupais nos auxiliaram na organização de núcleos de sentidos subjetivos presentes nas expressões das/os participantes e nas hipóteses que embasaram o modelo teórico em desenvolvimento. Dessa forma, a configuração subjetiva social das/os jovens sobre a Polícia Militar e suas práticas é constituída por sentidos subjetivos relacionados à compreensão dessa instituição como violenta, que pratica atos ilícitos por meio de procedimentos desrespeitosos, igualmente violentos e discriminatórios no território onde residem. Para os jovens, os policiais que praticam tais violências, geralmente, não são responsabilizados pelas instituições competentes, o que gera em suas subjetividades as sensações de medo, insegurança e impunidade, levando-os/as a construir estratégias de sobrevivência frente a tais abusos. Conjetura que revela o quanto a relação com a polícia marca as suas existências individuais, bem como a dos seus familiares e de toda a comunidade na qual residem.

Similarmente, os indicadores produzidos por meio dos estudos de casos nos permitiram a organização de núcleos de sentido subjetivo ligados à subjetividade individual de cada um dos jovens participantes dessa etapa do estudo, evidenciando as suas configurações subjetivas individuais sobre as temáticas abordadas. Assim sendo, identificamos tanto núcleos de sentido subjetivo semelhantes aos que emergiram na realização das atividades grupais, quanto novos núcleos de sentido subjetivo, tais como os sentimentos de desvalorização e impotência frente ao racismo das práticas policiais, a maneira tóxica como se estabelece essa relação, o valor protetivo da família e da comunidade, a necessidade de elaboração de projetos de vida, dentre outros.

De forma geral, o que se pode constatar no progresso construtivo-interpretativo desse estudo foi que a condição existencial dos jovens negros residentes em comunidades periféricas é marcada por uma luta incessante pela sobrevivência, tanto para transfigurar o quadro de vulnerabilidades no qual estão imersos, quanto para evitar ou contornar a letalidade e outras violências praticadas por policiais.

O conjunto de práticas e discursos que reificam a existência de uma guerra às drogas na subjetividade social, estrutura parte da política de segurança pública e legitima os assassinatos e encarceramentos em massa dos/as jovens negros/os periféricos/as. Ademais, expõe esses/as jovens às incontáveis formas de violações de direitos, tanto pela negligência na prestação de serviços pelo variado conjunto de equipamentos públicos, quanto pelas agressões e letalidade das operações policiais, configurando a tríade, estado de sítio, biopoder e estado de exceção, que firma o cenário necropolítico (Mbembe, 2018a).

É nessa conjuntura que as instituições policiais encontram amparo para o exercício diuturnamente de um intenso processo de militarização em comunidades periféricas, a fim de vigiar, controlar e punir determinados sujeitos sociais, reforçando estigmas, racismo e criminalização da pobreza (Anistia Internacional, 2015), mantendo a todo vapor o funcionamento de sua engrenagem genocida, elegendo o uso de substâncias ilícitas como o grande problema social, ao invés de fornecer subsídios para a superação das violações de direitos e das vulnerabilidades psicossociais, que expõem grupos historicamente marginalizados ao uso abusivo de substâncias lícitas ou ilícitas (Borges, 2017).

Enfatizamos, irrevogavelmente, que a guerra às drogas se configura como um artifício para a militarização das comunidades vulnerabilizadas, criminalização e punitivismo da juventude negra. A violência praticada pelos agentes é uma das peças que compõe a engrenagem do sistema de violações de direitos que, seja por omissão ou por cumplicidade de outros órgãos ou instituições responsáveis pelo exercício do controle social das suas ações, permanecem ocorrendo cotidianamente, reverberando, inclusive, nos altos índices de letalidade das intervenções policiais.

Assim sendo, o jovem negro que consegue sobreviver às expectativas de morte comumente aceita e esperada por alguns seguimentos sociais, tem de lidar com os estigmas que o enquadram como um marginal em potencial, forçando-o a criar estratégias de sobrevivência, para evitar ou contornar a relação com a polícia, tais como horário de retorno pra casa, abstenção do direito de ir/vir, assim como do tipo de roupa que utilizam, corte de

cabelo, os modos de andar e de falar, ou seja: supressão das expressões autênticas das suas subjetividades sociais raciais.

Identificamos que essas estratégias não são exclusivamente produzidas nas relações dos jovens com as instituições policiais nem se restringem ao contexto de trabalho policial, uma vez que alguns policiais são também vizinhos vivendo em bairros periféricos, onde vivem os jovens e os encontros são cotidianos. Para além disso, as estratégias perpassam por um processo de transmissão geracional, na qual as famílias e comunidades, majoritariamente constituídas por pessoas negras, visam prevenir, orientar e proteger seus membros frente às situações de violência presentes nas práticas policiais e no seu cotidiano. Em última instância, os jovens admitem que a vitimização policial compõe o leque dessas estratégias, evidenciando, mais uma vez, como a necropolítica e o racismo estrutural revigoram continuamente a ideia de guerra na subjetividade social, quando as principais vítimas são homens negros, institucionalizados ou não.

As narrativas dos jovens sobre suas características fenotípicas, compreendendo-as como um fator que influencia o tipo de tratamento, ofertado pelos policiais durante as abordagens e busca pessoal, revela parte das repercussões do racismo institucional da polícia militar sobre suas subjetividades. Assim sendo, o descaso de parte da sociedade com as violências às quais estão expostos os jovens negros, a negligência e/ou aceitação dos governantes frente a essas violências e as artimanhas utilizadas por este mesmo governo para lidar com as transgressões daqueles, tais como o encarceramento e assassinatos em massa, são facetas do racismo estrutural que, além das mortes físicas, mata simbolicamente os sonhos e quaisquer outras perspectivas positivas sobre o futuro desses jovens, acentuando cada vez mais as suas condições de vulnerabilidade.

A escassez ou precariedades na implementação de políticas públicas para a juventude, assim como a fragilização dos laços familiares devido às condições de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias negras periféricas, colocam em prejuízo oportunidades e facilidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral e social. Isto reduz as suas possibilidades de escolha, impõe a busca por alternativas para mitigar a singular condição de precariedade de suas vidas, tais como a inserção precoce no mercado de trabalho, envolvimento com o tráfico de drogas, integração a grupos religiosos, nomeadamente cristão-evangélicos, na esperança de transformação das suas vidas pela fé, nem sempre bem sucedida.

Nossos achados sugerem que a exposição constante desses jovens às iniquidades sociais devido às suas características étnicas e fenotípicas lhes confere uma experiência existencial marcada por tensões que envolvem o pertencimento a um grupo social racializado em contraposição a outro que se percebe apenas como humano (branco), assim como pela complexa operação subjetiva do encontro com pessoas negras (policiais), que comumente reproduzem o racismo durante suas práticas, gerando sensações incessantes de desconfiança, insegurança e medo. Deste modo, esta complexa operação subjetiva em situações concretas e racializadas de existência, mantém o jovem negro sempre alerta, criando constantemente estratégias para vigiar o movimento dos seus próprios corpos e desejos, incluindo taquicardia, ansiedade, sentimento de culpa, ataques de pânico e de raiva, dentre outros. Nossa suposição com esse estudo é destacar que os sentidos subjetivos racializados, sem quaisquer dúvidas, engendram a tensão emocional permanente gerada pela dinâmica complexa na qual os jovens negros se sentem ora perseguidos ora perseguidores, como já destacado por Silva(2005), inclusive entre se próprio grupo racial.

Conjecturamos que o uso abusivo de drogas, suicídio, como também a exposição em situações nas quais tanto faz viver ou morrer diante da falta de perspectiva em vivenciar um futuro menos violento, podem se constituir tanto como uma alternativa para aliviar as dores e sofrimento tão contundentes e próprios da conjuntura supracitada, como quanto uma possível fuga autodestrutiva da realidade (Akbar, 1981). Por outro lado, os participantes também demonstraram expectativas de mudança frente às condições de vulnerabilidade que permeiam às suas vidas, revelando potencialidades para construir novos projetos de vida em busca de aquisições materiais e simbólicas, como a busca por um emprego formal, o fortalecimento de laços afetivos, assim como a possível entrada na universidade.

Diante do exposto, o que defendemos nesse estudo é que a produção subjetiva de jovens negras/os sobre as práticas policiais vai muito além de narrativas individuais produzidas por determinados sujeitos sociais que sofrem cotidianamente com os abusos praticados por agentes policiais. Outrossim, não buscamos delegar a esses últimos a total responsabilidade de suas ações durante a prestação do serviço de segurança pública, que também são, em sua maioria, homens negros vitimizados. A relação simbólico-emocional entre polícia e juventude negra, permeada por desconfiança, insegurança e medo, é resultante de processos históricos que permanecem reverberando na conjuntura atual e constituem subjetividades racializadas, fundadas na necropolítica e no racismo estrutural.

Pelos limites que envolvem esse estudo, não nos debruçamos em investir na subjetividade individual dos homens jovens negros periféricos que compõem o quadro das instituições policiais. Mas, partindo da constatação que a maior parte dos policiais no contexto brasileiro é negra e, possivelmente, é a que sofre os maiores impactos da vitimização policial, apontamos como questão a ser explorada em novos estudos: como esses jovens e/ou adultos policiais negros lidam com a letalidade de outros jovens negros, em paralelo ao crescente número de vitimização policial, nesse cenário necropolítico estruturado pelo racismo?

Por todo exposto, retomamos algumas questões sobre as motivações para o desenvolvimento desse estudo. Além dos objetivos concretos que apresentamos, construímos o desejo subjacente de que os resultados aqui produzidos, além de dar visibilidade às produções subjetivas dos sujeitos que são diretamente impactados pelas diferentes manifestações do racismo no cotidiano, também pudesse subsidiar o desenvolvimento de ações por parte de diferentes organizações que atuam no combate ao racismo; fomentar a criação de políticas específicas para socioeducação, orientação, fiscalização e punição frente às práticas discriminatórias no âmbito das instituições de segurança pública; e, sobretudo, localizar o racismo como um problema complexo, central e estrutural, que demanda ações nas mesmas proporções para redução e superação dos seus impactos.

Essas questões, em particular a última, nos remeteram ao desafio de pensar como a Psicologia pode produzir estratégias para redução ou superação dos impactos do racismo nas subjetividades negras. Nessa direção, salientamos como primeiro ponto a emergência da Psicologia, seja clínica, do trabalho, na escola\educação, comunitária e na saúde, entre outras sub-áreas, contextos e âmbitos de atuação, assumir definitivamente que não é mais possível negligenciar a dimensão racial dos estudos e intervenções num contexto histórico-socialmente forjado por tensões raciais, como o Brasil. O segundo ponto a ser considerado é que da mesma forma que a cultura branco/européia contribuiu para a produção e manutenção de crenças, ideias, práticas e discursos que configuram as subjetividades social e individual com aspectos negativizantes do negro e da cultura africana, acreditamos ser possível a “reconfiguração” dessas subjetividades por meio da tomada de consciência sobre os processos de racialização das relações sociais, expondo mais ativamente os privilégios e desvantagens que permeiam os diferentes grupos raciais e não só por pertencerem a determinada classe social em detrimento de outra. Estamos de acordo com Bento (2002), no Brasil, a pobreza tem cor.

Assim, defendemos a relevância da discussão sobre branquitude na produção acadêmica, e em outros espaços sociais, como basilar para que a população branca se reconheça como um grupo racialmente privilegiado nessa dinâmica complexa. De igual forma, defendemos que a produção acadêmica e a formação em Psicologia precisa se fazer mais crítica dos conteúdos universalizantes que sustentam seus discursos e práticas e, concomitantemente, investir em epistemologias e metodologias que possam dar conta das experiências existenciais dos diversos grupos raciais. No tocante a população negra, por exemplo, o paradigma da afrocentricidade vem se firmando, progressivamente, como um importante recurso para o reconhecimento e conexão da história africana com a população negra em diáspora, contribuindo para a “libertação” do “encarceramento mental” que a supremacia branca forjou, configurando novas produções subjetivas sociais e individuais.

Por fim, queremos ressaltar que, embora o aporte teórico proposto por González Rey seja profícuo na compreensão das configurações subjetivas individual e social nos diversos contextos onde são produzidas as relações sociais, nos chamou atenção o fato de não encontrarmos em nenhum dos seus trabalhos um investimento teórico sobre a dimensão constituinte da racialização na subjetividade. Não estamos nos referindo a fazer estudos sobre racismo ou relações raciais e derivações, embora também não tenhamos encontrado, mas sim levar em conta as relações raciais como fundantes das expressões subjetivas em contextos brasileiros.

Nessa direção, considerando que a dinâmica social é marcada por relações de poder historicamente produzidas com base na raça/cor; que os processos de colonização e escravização sustentados pela supremacia branca/europeia permanece produzindo efeitos na atualidade sobre o signo da colonialidade; que parte desses efeitos vai além da dominação de recursos, incidindo na dominação de aspectos subjetivos, inclusive de perspectivas existenciais, desejamos que tenhamos explicado suficientemente que é preciso desenvolver uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural sensível aos sentidos e configurações subjetivos racializados, que não dizem respeito apenas aos processos subjetivos da população negra, mas da população em geral.

Referências

- Adorno, S. (1996). Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos históricos*, n. 18.
- Afonso, M. L. M. (2006). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In M. L. M. Afonso (Org.), *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial* (pp. 9-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Afonso, M. L. M. (2006). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In M. L. M. Afonso (Org.), *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial* (pp. 9-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Aires, S. (2018). Corpos marcados para morrer. *Revista Cult*, São Paulo - SP, p. 29 - 32, 05 nov.
- Akbar, N. (1991). Mental disorder among African Americans. In R. L. Jones (Ed.), *Black psychology* (pp. 339-352). Berkeley, CA, US: Cobb & Henry Publishers.
- Almeida, s. (2018). *O que é Racismo Estrutural ?* Belo Horizonte: Letramento.
- Andrade, F. J.; Andrade, R. (2014). Raça, crime e justiça. IN: Lima, R. S. de.; Rattón J. L.; Azevedo, R. G. de. (Orgs). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 256-26.
- Anistia internacional (2015a). O estado dos direitos humanos no mundo 2014/2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20142015/>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.
- Anistia internacional. (2015b) *Você matou meu filho - Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.
- Azante, M. (2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar . In: E. L. Nascimento, *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora* (pp. 93 - 110). São Paulo : Selo Negro .
- Barata, R. B. (2009) O que queremos dizer com desigualdades sociais em saúde?. In: *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. *Temas em Saúde collection*, pp. 11-21. ISBN 978-85-7541-391-3.
- Barros, G. S. (2008) Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2(3).
- Becker, Howard S. (1963), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, The Free Press.
- Bengochea, J. L. P.; Guimarães, L. B.; Gomes, M. L.; Abreu, S. R. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em perspectiva. São Paulo.
- Bento, M. A. S. & Beghin, N. (2005). Juventude negra e exclusão radical. *Políticas sociais - acompanhamento e análise* |11 |.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branquemanto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- Bicudo, V. L. (1945). Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo.
- Borges, J. (2017) Necropolítica na Metrópole: Extermínio de Corpos, Especulação de Territórios. In Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropoleexterminio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>> 01.06.2017. Acessado em: agosto de 2019.
- Borges, J. (2019) O que é: encarceramento em massa? Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Polén.
- Brasil (2013). Cidadão com Segurança: respeito mútuo entre Cidadão e Polícia. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), DF.
- Brasil (2014). Ministério da Justiça. INFOPEN – Junho de 2014. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. DEPEN – Departamento Penitenciário nacional. Brasília, 2014.
- Brasil. (2013) Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília:
- Brasil. (2017) Decreto-lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de processo penal. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- Brasil. (s.d.). Programas de governo. Acesso em 16 de setembro de 2019, disponível em Ministério da Justiça e Segurança Pública: <https://justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/Anexos/programas-de-governo>
- Brasil.(1998). Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada e divulgada em 05-10-1988. Rio de Janeiro: COAD Centro de Estudos Superiores.
- Bretas, M. L.(2013) A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a. ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topoi. v. 14, adonon. 26, p. 162-173, jan./jul.
- Butler, J. (2018). Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? 5ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira .
- Cardoso, E. (2005). Contra o racismo, pelo direito à vida. IROHIN, Brasília, ano X, nº 12, ago/set. p. 2.
- Castro, M. C.; Rocha1, R. & Cruz, R. (2019) Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. Psicologia, Saúde & Doenças, 2019, 20(2), 525-541. ISSN - 2182-8407. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - SPPS - www.sp-ps.pt. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200220>.
- Cerqueira, D e Coelho, D. (2017). Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida. TD 2267 - ipea, Brasília, Janeiro de 2017
- Cerqueira, D. (Coord.). (2018). Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8398/1/Atlas%20da%20viol%C3%Aancia_2018.pdf.
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. S. (2017). Atlas da violência 2017. Brasília, DF: IPEA.
- Cesaire, A. (1978). Discurso sobre o colonialismo, 1ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- Costa, J. F. (1983). Da cor ao corpo: a violência do racismo. Prefácio. In: SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal.

Diário Oficial da União.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador : EDUFBA.

Fanon, F. (2010) *Os condenados da Terra*. Minas Gerais: Editora UFJF.

Faro, A., & Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: A desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 271-278. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>

Flauzina, A. L. P.(2006). *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.

Fleury, S. (mai./ago. 2012) Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, porto alegre, ano 14, nº 30, p. 194-222.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. São Paulo: FBSP.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Franco, M. (2014). *UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

González Rey, F. L. & Martínez, A. M. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas: Alínea.

González Rey, F. L. (2002). La subjetividad: su significación para la ciencia psicológica. In: Furtado, O.; González Rey, F. L. (orgs.) *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thomson.

González Rey, F. L. (2005a). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2005b). *Pesquisa qualitativa em Psicologia : caminhos e desafios*. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo:Cengage Learning.

González Rey, F. L. (2006). As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia: Teoria e Prática* – 2006, 8(2):69-85.

González Rey, F. L. (2009). A questão das técnicas e os métodos na psicologia: da medição à construção do conhecimento psicológico. In: Ana Bock. (Org.). *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, v., p. 163-182.

González Rey, F. L. (2011) *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez.

González Rey, F. L. (2012). O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo–sociedade numa perspectiva cultural–histórica. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, volume 2, número 2.

González, L. (1979). O papel da mulher negra na sociedade brasileira (mimeo, Spring Symposium the Political Economy of the Black World. Los Angeles, 10-12 maio de 1979).

- Goulart, D. M. (2017). Educação, saúde mental e desenvolvimento subjetivo: Da patologização da vida à ética do sujeito. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília.
- Guimarães, Antonio Sergio A. (1999a). Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, 54, 147-156.
- Hasenbalg, C. (1979), Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal.
- Heilborn, M. L., Faya, A., & Souza, J. F. (Jan. a Jul. de 2014.). Juventude e Sociabilidade em um “território pacificado” no Rio de Janeiro. Diversidade de experiências e seus marcadores sociais. ACENO, Vol. 1, N. 1, , 102-122.
- Höfling, E. M. (2001). Estado e Políticas (públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro.
- Holloway, T. H. (1997). Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2013). Boletim de análise político-institucional. Rio de Janeiro.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2014). Situação social da população negra por estado. Brasília, DF.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.(2018). Boletim de análise político-institucional. Rio de Janeiro.
- Jaccoud, L. de B. & Beghin N. (2002) Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental - Brasília : Ipea.
- Landê Onowale Poema publicado nos Cadernos Negros, volume 21. Poemas Afro-Brasileiros. São Paulo, QUILOMBHOJE, 1998, pg.86
- Lopes F. (2005b) Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. Cad. Saúde Pública. 2005 set-out;: p. 1595-1601.
- Lopes, F. (2005a) Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra In: L. E. Batista, S. Kalckmann (Orgs.), Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo 2005 (pp. 129-132). São Paulo, SP: Instituto de Saúde.
- Machado, E. P. & Noronha, C. V. (2002). A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, p. 188-221.
- Martins, E., Santos, A. D., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. Psicologia: Teoria e Prática, 3, 118-133.
- Mauch, C. (2007). Considerações sobre a história da polícia. In: MÉTIS: história & cultura. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 107-119.
- Mazama, A. (2009). A afrocentricidade como um novo paradigma . In: E. L. Nascimento, Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora (pp. 111 - 127). São Paulo : Selo Negro .
- Mbembe, A. (2017). Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona.

- Mbembe, A. (2018a). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- Mbembe, A. (2018b). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições.
- Méllo, R. P.; Silva, A.; Lima, M. L.; & Di Paolo, Â. *Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa*. *Psicologia e Sociedade*, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (1998) *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva*. *História, ciências, saúde— Manguinhos*, IV(3): 513-531.
- Moore, C. (2007). *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte : Mazza Edições .
- Moura, C. (1994) *O racismo como arma de dominação* Revista *Princípios*. EDIÇÃO 34, AGO/SET/OUT.
- Munanga, K; (2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia*. Palestra proferida no 3º seminário nacional relações raciais e educação- PENESB-RJ, em 05 de novembro de 2003.
- Muniz, J. & PAES MACHADO, E. (2010). *Política para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 2, n. 60, p. 437-447.
- Nascimento, A. M. (2014). *A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de pm's negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal / Aline Maia Nascimento*.
- Nascimento, A. M. (2015). *Tem que ter raça: polícia militar como possibilidade de ascensão social negra*. In: V Reunião Equatorial de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste, 2015, Maceió/AL. *Direitos Diferenciados, Conflitos e Produção de Conhecimento*.
- Nascimento, E. P. (2000). *Juventude: novo alvo de exclusão social*. In: Bursztyn, m. (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e vagabundos*. Rio de Janeiro: garamond, p. 121 – 138.
- Nobles, W. W. (2009). *Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado*. In E. L. Nascimento (Org.), *Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, 4, pp. 277-297)*. São Paulo: Selo Negro.
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do Corpo Negro*. Tese de Doutorado em Psicologia Universidade de São Paulo — USP — São Paulo.
- Oliveira, R. M. S. (2008) *Identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. (2004). *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília.
- Pais, J. M. (1996) *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Paulo, C. A. S. (2015). *As respostas do estado às demandas sociais e Étnico-raciais: particularidades no Brasil entre 2003 e 2013*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, Brasília.

- Pinc, T.(2007). Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. IN: Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano I, ed. 2, p. 6-23.
- Pires, T. (2018). Racializando o debate Sobre direitos humanos SUR: revista internacional de direitos humanos- v.15 n.28 • 65 – 75.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais — CLACSO.
- Ramos, S. & Musumeci, L. (2005). Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Reis Filho, J. T. (2000). Ninguém atravessa o Arco-Íris: um estudo sobre negros. São Paulo, Belo Horizonte: Annablume, Newton Paiva.
- Reis, V. M. S. (2005). Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 - 2001. Dissertação de Mestrado. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador.
- Santana, R. R. C. (2017). Produção de sentidos por adolescentes sobre a experiência de trabalhar e estudar. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.
- Santos, A. de O. dos. (2011). Panorama dos programas de ação afirmativa para inserção da população negra no ensino público superior brasileiro (2002-2007): estudos e grupos de pesquisa. Revista da ABPN, 2 (5), 99-114. Recuperado de <http://abpn.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/340/314>
- Santos, A. de O. dos. (2016). A psicologia na compreensão da identidade étnico-racial do negro no Brasil. In Educação e relações raciais. Rio de Janeiro: CEAD/UFF.
- Santos, A. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. Psicologia: Ciência e Profissão, 32(num. esp.), 166-175.
- Santos, H. (2001). A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC.
- Santos, M. C., & Azevedo, R. G. (2013). Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul . *O público e o privado* , 111 - 126.
- Santos, M. C., & Azevedo, R. G. (2013). Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul . *O público e o privado* , 111 - 126.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Revista Psicologia Política, 10(19), 41-55. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2010000100005&lng=-pt&nrm=iso&tlng=pt
- Schucman, L. V. (2012). Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, SP.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, 26(1), 83-94.

- Schwarcz, L. M. (2010). *O Racismo no Brasil* 2ª ed. . São Paulo: Publifolha.
- Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. (2009). *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça.
- Silva, L. A. M. (2010). As várias faces das UPPs. *Ciência hoje* • vol. 46 • nº 276.
- Silva, M. L. (2005). Racismo e os efeitos na saúde mental. In: L. E. Batista, S. Kalckmann (Orgs.), *Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo 2005* (pp. 129-132). São Paulo, SP: Instituto de Saúde.
- Silva, M. L. (2008). *Os efeitos psicossociais do racismo*. 1. ed. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v. 1. 88p.
- Silva, S. R. (2011). A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. *Revista negra*, ano 14, nº. 19.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro : Edições Graal.
- Souzas, R. (2005). A saúde da população negra: uma questão de direito e equidade. *Revista Educação Popular (Uberlândia)*, 4, 94-102.
- Spink, M. J., Menegon, V. M. & Medrado, B. (2014) Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32-43. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100005.
- Velho, O. G. (2009) *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. A repressão da força de trabalho. pp. 100-110.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Sangari. São Paulo, 2012.
- Waiselfisz, J. J.. (2015). *Mortes matadas por armas de fogo: mapa da violência 2015* [Internet]. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; 2015 [citado 2016 maio 05]. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>.
- Zilli, L. F. (2018). Letalidade e Vitimização Policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. *Boletim de Análise Político-institucional* | n.17 |.

Apêndice A - Roteiro da oficina

Tá me abordando por quê? Práticas lícitas e ilícitas na abordagem policial

1. Apresentação

Iniciaremos a oficina apresentando aos jovens seus objetivos, bem como os objetivos da pesquisa e os procedimentos para produção de dados, levando em consideração os procedimentos éticos em pesquisas realizadas com seres humanos.

2. Aquecimento

A fim de possibilitar maior interação entre os participantes e potencializar a fluidez do discurso, realizaremos a dinâmica “Qual o seu nome?”, a qual buscará estimular os participantes a apresentar o seu nome ao grupo contextualizando com algumas particularidades que o envolvem, tais como a história de sua escolha, origem, significado, se gosta, se mudaria de nome, se tem apelido, etc. O tempo previsto para essa etapa é de aproximadamente 15 min.

3. Aula interativa

3.1 Tema gerador 1: Associação de ideias com a palavra Polícia Militar

Distribuiremos uma folha de papel A4 e lápis ou canetas para cada participante e solicitaremos que escrevam todas as palavras e frases que pensam em relação a instituição Polícia Militar. Estabeleceremos como limite para esse momento 10 min. Após esse tempo um dos coordenadores recolherá os escritos e apresentaremos as palavras ou frases do grupo (sem identificar os participantes) em projeção, na lousa ou papel metro. A observadora anotarás as palavras em um formulário específico para este momento.

Esta primeira atividade tem como objetivo tanto mobilizar os jovens para a dinâmica focal em relação ao tema questão, como também identificar as percepções iniciais que os jovens têm sobre a Polícia Militar. O tempo total previsto para essa etapa é de 20 min.

3.2 Tema gerador 2: Relatos de experiências de abordagens policiais e estratégias de sobrevivência

Nesta etapa distribuiremos novamente 1 tarja de papel A4 em branco, lápis e canetas (variados) para que os jovens possam escrever, desenhar ou utilizar de qualquer outra forma de expressão gráfica que permita expressar os sentimentos que percebem em si próprios após experiências de abordagens (consigo ou com outras pessoas). Logo em seguida recolheremos as produções e colocaremos na lousa para que o grupo possa visualizar e discutir sobre o que foi produzido. Este momento deve durar cerca de 20min.

Solicitaremos aos jovens que falem sobre suas experiências com abordagem policial, tentando identificar possíveis motivações para que elas tenham ocorrido e, posteriormente, classificar verbalmente em uma tabela que construiremos na lousa ou em papel metro, cada situação em **abordagem lícita e abordagem ilícita**, sem apresentar aspectos jurídicos inicialmente.

De acordo com as informações apresentadas pelos participantes nesse momento, discutiremos os aspectos jurídicos da abordagem policial, identificando possíveis casos em que a abordagem tenha sido juridicamente legítima, como também casos em que se possa identificar excessos, violências e discriminações que se relacionem com o racismo institucional das práticas policiais, bem como as estratégias utilizadas pelos jovens para lidarem com tais violações. Temos como previsão para este momento aproximadamente 40 min.

Utilizaremos como fundamentação a cartilha *Cidadão com Segurança: respeito mútuo entre Cidadão e Polícia*, produzida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2013), inspirado em iniciativas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público Federal.

Finalizaremos a oficina com a avaliação do grupo sobre as atividades e dinâmicas realizadas e explicações sobre dúvidas e questões referentes à pesquisa, caso seja necessário.

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos você para participar como voluntário da pesquisa “Sentidos subjetivos sobre práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia”, que está sob a responsabilidade do pesquisador **Tiago Ferreira da Silva**, residente na rua Padre Daniel Lisboa, Condomínio Chácara Suerdieck, nº 468, Ed. Lara apt. 1302, Daniel Lisboa, CEP: 40283-560, tel: (71) 99181-1469, email: tiagoferreiradez@hotmail.com; e sob a orientação da profª dra. Mônica Lima de Jesus, e-mail: molije@hotmail.com.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que você não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que você esteja bem esclarecido sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma. Também garantimos o seu direito a retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** Esta pesquisa busca investigar como o racismo institucional presente nas práticas policiais configura o processo de construção da subjetividade de jovens negros, a partir do discurso dos sujeitos que são diretamente impactados pelas diferentes manifestações do racismo em seu cotidiano. Nesse sentido, buscaremos analisar os sentidos subjetivos que jovens negros residentes em comunidades periféricas atribuem às práticas policiais, bem como as estratégias que eles utilizam para evitar ou mitigar possíveis violências presentes nessas práticas. Para tanto, utilizaremos oficinas e dinâmicas conversacionais como instrumentos, indutores de informação (Gonzalez Rey, 2002), os quais buscarão estimular a expressão dos participantes deste estudo.
- **RISCOS diretos para o voluntário:** A pesquisa enquadra-se na modalidade de baixo risco, pois embora os conteúdos abordados durante as oficinas e dinâmicas conversacionais possam gerar mobilização emocional nos participantes, ressaltamos que a participação é

voluntaria, as informações coletadas são sigilosas e a qualquer momento os participantes podem desistir. Ademais, a equipe de pesquisa coloca-se à inteira disposição, a qualquer tempo, para prestar todo e quaisquer assistência, esclarecimentos e informações relativas à pesquisa.

➤ **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários:** Dentre os benefícios que este estudo pode ofertar aos seus participantes, destacamos a possibilidade de construção de conhecimento sobre aspectos jurídicos da abordagem policial, proposta que faz parte do conteúdo programático das oficinas. Ademais, de forma mais ampla, ressaltamos que os resultados deste estudo poderão contribuir com a produção de conhecimento acerca das repercussões do racismo na construção da subjetividade dos jovens, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações por parte de organizações que atuam no combate ao racismo, bem como com a criação de políticas públicas específicas para mitigar processos de exclusão social.

➤ **Divulgação dos resultados da pesquisa:** Temos como pretensão apresentar o produto final desta pesquisa através da entrega do trabalho final da dissertação, bem como através de devolutivas orais, às organizações e pessoas envolvidas. As conclusões também serão apresentadas em formato de artigos e publicações científicas disponíveis para acesso da comunidade em geral. As informações desta pesquisa serão confidenciais e quando divulgadas em eventos ou publicações científicas, não haverá identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, entrevistas gravadas, ficarão armazenados em pastas de arquivo e em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de cinco anos. Seguiremos as normas da Resolução nº 510/2016, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre a realização de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Você não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelo pesquisador (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, localizado no endereço: **Rua Aristides Novis (Estrada de São Lázaro), nº 197, bairro federação. Salvador. CEP 40210-909.**

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO VOLUNTÁRIO

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo, “Sentidos subjetivos sobre práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia”, como voluntário. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Apêndice C - Termo de Autorização para Gravação de Voz



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “Sentidos subjetivos sobre práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia” poderá trazer, como também entender os métodos que serão usados para a construção dos dados a serem analisados no andamento do estudo e a importância da gravação da minha fala para esse processo, AUTORIZO, por meio deste termo, o pesquisador Tiago Ferreira da Silva a realizar as gravações necessárias, sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. Os dados coletados serão guardados por cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador coordenador da pesquisa (Tiago Ferreira da Silva) e, após esse período, serão destruídos.
6. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Local e data: _____